

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:**  
**QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

**ALINE TERESINHA WALCZAK**

**MÃES E CIENTISTAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO**  
**PAMPA**

**URUGUAIANA/RS**

**2021**

**ALINE TERESINHA WALCZAK**

**MÃES E CIENTISTAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PAMPA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós graduação *Stricto Sensu* em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiane Ferreira da Silva

**URUGUAIANA**

**2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do

W151m Walczak, Aline Teresinha

Mães e cientistas: um estudo na universidade federal do  
pampa / Aline Teresinha Walczak.

125 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE,  
2021.

"Orientação: Fabiane Ferreira da Silva".

1. Maternidade. 2. Ciência. 3. Carreira científica. 4.  
Mulheres na Ciência. 5. Pandemia. I. Título.

Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Pampa

ALINE TERESINHA WALCZAK

**MÃES E CIENTISTAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação em Ciências.

Dissertação defendida e aprovada em: 13/05/2021.

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Fabiane Ferreira da Silva  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

---

Profa. Dra. Fernanda Staniscuaski  
(UFRGS)

---

Profa. Dra. Joanalira Corpes Magalhães  
(FURG)

SEI/UNIPAMPA - 0524387 - SISBI/Folha de Aprovação



Assinado eletronicamente por **FABIANE FERREIRA DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/05/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0524387** e o código CRC **84F39153**.

## AGRADECIMENTOS

Pode parecer clichê a forma como início meus agradecimentos, mas, primeiramente devo meus agradecimentos a Deus. Sei que por meio Dele e de Nossa Senhora, sempre tive toda a luz, a proteção, a coragem e a força necessária em diversos momentos em que me vi diante de qualquer situação difícil, sabendo que também, todas minhas conquistas, são frutos de suas bênçãos. Além dos meus anjos da guarda espirituais por Ele concedidos, Ele também me concedeu vários anjos na terra, e por isso, devo toda minha gratidão.

Preciso agradecer também à minha família, que como todas, não é perfeita, mas sempre estiveram ao meu lado em qualquer situação, qualquer decisão e qualquer caminho que eu seguisse. Eu sempre soube que independentemente de qualquer coisa, teria uma base para me segurar, e isso se comprova em tempos difíceis como os quais o mundo todo, e cada um de nós, internamente e individualmente, estamos vivendo.

Posteriormente, sem ordem de “classificação”, têm diversas pessoas que merecem meu agradecimento e que ficarão marcadas para sempre em meu coração. Gratidão à professora Fabiane, que além de ótimo exemplo como professora e orientadora, também se tornou meu exemplo como pessoa. Obrigada pela paciência, pela compreensão, pelo carinho e amor que me orientou, aconselhou e construiu junto comigo essa pesquisa. Levarei para sempre seus ensinamentos, seus aconselhamentos, sua forma de tratar o outro, que se tornaram em vários momentos, meu acaento ao longo do mestrado.

Juntamente, preciso agradecer às minhas amigas, que também se formulam como uma base para mim, a qual em vários momentos, amorteceram ou impediram minhas quedas. São diversas pessoas que me escutaram, me aconselharam e se tornaram parte importante em minha trajetória. Entretanto, não posso deixar de citar de forma especial, quatro amigas que, cada uma de sua forma, se formulam como aqueles anjos, mencionados acima, que Deus colocou em meu caminho.

Kelli, mais que uma amiga, uma irmã de alma. Grudamos na graduação e desde lá, não desgrudamos mais. Eu não tenho outras palavras, a não ser de gratidão, para expressar o quanto você é especial, o quanto do meu amor e do meu coração você é dona e quanto amo nossa amizade. Nós duas sabemos a nossa parceria, sabemos como cada uma se preocupa, torce, acolhe, ri e chora com a outra. Minha trajetória com certeza teria

outro rumo e não teria tanta luz e solidez se você não estivesse comigo ao longo desses seis anos.

Eduarda, Aldine e Laura, são incontáveis as vezes em que liguei para vocês, por qualquer motivo, e que vocês estavam ali, prontas para me ouvir. Gratidão pela amizade que construímos juntas, por todas as vezes em que estavam ao meu lado, seja para comemorar minhas vitórias ou para chorar minhas lágrimas, seja para me aconselhar ou para puxar minhas orelhas, seja para jogar conversa fora ou ter uma conversa séria sobre qualquer assunto. Minha profunda gratidão por tudo que compartilhamos juntas.

Ainda, pode parecer exagero e até mesmo, desnecessário, pois sei que mesmo se ela estivesse viva, seria impossível ler estas palavras, mas não posso deixar de registrar aqui, com muita dor no coração, como minha pequena companheirinha de quatro patas, foi fundamental em minha trajetória. Foram cinco anos em que a Vick não saiu do meu lado, para qualquer canto da casa que eu fosse, o som das suas patinhas me acompanhava. Você, com toda certeza, foi mais um anjinho que Deus colocou no meu caminho, me ensinou sobre amor genuíno, o mais puro que pode existir, me acalmou e me alegrou durante todos os dias da sua vidinha. Partiu cedo demais e com isso, acredito que novamente, possa estar me dando mais um ensinamento. Toda minha gratidão, amor e saudade para você, minha princesinha.

Agradeço também ao Grupo de Pesquisa Tuna: gênero, educação e diferença, da Universidade Federal do Pampa, pelo convívio e aprendizado ao longo dos dois anos do mestrado, nos quais pude fazer leituras, em que a partir delas e das trocas de saberes compartilhados pude desconstruir conceitos, perceber outras realidades e ressignificar aprendizados.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, pela possibilidade de realizar esta pesquisa, às(aos) professoras(es) do PPG pelos conhecimentos compartilhados e à Universidade Federal do Pampa, local em que esse sonho da pós-graduação se tornou realidade.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu a bolsa de estudos ao longo do último ano do mestrado, que foi fundamental para minha permanência no programa.

Também gostaria de agradecer, de forma especial, às professoras Fernanda Staniscuaski e Joanalira Corpes Magalhães pela leitura atenta e pelas importantes contribuições, observações e indicações de leitura que foram fundamentais para o desenvolvimento e qualificação da pesquisa.

Por fim, agradeço às 89 interlocutoras que deram vida para a pesquisa, pois sem o aceite das mesmas em compartilhar comigo suas experiências e concepções, a realização desta pesquisa não seria possível.

É preciso ter coragem para ser  
mulher nesse mundo. Para viver como  
uma. Para escrever sobre elas.

Clarice Falcão

## RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UNIPAMPA), na linha de pesquisa “Implicações das Práticas Científicas na Constituição dos Sujeitos” e teve como objetivo problematizar a relação entre maternidade e ciência na Universidade Federal do Pampa. Ao longo da história, buscou-se de diversas formas, restringir e controlar os espaços das mulheres, utilizando para isso, discursos e práticas que produzem as dicotomias e desigualdades de gênero, relacionadas as supostas diferenças nas capacidades e habilidades de homens e mulheres. Mesmo com o considerável aumento na participação das mulheres na ciência, as mesmas ainda enfrentam uma série de barreiras no que diz respeito a permanência e ascensão na carreira científica, consequência dos valores androcêntricos de produzir o conhecimento, que não considera as particularidades das mulheres, como a vivência da maternidade e as desigualdades de gênero. Dessa forma, a conciliação da maternidade com a carreira científica, pode representar um constante dilema na vida das mulheres, tornando-se necessário visibilizar e problematizar os esforços das mulheres para se inserir e se consolidar nas carreiras científicas enquanto vivenciam a maternidade. Para tanto, foram convidadas para participar da pesquisa, via e-mail institucional, todas docentes da universidade, distribuídas nos 10 *campi* da Unipampa, somando um total de 440 mulheres. A pesquisa está ancorada no viés pós-estruturalista dos Estudos Culturais e faz uso de questionários para produção de dados, sendo este enviado para o e-mail institucional de cada docente, ficando em aberto por um período de 31 dias. O questionário foi estruturado em três partes: a primeira buscou verificar às concepções e os entendimentos das docentes sobre a carreira científica e a maternidade; a segunda, foi direcionado para as docentes que já são mães, buscando investigar como se dá a conciliação da maternidade com a carreira científica; e a terceira, buscou analisar essa conciliação a partir do contexto pandêmico. A partir dos dados obtidos, percebe-se que as mulheres ainda enfrentam diversas barreiras e restrições com relação a permanência e ascensão na carreira científica. Além disso, foi possível perceber que a conciliação da maternidade com a carreira científica, ocorre de forma conflituosa para as docentes mães, que precisam escolher entre atender as demandas e exigências da maternidade ou da carreira na ciência. Foi possível notar também, que essa conciliação gera uma sobrecarga de trabalho nas mulheres, que pode limitar muitas vezes, sua permanência e progresso ao longo da carreira científica. Ainda, a sobrecarga identificada agravou-se na pandemia, período em que a desigual responsabilização dos cuidados com a casa e as(os) filhas(os), se acentuou ainda mais às mulheres. Ademais, percebemos que a ciência ainda se constitui “inóspita” às mulheres, que ainda encontram barreiras e dificuldades em permanecer e ascender na carreira científica, principalmente em áreas consideradas masculinas, sendo que as concepções das docentes sobre o que é ciência e ser cientista, são condizentes com os modelos masculinos de produzir o conhecimento, que estabelecem por exemplo, a alta produtividade em pesquisa e a disposição de determinadas capacidades e aptidões.

Palavras-chave: Maternidade. Ciência. Carreira científica. Mulheres na ciência. Pandemia.

## ABSTRACT

This dissertation was developed in the Postgraduate Program Education in Sciences: Life and Health Chemistry (UNIPAMPA), in the research line "Implications of Scientific Practices in the Constitution of Subjects" and aimed to problematize the relationship between maternity and science at the Federal University of Pampa. Throughout history, it has been sought in various ways to restrict and control women's spaces, using discourses and practices that produce gender dichotomies and inequalities related to the supposed differences in the abilities and skills of men and women. Even with the considerable increase in the participation of women in science, they still face a number of barriers with respect to permanence and advancement in scientific careers, a consequence of androcentric values of knowledge production, which does not consider the particularities of women, such as the experience of motherhood and gender inequalities. Thus, the reconciliation of motherhood with scientific careers may represent a constant dilemma in the lives of women, making it necessary to visualize and problematize the efforts of women to insert and consolidate themselves in scientific careers while experiencing motherhood. To this end, all female university professors from the 10 campuses of Unipampa, totaling 440 women, were invited to participate in the research via institutional e-mail. The research is anchored in the post-structuralism approach of Cultural Studies and makes use of questionnaires for data production, which were sent to the institutional e-mail address of each professor, remaining open for a period of 31 days. The questionnaire was structured in three parts: the first sought to verify the conceptions and understandings of the teachers about the scientific career and maternity; the second was directed to the teachers who are already mothers, seeking to investigate how they reconcile maternity with the scientific career; and the third sought to analyze this reconciliation from the pandemic context. From the data obtained, it can be seen that women still face several barriers and restrictions regarding the permanence and ascension in the scientific career. Moreover, it was possible to notice that the reconciliation of motherhood with the scientific career occurs in a conflicting way for the mother teachers, who need to choose between meeting the demands and requirements of motherhood or the career in science. It was also possible to notice that this conciliation generates an overload of work for women, which can often limit their permanence and progress along the scientific career. Moreover, the overload identified worsened during the pandemic, a period in which the unequal responsibility for the care of the home and the children became even more accentuated to women. Moreover, we realize that science is still "inhospitable" to women, who still encounter barriers and difficulties in staying and moving up in the scientific career, especially in areas considered masculine, and that the conceptions of female teachers about what science is and how to be a scientist are consistent with masculine models of producing knowledge, which establish, for example, high productivity in research and the availability of certain skills and aptitudes.

**Keywords:** Motherhood. Science. Scientific career. Women in science. Pandemic.

## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 1: MAPA DOS CAMPI DA UNIPAMPA----- 21**

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1: RELAÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES MULHERES E HOMENS  
POR CAMPUS DA UNIPAMPA E ÁREA DO CONHECIMENTO ----- 21**

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1 (Des)caminhos percorridos em torno do objeto de pesquisa	16
1.2 Contextualizando o universo de pesquisa	20
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>23</b>
2.1 Os Estudos Culturais e de Gênero na perspectiva pós-estruturalista	23
2.2 O contexto histórico da maternidade	25
2.3 Mulheres, ciência e maternidade	34
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>45</b>
3.1 Questionários como estratégias para produção de dado	45
3.2 Análise dos resultados	46
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>48</b>
4.1 Manuscrito 1 - Reflexões sobre gênero, ciência e carreira científica a partir do olhar de docentes da Universidade Federal do Pampa	49
4.2 Manuscrito 2- Maternidade e carreira científica: experiências e concepções das docentes mães da Universidade Federal do Pampa	73
4.3 Manuscrito 3- Maternidade e Ciência em tempos Pandêmicos: Experiências e Reflexões de Cientistas Mães da Universidade Federal do Pampa	95
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>122</b>

## 1 APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

A presente dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (PPGECQVS), da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), articula-se à linha de pesquisa “Educação Científica: implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos”. Tem como objeto de pesquisa “maternidade e carreira científica”, estando ancorado no viés pós-estruturalista dos Estudos Culturais. Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral **problematizar a relação entre maternidade e ciência na Universidade Federal do Pampa** e como objetivos específicos: Investigar e discutir de que forma a pandemia tem afetado a carreira das cientistas mães docentes da Unipampa; examinar de que forma o androcentrismo científico pode constituir-se como uma barreira às mulheres na ciência; analisar as concepções das docentes da Unipampa sobre o que é ciência e ser cientista; e pesquisar de que forma a maternidade impactou e/ou impacta a carreira científica delas.

Ao longo da presente dissertação, descreverei brevemente minha trajetória até a escolha do objeto de pesquisa e formulação do problema, os referenciais teóricos que norteiam a pesquisa, as construções metodológicas e, por fim, as discussões e reflexões dos dados obtidos ao longo da pesquisa. A disposição da presente dissertação está organizada em quatro capítulos, com o propósito de melhor organizar e auxiliar as(os) leitoras(es) na compreensão sobre a forma pela qual a pesquisa está organizada. Desse modo, nesse momento passo apresenta-la.

Na primeira seção, nomeada **Apresentação**, é, por conseguinte, a seção na qual apresento o objeto de pesquisa juntamente com os objetivos propostos, bem como faço um roteiro de leitura, buscando situar a(o) leitora(or) sobre a estrutura da dissertação. Essa seção está subdividida em outros dois subtítulos, nomeados **(Des)caminhos percorridos até a construção do objeto de pesquisa**, no qual almejo compartilhar um pouco de minhas vivências e trajetórias que foram mobilizadoras na escolha do objeto de pesquisa – maternidade e carreira científica, e **Contextualizando o universo de pesquisa**, no qual busco situar a(o) leitora(or) sobre alguns aspectos da Unipampa, instituição no qual se desenvolverá a pesquisa.

---

<sup>1</sup>O capítulo intitulado “Apresentação” e a seção intitulada “(Des)caminhos percorridos em torno do objeto de pesquisa” estão escritos na primeira pessoa do singular, sendo o restante do texto escrito na primeira pessoa do plural.

No capítulo seguinte, nomeado **Referencial Teórico**, apresento o suporte teórico que norteia a presente pesquisa, buscando dialogar com autoras(es) dos Estudos Culturais e de gênero, na perspectiva pós-estruturalista. A seção está dividida em três subtítulos, sendo eles: **Os Estudos Culturais na perspectiva pós-estruturalista**, em que faço algumas tessituras referentes aos estudos na perspectiva pós-estrutural; **A construção da maternidade: aspectos históricos**, em que busco realizar o resgate da história da maternidade no Ocidente até a contemporaneidade, e **Maternidade e ciência**, no qual procuro apresentar a história das mulheres na ciência até a contemporaneidade, problematizando a conciliação da carreira científica com a maternidade.

Na seção seguinte, compartilho os **Percursos metodológicos** que segui ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tanto para produção dos dados quanto para a análise. Nesta, discorro sobre os **Questionários como estratégias para produção de dados** e, em seguida, em **Análises dos resultados**, discorro as estratégias utilizadas para a sua análise.

A quarta seção trata da **apresentação dos resultados** obtidos a partir da realização da pesquisa, que são apresentados e discutidos na forma de manuscritos. O primeiro manuscrito produzido foi intitulado “Maternidade e Ciência em tempos pandêmicos: experiências e reflexões de cientistas mães da Universidade Federal do Pampa” e teve como objetivo investigar e discutir de que forma a pandemia tem afetado a carreira das cientistas mães docentes da Universidade Federal do Pampa. Já o segundo manuscrito, intitulado “Maternidade e carreira científica: experiências e concepções das docentes mães da Universidade Federal do Pampa”, teve como objetivo investigar aspectos relacionadas à conciliação da maternidade com a carreira científica das docentes da Unipampa. Por fim, o manuscrito 3, intitulado “Reflexões sobre gênero, ciência e carreira científica a partir do olhar de docentes da Universidade Federal do Pampa”, objetivou analisar alguns aspectos da trajetória profissional das docentes, bem como suas concepções sobre a ciência e o que é ser cientista.

A quinta seção, nomeada **consideração finais**, trata das considerações finais acerca da minha dissertação. Nela, retomei os principais resultados da pesquisa, a partir do objetivo geral, refletindo ainda sobre questões envolvendo a tríade mulher-mãe-cientista, a divisão sexual do trabalho e o androcentrismo científico, que interpelam a vida das mulheres de diferentes formas, a partir da desigualdade de gênero tanto na sociedade quanto na ciência.

Durante a escrita desta dissertação, percebi e rememorei discursos e práticas que marcaram minha constituição como mulher e pesquisadora, problematizando e refletindo questões antes ainda não observadas. Assim, convido as(os) leitoras(es) a conhecerem a construção desta pesquisa desenvolvida durante o mestrado.

### **1.1 (Des)caminhos percorridos em torno do objeto de pesquisa**

A pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que, em algum momento, julgamos incabíveis. *Ela se constitui na inquietação* (BUJES, 2007, p. 16)

Início a escrita que narra os caminhos percorridos até a chegada ao meu objeto de pesquisa a partir da afirmação de Bujes (2007), que aponta a pesquisa como resultado da insatisfação do nosso olhar diante de verdades e explicações que aprendemos e já não nos satisfazem, como resultado da necessidade de desconfiar dos ideais já tidos, de buscar por novos olhares a partir de outras lentes, para encontrarmos outras perspectivas, caminhos e respostas para as problemáticas que nos perturbam, inquietam, causam desconfortos e que, assim, instigam a procurar novas significações. Foi preciso, então, como Meyer e Soares (2005) sugerem, voltar meu olhar nos discursos e práticas que me interpelam, com o propósito de questioná-los, ver além do já percebido e reconhecer problemas que, antes, não eram vistos como tal.

É necessário voltar para minha infância, o local e o contexto em que nasci, para poder delinear o caminho que me constituiu. Nascida em Guarani das Missões, uma cidade pequena e tradicional do interior missioneiro do Rio Grande do Sul, tive, mesmo sem me dar conta ao longo de minha infância e parte de minha adolescência, grandes exemplos de mulheres de luta. Dentre elas, destaco minha avó materna, que, ao ficar viúva, deparou-se com a necessidade de criar, sozinha, doze filhos. As lutas enfrentadas e dificuldades vencidas são expressas não apenas em suas palavras, quando ela conta aos seus mais de vinte netos sobre suas histórias vividas, mas também em cada marca de seu corpo e em seu semblante cansado. Outra mulher que não posso deixar de destacar é a dona Alice, minha mãe, que me mostrou não apenas a partir de seus ensinamentos, mas também por exemplos, os significados de justiça, igualdade e lutas por direitos, especialmente os direitos das mulheres e independência.

Minha infância e adolescência foram marcadas pela observação das lutas e vitórias de mulheres como elas, que, mesmo sem conhecerem o feminismo ou se reconhecerem feministas, marcaram minha vivência como sendo meus primeiros exemplos de poder e lutas por direitos. Ao retornar meu olhar para minha infância, percebo como os dispositivos de gênero foram, de forma naturalizada, inseridos na minha subjetivação, a partir de brincadeiras e vestimentas, que seguiam fielmente as normativas sociais de “coisas de meninas”, bem como as repreensões sobre o meu comportamento, que deveria ser manso e doce. Cresci, vendo meu irmão, que é três anos mais velho, brincar até tarde na rua com seus amigos, andando de bicicleta, jogando futebol e brincando com carrinhos, sem poder participar das brincadeiras “por ser menina”, restando as bonecas, maquiagens e jogos de panela, brincando como alternativas possíveis de diversão.

Ao longo da adolescência, notava com uma certa “revolta” os limites impostos pelas representações sociais sobre o que vem a ser “coisa de mulher”. Minhas atividades corriqueiras eram constantemente vigiadas, não somente pelos meus pais, mas principalmente pelo meu irmão, que, desde a infância, recebera a “tarefa de irmão mais velho”: cuidar da irmã mais nova em toda e qualquer ação. O constante controle, disfarçado de cuidado, é consequência do machismo que continua delimitando os espaços, ações e comportamentos das mulheres. Determinadas justificativas e limites incomodavam-me, porque percebia que eles não eram estendidos para o meu irmão, que, por ser homem, tinha a tarefa de me “proteger” e me vigiar, por ser mulher. Mesmo incomodada, não percebia ainda como essas ações são parte da estrutura social e cultural de controle dos corpos femininos, o que vim a notar quando passei a frequentar a graduação.

Ainda, conforme fui crescendo, fui percebendo como a maternidade interpelou a vida das mulheres de minha família. Minha vó, seguindo as normativas culturais da época, recebeu uma criação que lhe educou para casar cedo, gerar bastante progenitoras(es) e cuidar das(os) mesmas(os), da casa e do esposo. Quando meu avô faleceu, se viu diante da necessidade de cuidar das(os) 12 filhas(os), o mais novo com poucos meses de vida, sozinha. Foi uma vida marcada pelos valores patriarcais impostos, que se refletiram nas próximas gerações. Por exemplo, minha mãe, que sempre relata sua “fuga” de casa para poder estudar e ter sua independência, sendo a única das suas cinco irmãs a fazer isso, desde pequena me ensinou que comigo seria diferente: eu teria todas as oportunidades necessárias para estudar e ser o que eu quisesse, sempre destacando que a independia era

primordial e o caminho que ela queria que eu traçasse. Porém, os dispositivos de gênero e de maternidade também sempre se fizeram presentes nos mimos em formato de bonecas, casinhas, painéis e principalmente, no discurso que ainda atualmente ouço: como mulher, preciso ser mãe um dia.

Cursei o ensino médio, assim como todo o ensino básico, na escola pública estadual João Przyczynski, cuja menção faz-se necessária pela influência que exerceu em minha subjetivação. Foi nela que me reconheci como professora, a partir das aulas com professoras(es) que se tornaram referências de profissionais em minha trajetória. Também foi nela que me encantei pela biologia e, em período de decidir meus caminhos futuros, resolvi aventurar-me no curso de licenciatura em Ciências Biológicas, envolvendo o que, na época, constituíam-se minhas duas maiores paixões profissionais: a docência e a biologia.

Minha trajetória ganhou novos contornos e significados na graduação, realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul, espaço que modificou, de forma profunda, minhas vivências. Foi no espaço acadêmico que tive os momentos de maiores confrontos e desestabilização de minhas verdades e crenças. Passei a conhecer um pouco sobre o movimento feminista, a partir de grupos de debates formados por alunas(os) que buscavam elucidar como o feminismo faz parte de nossas vidas e porquê seu (re)conhecimento é importante e necessário. Assim, concordo com Hooks (2018, p. 25) quando ela assinala que

Feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. Assim como todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação

Posso afirmar, então, que me tornei feminista, pois, a partir do feminismo, passei a confrontar entendimentos, práticas e posturas, isto é, passei a problematizar a minha forma de pensar, agir e estar na sociedade a partir das reflexões realizadas por mim, propiciadas por intensos debates com outras mulheres que já haviam compreendido, antes de mim, o significado do movimento feminista.

Além disso, também me constitui professora e pesquisadora por meio da participação em grupos de pesquisas e programas de bolsa, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Educação Tutorial, o PETCiências, que ganha destaque especial em minha subjetivação, pois, a partir dele, iniciei minha aproximação com os Estudos Culturais e com temáticas de

pesquisas ligadas às questões de gênero e sexualidade, objeto de estudo do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Neste, ao considerar a escola como uma instituição social que reproduz ou produz discursos e práticas estereotipadas referentes ao gênero e à sexualidade, realizei análises documentais de anais de dois eventos da área da Educação, o IX, X e XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (*ENPEC*) e do IX, X e XI Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (*ANPED SUL*), investigando as abordagens referentes às questões de gênero e sexualidade nos espaços escolares (WALCZAK; SANTOS, 2020).

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, comecei a participar do Grupo de Pesquisa Tuna: Gênero, Educação e Diferença, que foi fundamental para que, novamente, me confrontasse com a forma como estava/estou me constituído feminista e pesquisadora, e, nele, os conceitos e as problemáticas de gênero passaram a me interpelar de forma diferente. Logo no início da minha trajetória no mestrado, tive a oportunidade de participar do II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência: avanços nas instituições de pesquisa brasileiras<sup>2</sup>, que ocorreu em Porto Alegre/RS, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O referido evento teve como objetivo continuar as discussões pertinentes à maternidade e carreira das mulheres cientistas, desenvolvidas no ano de 2018, quando aconteceu o I Simpósio, intitulado Maternidade e Ciência: presente e futuro nas instituições de pesquisa brasileiras, bem como sinalizar e discutir sobre as políticas de apoio à maternidade tanto no Brasil quanto em outros países.

As discussões realizadas no simpósio marcaram minha constituição como pesquisadora a tal ponto que já não percebia mais a ciência da mesma forma que anteriormente, nem olhava as mulheres cientistas com o mesmo olhar. As discussões pertinentes às dificuldades de conciliar a carreira com a maternidade, como consequência do caráter androcêntrico da ciência, interpelaram-me a tal ponto de configurar a maternidade e ciência como objeto de estudo. Passei a olhar as mulheres cientistas, bem como suas carreiras na ciência a partir de outras lentes, problematizando as representações de gênero que fazem parte de nossas vidas e são alicerçados na ciência, nas diferentes possibilidades de ingresso, permanência e ascensão de mulheres e homens nas carreiras científicas, no androcentrismo do contexto científico e sua relutância em criar mecanismos de equidade de gênero.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/inicio-1>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

A partir disso, passei a assumir, como Meyer (2001, p. 35) destaca ser necessário, uma posição de estranhamento e problematização frente às questões que, antes, eu julgava já conhecidas e não problemáticas, exercitando “o estranhamento, a perplexidade e a descoberta diante do próprio saber-fazer” pertinente à maternidade e ciência, que se constituem meu objeto de pesquisa. Dessa forma, fui percebendo a importância e a necessidade da realização de estudos que problematizem e investiguem a organização social em torno da maternidade, bem como a forma com que a carreira científica é formulada, pois, em sua forma androcêntrica, não abrange as peculiaridades das mulheres.

Torna-se importante pontuar, que no decorrer do mestrado e da escrita da presente dissertação, houve a pandemia, anunciada no início do ano de 2020, causadora de significativas transformações mundiais, tanto nas esferas sociais quanto na vida dos sujeitos, ocasionando milhares de mortes pelo mundo inteiro até o presente momento. A pandemia transformou a vida de todas(os) a partir das perdas de pessoas queridas e de medidas como isolamento social, necessário para a contenção do vírus, até a disponibilidade de tratamento efetivo e vacinação disponível em massa para a população. A pandemia acentuou as problemáticas que já faziam parte do objeto de investigação na presente dissertação, que é a conciliação da maternidade com a carreira na ciência, e sendo assim, foram necessários novos caminhos investigativos para abranger a temática dentro desta nova realidade social.

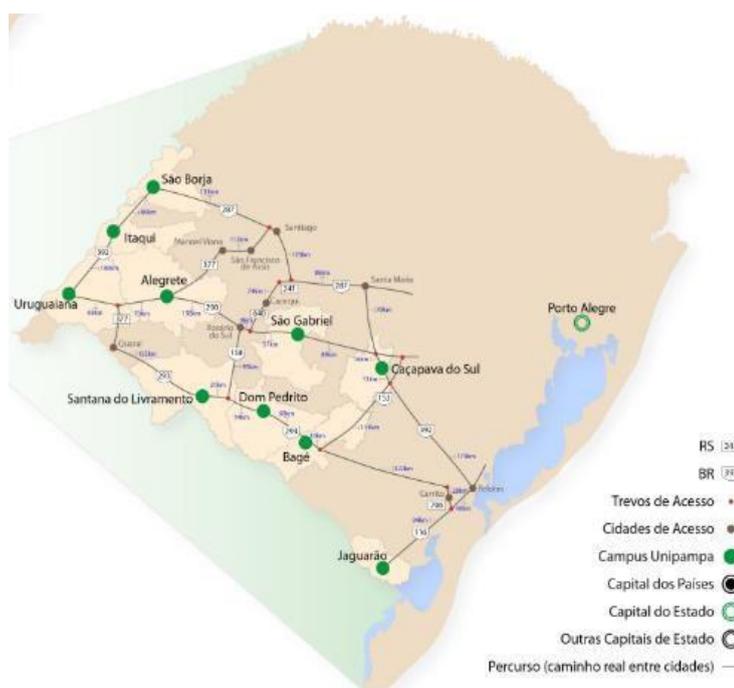
Assim sendo, destaco que o problema da presente pesquisa se formula a partir do questionamento: Como as mulheres cientistas da Universidade Federal do Pampa percebem a conciliação entre maternidade e ciência?

## **1.2 Contextualizando o universo de pesquisa**

A Unipampa, sendo criada, primeiramente, como extensão dos *campi* da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), foi instituída pela lei de Nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008. Pensada como parte do programa Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), a institucionalização da independência da Unipampa fez parte dos objetivos do governo federal de ampliar o ensino superior na metade sul do estado do Rio Grande do Sul. Assim, sua localização e extensão foram pensadas a partir da perspectiva de minimizar a estagnação econômica dos contextos em que ela está inserida, impulsionando, desse

modo, o desenvolvimento dessas regiões a partir da educação. A universidade tem sua estrutura descentralizada e multicampi, localizados nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiiana, somando um total de 10 *campi*, conforme ilustrado no mapa a seguir:

**Figura 1:** mapa dos campi da UNIPAMPA



Fonte: Site Unipampa

Atualmente a universidade conta com 69 cursos de graduação (4 em extinção), 04 doutorados, 10 mestrados acadêmicos, 08 mestrados profissionais e 35 especializações.<sup>3</sup>

Com relação ao número de docentes, em especial as docentes mulheres, que, destacamos que a partir do levantamento de dados realizado no site da UNIPAMPA<sup>4</sup>, conforme busca pelo nome civil, encontramos um total de 887 docentes, distribuídos nos 10 *campi* da universidade, sendo que, deste total, 430 são mulheres e 457 são homens. Ou seja, as mulheres, atualmente, representam 48.4% do total de docentes da Unipampa. O quadro, a seguir, busca ilustrar o número de docentes mulheres e homens de cada *campus* da Unipampa, juntamente com a área do conhecimento que caracteriza cada um dos *campi*.

**Quadro 1:** Relação do número de docentes mulheres e homens por campus da Unipampa e área do conhecimento.

<sup>3</sup> Fonte: <https://unipampa.edu.br/portal/universidade>

<sup>4</sup> Fonte: <https://unipampa.edu.br/portal/#>

<b>Campi</b>	<b>Área do conhecimento</b>	<b>Nº DM</b>	<b>Nº DH</b>	<b>Nº TD</b>	<b>DM (%)</b>	<b>DH (%)</b>
Alegrete	Engenharias	20	72	92	21.7 %	78.2 %
Bagé	Ciências Exatas	72	81	153	47.0 %	52.9 %
	Linguagens					
Caçapava do Sul	Ciências Exatas e da Terra	22	38	60	36.6%	63. %
Dom Pedrito	Ciências Agrárias	33	24	57	57.8 %	42.1 %
	Educação					
Itaqui	Ciências Agrárias	38	47	85	44.7 %	55.2 %
	Exatas					
	Nutrição					
Jaguarão	Ciências Humanas	44	24	68	64.7 %	35.2 %
	Linguagens					
Santana do Livramento	Ciências Jurídicas	31	35	66	46.9 %	53.0 %
	Econômicas					
São Borja	Ciências Humanas	41	27	68	60.2 %	39.7 %
	Ciências Sociais					
São Gabriel	Ciências Biológicas	21	40	61	34.4 %	65.7 %
Uruguaiana	Ciências da Saúde	108	69	177	61.0 %	38.9 %
	Educação					
<b>Total</b>		430	457	887	48.4 %	51.5 %

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações presentes no site da Unipampa, 2021.

Legenda: Nº DM: número de docentes mulheres; Nº DH: número de docentes homens; Nº TD: número de todos os docentes; DM (%): percentual de docentes mulheres e DH (%): percentual de docentes homens.

A partir dos dados contidos no quadro, podemos observar o baixo número de mulheres em *campus* caracterizados pelas áreas ditas masculinas, como as engenharias e ciências exatas, e o alto número de mulheres em *campus* caracterizados pelas áreas ditas femininas, como as Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Educação. Esses dados demonstram o que Chassot (2017) afirma de forma sublime em seu livro *A Ciência é masculina? É, sim senhora*, destacando que ainda há muitas desigualdades relacionadas tanto à inserção, quanto à permanência das mulheres na ciência, que ocorre de forma dicotomizada, em maior número nas áreas socialmente reconhecidas como femininas e em menor número em áreas socialmente reconhecidas como masculinas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Os Estudos Culturais e de Gênero na perspectiva pós-estruturalista**

O presente trabalho encontra-se alinhado com o campo dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, na perspectiva pós-estruturalista, buscando investigar, a partir da cultura, práticas e discursos, os jogos de verdade produzidos em torno da carreira científica das mulheres concomitantemente com a maternidade.

Entendendo como cultura o local onde a vida acontece, local de divisão, de conflitos, resistências, enfim, o palco dos diferentes modos de vida dos sujeitos, suas relações e práticas (THOMPSON, 2006; COSTA, 2000), os Estudos Culturais, segundo o Escosteguy (2004, p. 137), devem ser vistos “tanto sob ponto de vista político, na tentativa de constituição de um projeto político, quanto sob ponto de vista teórico”, ou seja, como um campo de resistências, de estudos, reflexões e conhecimento. Assim, podemos dizer que não há, nos estudos culturais, uma área de atuação definida, pois estes utilizam os conhecimentos de diversas áreas, com diferentes metodologias e teorias para investigar determinado fenômeno cultural de interesse. Assim, corroboramos com Escosteguy (2004, p.138-139), que afirma que os estudos culturais buscam investigar “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais compõem seu eixo principal de pesquisa”.

Nessa perspectiva, é importante destacar que os estudos culturais, na perspectiva aqui adotada, de viés pós-estruturalista, segundo Aguilar e Gonçalves (2017, p. 37), surgem “como uma forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas instaurando uma desconstrução de alguns conceitos considerados como verdades absolutas e centrais”. Ademais, podemos afirmar que as pesquisas no âmbito do pós-estruturalismo permitem-nos pensar os sujeitos, os processos, as representações e os contextos pesquisados de forma heterogênea, provisória, desconstruindo, assim, conceitos e significados antes tidos como centrais e incontestáveis. Assim sendo, no pós-estruturalismo e nos estudos culturais, os processos de investigação são compreendidos a partir de uma determinada cultura, pertencente a um determinado contexto social.

Além disso, os estudos culturais visibilizam e criticam significados e problemáticas sociais de diferentes faces, como as desigualdades e os preconceitos

étnicos-raciais, de gênero<sup>5</sup>, sexuais etc. Assim, reconhecendo a importância da cultura na subjetivação e (trans)formação dos sujeitos e das relações sociais pela sua pluralidade, reconhecemos que é com os discursos e práticas culturais, que as diferenças e desigualdades de gênero se constituem. Nessa perspectiva, o movimento feminista da chamada segunda onda, ao questionar as problemáticas de gênero na sociedade, bem como abranger a heterogeneidade e multiplicidade de experiências e subjetividades existente entre as mulheres, formula o conceito de gênero como uma categoria útil de análise. Assim, os estudos de gênero evidenciam, problematizam e criticam as desigualdades e as representações de gênero impostas ao longo do processo de subjetivação das mulheres na sociedade, destacando que as mesmas não são biologicamente impostas, mas sim culturalmente produzidas e reproduzidas no contexto social.

A partir disso, destacamos as ponderações de Costa (2000), que atenta para a necessidade e importância de ligar as teorias pós-estruturalista, de forma especial, os Estudos Culturais e Estudos de Gênero, com os movimentos sociais – como o feminismo, que, a partir do conceito de gênero, busca discutir as desigualdades sociais entre homens e mulheres –, para que eles não percam seu caráter de crítica política, além de sua necessária conexão com a educação, em seus diferentes níveis de ensino e pesquisa. Assim, ancorando nossa pesquisa no campo da educação, ressaltamos sua importância para futuras ressignificações da temática, tanto nos discursos quanto nas práticas sociais referentes a esta, visibilizando-a ainda para futuras outras problematizações, investigações e (re)construções. Nessa perspectiva, o presente trabalho ancora-se nos Estudos Culturais e de Gênero ao estudar, simultaneamente, os discursos e práticas culturais relacionados às perspectivas/expectativas referentes tanto à maternidade quanto à carreira científica das mulheres no Brasil.

Nos próximos tópicos, buscaremos discutir a temática que constitui a presente dissertação, a maternidade e carreira científica das mulheres. De forma especial, no tópico seguinte, faremos uma breve contextualização do histórico da maternidade no Ocidente até a atualidade, objetivando demonstrar que o tratamento dado na contemporaneidade às questões ligadas à maternidade é consequência das construções sociais pertinente à temática.

---

<sup>5</sup> Consideramos gênero, segundo Saffioti (2004, p. 45), que afirma que gênero é a “construção social do masculino e do feminino”.

## 2.2 O contexto histórico da maternidade

Como sujeitos sociais, aprendemos e reaprendemos nossas atitudes, pensamentos e comportamentos conforme os discursos e práticas sociais vigentes, que são formulados e reformulados constantemente (OLIVEIRA; MAIO, 2016). Diferentes representações sociais e culturais, que organizavam as relações de nossos antepassados de forma totalmente distintas da que percebemos atualmente, ainda incidem consequências em nossas formas de pensar e agir. Assim, aprendemos e naturalizamos determinadas representações sociais referentes a questões centrais que organizam nossas relações, como a forma patriarcal e sexista da organização familiar e social, a divisão sexual do trabalho, os estereótipos de gênero<sup>6</sup> e as concepções relacionadas à maternidade (SWAIN, 2007).

Os discursos e práticas sociais em torno dos significados de ser mulher e experimentar a maternidade marcam a vida das mulheres em diferentes contextos e espaços temporais. Historicamente, mulheres e homens são representados de forma binária, em que suas características, comportamentos, espaços e funções sociais são atribuídas de acordo com suas diferenças sexuais, segundo valores determinados e produzidos socialmente (SWAIN, 2007). Nessa perspectiva, Stevens (2007, p. 19) destaca que a função biológica foi

[...] a responsável pela primeira grande divisão de trabalho da humanidade e organização de papéis de gênero. Nessa estruturação binária, coube à mulher a imanência do biológico, da reprodução, enquanto que o homem destinou para si a transcendência o domínio da cultura e da civilização.

Os valores e representações de maternidade, infância e família, são articulados na história, sendo, dessa forma, constantemente formulados e reformulados, conforme os contextos culturais, sociais, econômicos e políticos da época (ARIÈS, 1986; BADINTER 1985). Assim, em contextos específicos, a maternidade já foi sinônimo de poder e prestígio social, em outros, diferentemente, serviu de respaldo para condições de inferioridade e submissão feminina (SWAIN, 2007; ROCHA, 2009). Atualmente, a partir de discursos como o instinto materno e o amor maternal, a maternidade é apresentada como constituinte inata da constituição feminina, símbolo de realização e satisfação da

---

<sup>6</sup> Compreendemos o conceito a partir do entendimento de D'Amorim (1997, p. 122), que aponta que estereótipos de gênero é o “conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam estas crenças individuais ou partilhadas”.

mulher, que neste sentido, precisa gerar e cuidar de crianças (STEVENS, 2007; SWAIN, 2007).

Conforme Moura e Araújo (2004, p. 45), “[...] historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam são produzidas por uma série de agenciamentos sociais”. Assim sendo, diversas(os) pesquisadoras(es), como Ariès (1981), Badinter (1985), Emidio (2011) e Stasevka (1999), destacam que, até o século XVIII, os valores e representações referentes às crianças e à maternidade eram significativamente divergentes da atualidade, variando de forma relevante conforme o período e o conjuntura social. Dessa forma, as concepções de maternidade como sendo parte da natureza da mulher e função feminina por excelência são relativamente recentes na história da civilização ocidental, produzidas a partir de discursos médicos, sociais e religiosos (MOURA; ARAÚJO, 2004).

No que diz respeito à importância e significados dados às crianças na atualidade, segundo Ariès (1981), até o século XII, não há nenhuma referência sobre a infância na arte medieval, sendo difícil considerar que essa ausência na abordagem do tema fosse decorrente da falta de habilidades da época, mas porque, provavelmente, não havia espaço para a infância naquele período. Dessa forma, em um contexto marcado pelos valores patriarcais extremos e pelos interesses econômicos, qualquer sentimento ou relação afetiva até o século XII, seja entre pais e filhos, ou entre cônjuges, eram praticamente nulos (ARIÈS, 1981). O homem detinha todo poder e valor social, sendo considerado ser superior, em contraponto com as crianças, que, assim como as mulheres, “figuravam igualmente como pessoas de pouca importância, que se subordinavam ao marido/pai” (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

Segundo Badinter (1985), assim como as crianças, nenhum valor especial era dado à maternidade, tanto pela cultura social quanto pelas mulheres mães, que delegavam os cuidados das crianças a terceiras. A autora descreve que, a partir do século XVII, começaram a ser delineadas pequenas mudanças com relação à concepção e atenção dadas à infância, entretanto, ainda muito distintas da nossa realidade. Influenciada por ideologias da época, mais do que sinônimo de desinteresse, a infância no século XVII era vista como algo ruim, expressão da fraqueza do espírito e fruto do pecado, e que, por isso, deveria ser isolada e educada de forma a combater os maus instintos (BADINTER, 1985).

Neste sentido, teólogos, pedagogos e sociólogos enfatizavam a importância de tratar a infância de forma fria e distante, pensamento que, ao ser continuamente reforçado, manteve, até o final do século XVII, “uma atmosfera de dureza na família e nas novas escolas” (BADINTER, 1985, p. 37). A partir desse desprezo dado à infância, que foi popularizado com o tempo, as(os) filhas (os) continuavam não estando entre as prioridades dos pais, que não viam problemas em “se livrar” de uma forma ou de outra do “fardo” que seria cuidar de uma criança. Assim, situações que atualmente seriam condenadas pelos valores morais e sociais, como o abandono físico ou o abandono moral das (os) filhas (os), até século XVII, eram socialmente normais e aceitas.

Sobre o abandono infantil no contexto europeu, Gradwohl *et al.* (2014) apontam que era comum o envio das crianças às chamadas amas de leite, que, em sua maioria, eram mulheres camponesas de baixa renda, com quem ficavam até aproximadamente os sete anos de idade. O envio das crianças para as amas de leite pode ser percebido como reflexo do desinteresse dado à infância na época, além de ser resultado dos valores patriarcais vigentes, já que as justificativas para a realização da prática iam da estética, como a visão de que a amamentação deformaria os peitos das mulheres, até aquelas fundadas em uma determinada moralidade, onde seria pouco digno para a mulher amamentar uma criança (BADINTER, 1985). Assim, realizada a princípio no meio urbano e nas classes mais altas, a prática das amas de leite teria se generalizado em meados do século XVIII.

Apenas a partir do século XVIII, começou a haver uma tomada de consciência tanto social quanto médica sobre a infância, em que o Estado as viu como futura mão de obra mercantil. Os discursos reproduzidos pelo Estado pertinentes à importância das crianças para o futuro da nação suscitaram a reprodução das proposições que destacavam a importância da participação das mulheres nessa tarefa, juntamente com a valorização da família, o que foi concomitante com a medicina da época, que começou a condenar, a partir de discursos higienistas, a prática das amas de leite. Sob discursos de que a prática das amas de leite inferia riscos de contaminações para as crianças, segundo Tourinho (2006, p. 18), os postulados higienistas “buscavam resgatar, na ordem natural dos instintos, a maternidade e a amamentação como fatores vitais para a sobrevivência dos filhos”, como forma de instigar as mulheres mães a criar vínculos com as(os) filhas(os).

No Brasil, a prática das amas de leite foi introduzida a partir da chegada dos portugueses, no século XVI, na perspectiva de que, em Portugal, já era comum as “mães

ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito de saloias ou escravas” (FREYRE, 2003, p. 460). Assim sendo, com a chegada dos portugueses, foi transmitido o costume europeu da amamentação como algo negativo, vulgar e primitivo, e, dessa forma, as mulheres civilizadas (portuguesas) não poderiam exercê-la, devendo deixar a realização da prática a outras mulheres, consideradas “inferiores”. Neste sentido, foi delegada, primeiramente, a tarefa de amas de leite às índias e, posteriormente, às mulheres negras escravas (BARBIERI; COUTO, 2012), até serem adotados os discursos e atitudes higienistas da Europa, que condenavam a prática.

Com os novos delineamentos relacionados aos sentimentos pelas crianças no ocidente a partir do século XVIII, as práticas em torno da maternidade também começaram a modificar-se. A criança passou a ser percebida pelo seu valor mercantil para o Estado e, por isso, as altas taxas de infanticídios e os cuidados dos pais com as(os) filhas(os), principalmente nos primeiros anos de vida, passaram a ser de seu interesse. O Estado via, nas crianças, o poder de mudança e avanços futuros da sociedade, compreendendo-as como o cidadão, produtor e soldado de amanhã (STASEVSKAS, 1999), de modo que, por isso, precisava estimular uma série de mudanças sociais no que diz respeito à organização familiar e aos cuidados com as crianças.

Era necessário que as famílias, especialmente as mulheres, desejassem voltar sua atenção e cuidados para as(os) filhas(os) e, para isso, era preciso ressignificar os valores sociais a respeito do valor dado à família e à maternidade. A família passou a ser, então, o principal palco do espaço privado, opondo-se ao espaço público, tendo como principal figurante a mulher, que era estimulada a ficar em casa, cuidando dos afazeres domésticos e exercendo a maternidade (TOURINHO, 2006). Assim, “apareceu com mais força a figura da esposa em tempo integral e da mãe como personagens essenciais na estrutura familiar” (STEVENS, 2007, p. 25), sob justificativa de que a mulher estaria contribuindo para construção de um futuro melhor para a nação.

Nesse novo modelo de família, foram delineados papéis diferenciados para homens e mulheres, nem que, conforme destaca Stasevskas (1999, p. 105) “a mãe zela pelo bem-estar dos filhos e do marido, e pai é aquele que sustenta a família, não permitindo que nada de material lhes falte e os filhos existem para serem protegidos e amados”. É ressaltado a importância da família nos cuidados e na educação das crianças, que deveriam corresponder aos princípios éticos, morais e religiosos da sociedade. Desse modo, passou-se a esboçar “uma associação entre a criança, que precisa de proteção e

formação, e a família que, entre outras coisas, tem missão de proteger e educar seus membros” (TOURINHO, 2006, p. 6), sendo que a maternidade se tornou cada vez mais sagrada e valorizada.

Para potencializar as mudanças nos cuidados com as crianças dentro das famílias, era necessário potencializar o significado de família como sinônimo de felicidade e realização, para que sua formação e estrutura fossem atrativas para os homens e, principalmente, para as mulheres (BADINTER, 1985). Além disso, seria necessário mudar a forma de as mulheres pensarem e agirem com relação à maternidade. Para isso, foram necessários grandes esforços em torno de discursos morais, éticos e científicos, para atrair o desejo das mulheres cuidarem as (os) filhas (os). Dessa forma, Moura e Araújo (2004, p. 46) registram que

Após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o “amor materno” como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. Dessa forma, em defesa da criança dois diferentes discursos confluíram para modificar a atitude da mulher perante os filhos: (1) um discurso econômico [...] e (2) uma nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual.

Com as reformulações nas concepções sobre a importância das crianças, da família e da maternidade, entrou em vigência, até meados do século XX, o modelo de família baseada no binário provedor/dona de casa. Nesse modelo, a partir das diferenças ditas “naturais” de homens e mulheres, ocorreu a “atribuição de distintas habilidades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens” (BIROLI, 2018, p. 35). A mulher deveria assumir o cuidado com o âmbito privado para que os homens, vistos como provedores da casa, pudessem assumir “suas funções” no âmbito público. Para efetivar essa divisão, foi necessário rerepresentar para a mulher o espaço privado como sinônimo de realização e plenitude, no qual, ao exercer a maternidade e os cuidados com a casa, ela estaria correspondendo ao seu destino biológico e cumprindo sua função social (MOURA; ARAÚJO, 2004; SWAIN, 2007).

A rede discursiva que atribuiu diferentes espaços e papéis para homens e mulheres, a partir de suas características biológicas, produziu estereótipos que, segundo Biroli (2018, p. 42), “romantizam os papéis, como no caso da ideologia maternalista – as mulheres cuidariam mais das crianças porque possuiriam tendências naturais para tal cuidado, não porque os homens são socialmente liberados dessa função”. Dessa forma, entre os mecanismos utilizados para persuadir, principalmente as mulheres, nesse novo

modelo de organização familiar e social, o discurso da amor materno, que coloca a maternidade como “uma característica universal feminina, fazendo-a parecer um dom, um sentimento instintivo e estritamente biológico que todas as mulheres vivenciariam” (TOURINHO, 2006, p. 8), foi o mais contundente e efetivo de todos.

A romantização da maternidade modificou de forma significativa a organização do núcleo familiar, as relações sociais e a prática da maternagem<sup>7</sup>. Em conjunto com os discursos que atribuem às mulheres características ditas inatas, como a doçura, paciência e amor, com o objetivo de naturalizar a maternidade como parte de seu destino biológico, também começaram a ser produzidos os discursos pertinentes ao amor romântico (BADINTER, 1985). Tourinho (2006) argumenta que, a partir de então, os casamentos que antes eram realizados por arranjos puramente econômicos, a partir do século XVIII, passaram a ser realizados em sinônimo da idealização do amor entre o homem e a mulher, espelhando a imagem de lugar privilegiado, de realização, felicidade e cuidados.

O casamento passou a ser valorizado pelo Estado e por instituições sociais como a igreja, que reproduzia o discurso de que ele traria vantagens para as mulheres pela “sua indissolubilidade, que daria à mulher mais segurança e proteção, afora a dignidade preservada” (STASEVSKAS, 1999, p. 46), principalmente na criação das (os) filhas (os). O modelo de sociedade que começou a ser produzido, a partir do século XVII, é o que define a família como sinônimo de moral e respeito no contexto social, de modo que as mulheres, para serem respeitadas e terem uma certa melhoria de vida dentro da sociedade, precisavam casar e formar uma família. O casamento e a maternidade foram alicerçados nos ensinamentos da época pela representação da “verdadeira mulher” como sendo mãe, esposa e dona de casa (SWAIN, 2007).

Autoras como Badinter (1985), Swain (2007), Stevens (2007) e Biroli (2018) definem o casamento como um exemplo de instituição criada pelo patriarcado que faz o assujeitamento e controle direto do homem sobre uma mulher. A partir do casamento, seriam atribuídas, de forma desigual, as responsabilidades pela vida doméstica, principalmente no que diz respeito aos cuidados com as(os) filhas(os), sendo uma forma de “manter as mulheres em casa e privatizar seu trabalho” (STEVENS, 2007, p. 32). Assim, o Estado, em consonância com os discursos da Igreja, utilizou vários mecanismos, principalmente do amor romântico e do amor materno, para definir, de forma mais

---

<sup>7</sup> Consideramos maternagem como os cuidados da mãe com o bebê, que se iniciam em seu nascimento e prolongam-se ao longo de sua vida (TOURINHO, 2006).

acentuada, a divisão de público e privado e ressaltar os valores patriarcais que deveriam ser seguidos.

Na tríade reprodução/mulher/natureza, a maternidade, quando relacionada às crenças religiosas humanas, foi, por muito tempo, considerada sinônimo de poder, sendo as cerimônias religiosas celebradas em honra a deuses e deusas, em que a imagem da deusa era “uma mulher dando a luz, símbolo do doar, do cultivar a terra, do prover [...] A atividade econômica estava diretamente ligada ao culto da deusa-mãe” (ROCHA, 2009, p. 44). Com o Cristianismo, Chassot (2017) indica que o lugar da mulher é colocado a partir de duas principais histórias: a primeira diz respeito à criação do homem, pela qual a mulher seria proveniente de parte de sua costela, nascida única e exclusivamente para ser sua companheira. A segunda história diz respeito à culpa da mulher no pecado original, que teria gerado, como consequência, todo o sofrimento e o mal no mundo.

Formulada a partir de valores patriarcais, por séculos, a Igreja foi construída por homens e para os homens, precisando reformular-se quando começou a perder o domínio privado para o Estado e a perder a presença masculina de seu seio. Suas ações deixaram de ser voltadas para os homens, vistos como mantenedores e autoridades máxima da casa, e passaram para a mulher, que era reconhecida até então pelo seu papel secundário nas famílias (BADINTER, 1985). Nessa reformulação estrutural da Igreja, que se volta para os sujeitos femininos, a figura de Maria, mãe de Jesus, teve papel crucial, que “colabora e resgata a humanidade de seu pecado” (CHASSOT, 2017, p. 104), fazendo isso por meio da maternidade.

A Igreja passou, então, em conjunto com o Estado e a medicina, a produzir discursos que romantizam maternidade e conjugam-na como parte do destino biológico das mulheres, que deveriam exercê-la para cumprir com os desígnios da natureza divina pelos quais foram destinadas. A maternidade também era colocada como forma de remissão dos pecados carnis e santificação da mulher a partir da imagem de Maria, que, ao dizer sim à maternidade, livrou o mundo do pecado (CHASSOT, 2017). Nessa perspectiva, Badinter (1985, p. 222) discorre que “a mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher’. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho”.

Esse novo modelo de maternidade, apoiado no sinônimo de santidade, “fez-se bastante útil aos interesses da Igreja e do Estado, deixando para a mulher o espaço

doméstico, o papel de virgem ou de ‘santa mãezinha’, fornecedora do trabalho de base com relação a criação dos filhos e o trabalho doméstico” (STASEVKAS, 1999, p. 45). A mulher deveria, de forma amorosa, doce e gentil, aceitar seu papel de mãe, esposa e dona de casa, enfrentando, de forma benevolente, qualquer tipo de sofrimento, desafios e dificuldades. Os princípios sobre o que seria ser uma boa mãe eram constantemente reforçados, sob a justificativa de que a mãe seria a principal transmissora dos valores sociais e, por isso, deveria ter todos atributos necessários para bem educar as (os) filhas (os), considerados o futuro da sociedade. De acordo com Moura e Araújo (2004, p. 47):

À medida, porém, que as responsabilidades aumentaram, cresceu também a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, que novamente surgiram no discurso médico e filosófico como inerentes à natureza da mulher. Assim, se por um lado as novas responsabilidades da mulher conferiam-lhe um novo status na família e na sociedade, afastar-se delas trazia enorme culpa, além de um novo sentimento de “anormalidade”, visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia.

Dessa forma, podemos dizer que, a partir do século XVIII, as três principais instituições sociais, Estado, Igreja e Ciência, reforçaram, em seus discursos, um padrão ideal de feminilidade, a partir de uma determinada representação de mãe, esposa e dona de casa. A maternidade passou a ser naturalizada como destino biológico das mulheres, que não poderiam negar ou questionar os desígnios estabelecidos pela natureza, aceitando as obrigações do mundo privado com alegria e satisfação. Medicina, religião e política alinhavam-se e misturavam-se em seus discursos, buscando ressignificar as representações de maternidade a partir dos discursos como o amor materno e o instinto materno intrínseco de todas as mulheres (BANDINTER, 1985).

Percebemos, desse modo, que, até meados do século XVIII, a organização social em torno da infância e, conseqüentemente, da maternidade, era bruscamente divergente da organização contemporânea. As crianças e a maternidade não tinham o mesmo significado e valor social que têm hoje, corroborando com o entendimento de que nossas ações e compreensões, que parecem serem intrínsecas de nosso ser, fazem parte da construção histórica da sociedade. Isso porque, ao longo da nossa existência, estabelecemos relações e constituímos-nos em sociedade, o que nos leva a constantemente adotar ou refutar atitudes, de acordo com os benefícios que elas oferecem para nossa sobrevivência (ALVARENGA; WEBER; BOLSONI-SILVA, 2003).

Essas atitudes, adotadas ou refutadas ao longo dos anos, é o que forma a cultura de um determinado contexto social e influencia os comportamentos dos sujeitos, que não podem ser explicados unicamente pela biologia (PRADO; VIERA, 2003). Entendendo nossos valores e nossa organização social a partir da cultura, e não unicamente a partir do caráter biológico, teorias como o instinto materno ou o amor materno, que afirmam a necessidade da maternidade como parte da essência de todas as mulheres, podem ser, então, questionadas. Assim, ao entender como a cultura influencia nossas práticas sociais, compreendemos como as diversas teorias em torno da maternidade são, na verdade, frutos de uma construção social realizada durante séculos.

As representações de gênero construídas ao longo da história, bem como da separação da esfera pública e privada, ainda marcam as expectativas sociais sobre os sujeitos, em que as representações de “ser mulher” continuam vinculadas aos papéis de dona de casa, mãe e esposa. A maternidade é colocada como uma “forma de reafirmação de identidade feminina, e é retratada socialmente como a realização plena da mulher” (CAPORAL *et al.*, 2017, p. 1). Em outros termos, os discursos e práticas sociais naturalizam a maternidade como parte intrínseca de constituição feminina, em que escolher pela não maternagem seria como excluir parte de sua feminilidade/identidade (STASEVSKAS, 1999).

A partir disso, algumas pesquisadoras de cunho pós-estruturalista (MEYER, 2000; SCAVONE, 2001; SCHIEBINGER, 2001; BUTLER 2003), questionam e problematizam os discursos e práticas de gênero, bem como a naturalização da maternidade como constituinte da feminilidade da mulher. Dessa forma, potencializa-se um movimento de crítica às concepções que abordam a maternidade como sendo parte naturalmente indissociável dos sujeitos femininos, bem como os discursos que romantizam a maternidade como uma fase mágica, perfeita, com ressignificação e “sacrifícios”, que são realizados com prazer pela mulher, a partir do seu amor de mãe para com as(o) filhas(o) (STEVENS, 2018). Ao serem problematizados, os discursos que romantizam a maternidade e os que a determinam de forma compulsória, nossos entendimentos e percepções começam a ser questionados e desnaturalizados, podendo ser reaprendidos.

Estudos e pesquisas que investigam a maternidade compulsória e a romantização da maternidade não buscam negar a biologia ou inferir que o amor não exista, mas demonstrar que os entendimentos da maternidade como inata à natureza feminina são paulatinamente ensinados e aprendidos (BADINTER, 1985; SWAIN, 2018). A

maternidade manteve, em diversos períodos históricos, eixo central na organização social, ganhando mais ou menos importância conforme os avanços e modificações culturais. Dessa forma, é importante considerar que as representações que produzem os significados sobre a maternidade nas vivências das mulheres em diferentes tempos e espaços são “ao mesmo tempo, incapazes de fixar nele, de uma vez para sempre, um conjunto verdadeiro, definido e homogêneo de marcas e sentidos” (MEYER, 2000, p. 120).

Os significados e as representações em torno da maternidade produzem diferentes sentidos, conforme determinados períodos históricos, que vão sendo legitimados ou deslegitimados, confrontados, reformulados. O que determinará que uma representação de maternidade se torne mais verdadeira e medida de referência diante das outras será os mecanismos de legitimação produzidos em torno dela, como o respaldo da autoridade científica para corroborar que a maternidade é fruto da natureza intrínseca da mulher (MEYER, 2000). Torna-se necessário, em razão disso, indagarmos e investigarmos de que forma podemos desnaturalizar os discursos e práticas sociais que impõem a maternidade como sinônimo de feminilidade, fazendo-a parecer parte do instinto e das necessidades naturais da mulher.

Após as discussões pertinentes à história da maternidade, abordaremos, no próximo tópico, algumas questões acerca das mulheres no contexto científico, como, por exemplo, a inserção delas na ciência, que se constitui historicamente inóspita para os sujeitos femininos. Ainda buscaremos articular algumas discussões pertinentes à conciliação das identidades de mãe e cientista de mulheres que vivem a maternidade em simultâneo com suas carreiras.

### **2.3 Mulheres, ciência e maternidade**

Segundo Pereira e Favaro (2017, p. 5530), por muito tempo, a mulher, “considerada como o ‘sexo frágil’ (...) foi designada para o mundo privado, ou seja, dedicada aos cuidados domésticos e maternos. Com base em uma suposta ‘natureza delicada e sensível’, foi colocada a uma posição culturalmente inferior”, o que restringiu, por um longo período de tempo, a participação das mulheres na esfera pública da sociedade, como a ciência. Dessa forma, diversos discursos e práticas socioculturais, estabelecem determinadas representações sobre um “ideal” de mulher e de feminilidade na sociedade, a partir de características como delicadeza, amorosidade, zelo e afetividade,

idealizando ainda, a identidade feminina a partir da representação de mãe, esposa e dona de casa (STASEVKAS, 1999).

Pereira e Favaro (2017) destacam que, para impedir o desenvolvimento intelectual das mulheres, vários mecanismos foram desenvolvidos, entre eles, a restrição aos espaços escolares e a proibição de qualquer tipo de leitura que não fosse de teor religioso. Foi por meio de uma educação que restringia às mulheres qualquer acesso à capacitação intelectual ou possibilidades de leituras, que se intensificaram as desigualdades entre os sujeitos masculinos e femininos, bem como o dualismo entre público e privado (BIROLI, 2018). Por meio da produção de discursos estereotipados de gênero, instituições como o Estado, a Igreja e a Ciência, pretendiam inferiorizar a mulher e ressaltar o gênero masculino como único capaz de fazer ciência (CHASSOT, 2017).

Contudo, a história das mulheres nos diferentes contextos da sociedade é marcada por trajetórias de lutas e resistências, e a forma de resistir aos sistemas de hierarquia e dominação masculina feitas por elas até o século XVIII eram as leituras feitas às escondidas e os encontros realizados nos denominados “salões” das cidades (BADINTER, 1985; KOVALESKI *et al.*, 2013). Nesses encontros, as mulheres discutiam leituras, temas e armavam estratégias de resistência com outras mulheres que possuíam um pouco mais de conhecimento, sendo que, para Badinter (1985, p. 111), “foi certamente graças à sua vida social, que oferecia muitas ocasiões de diálogos e de aulas, que elas puderam aprender os primeiros rudimentos das ciências e da filosofia. Depois, suas leituras faziam o resto”.

Além disso, é importante destacar que, nas conjunturas de restrições da época, além de leituras e pesquisas dos mais variados tipos feitas às escondidas, as mulheres também se envolviam diretamente em atividades não reconhecidas socialmente como científicas, sendo parteiras, curandeiras, fazendo curativos, administrando remédios, descobrindo plantas medicinais, entre outras práticas (KOVALESKI *et al.*, 2013). Essas mulheres inspiravam-se nas trajetórias de outras mulheres cientistas, que ficavam, mesmo com teor de represália, conhecidas pelos seus feitos, tornando-se símbolo de resistência e persistência.

Nessa perspectiva, podemos destacar alguns nomes como Hipácia (370-405), famosa matemática e filósofa da Grécia Antiga, da qual há referências de que desenvolveu uma série de instrumentos científicos, como os aparelhos de destilação e higrômetros (CHASSOT, 2017); Mary Wortley Montagu (1689-1762), reconhecida como a pioneira

na inoculação da varíola (ROCHA, 2009) e Maria Agnesi (1718-1799), reconhecida a partir de seus estudos de geometria (SILVA, 2012). Essas mulheres inscrevem-se na história da ciência e na história das mulheres na ciência, antes do século XVIII, como grandes pesquisadoras, cientistas e contribuidoras do desenvolvimento científico e social da sociedade. É importante destacar que essas mulheres, que constituem um pequeno recorte de todas as demais que até o século XVIII contribuíram e inspiraram de alguma forma o desenvolvimento da ciência, demonstram que as mulheres desde o princípio fizeram parte da construção do conhecimento, mesmo diante de todas as barreiras que tentaram dissuadi-las e impedi-las de ter acesso e participar dele.

Percebemos ser necessário, entretanto, evidenciar quais são os contextos familiares, econômicos, culturais e sociais que marcaram a história dessas e outras mulheres e que possibilitaram tanto o acesso ao conhecimento científico quanto seus destaques na ciência. Nessa perspectiva, Silva (2012, p. 23) salienta que precisamos evidenciar que muitas mulheres que marcaram a história da ciência pelos seus feitos “dispuseram de oportunidades impensáveis para a maioria das de sua época: eram filhas ou esposas de cientistas, pertencentes às classes nobres ou burguesas, tiveram acesso à educação, aspectos que as permitiram transpor barreiras e interdições”. Ainda torna-se importante ressaltar que o direito e acesso das mulheres à educação em concomitância com a produção do conhecimento científico não é linear, aparecendo e desaparecendo conforme os contextos históricos culturais.

A criação do ensino secundário para as mulheres na Europa no século XVIII, possibilitou a ampliação do seu acesso à educação, porém, esse acesso era ainda muito restrito a determinados grupos de mulheres. Embora as universidades tenham sido criadas em meados do século XI, seu ingresso era restrito aos sujeitos masculinos, sendo que as mulheres só começaram a ter direito a circular nesses espaços final do século XIX e início do século XX, conforme explicita Schiebinger (2001, p. 47): “a despeito de raça, credo, identidade sexual ou mérito, todas as mulheres – por nenhuma razão outra que seu sexo – foram proibidas de estudar nas universidades Europeias desde a fundação das universidades no século XI até fim do século XIX.” Essa restrição ao ensino superior e, especialmente, ao conhecimento científico desenvolveu-se em consonância com a misoginia social, que se tornou de forma ainda mais acentuada parte da estrutura cultural, ressaltando a suposta inferioridade das mulheres com relação aos homens (BIROLI, 2018).

No Brasil, a criação das instituições de ensino superior deu-se a partir da vinda da família real, no início do século XVIII, que criou as primeiras escolas de Medicina e Direito (ROCHA, 2009), sendo que o ingresso das mulheres nessas instituições ocorreu em 1879, com o Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, que estabeleceu o direito e a liberdade das mulheres frequentarem as instituições de ensino superior e obterem títulos acadêmicos (SILVA, 2012; PEREIRA; FAVARO, 2017). Antes disso, assim como na maioria dos demais países do ocidente, as mulheres eram confinadas aos afazeres domésticos e suas capacidades e aptidões inferiorizadas pelos discursos patriarcais. Dessa forma, as mulheres eram preparadas para serem boas mães e esposas, obedecendo e submetendo-se à figura masculina do pai ou esposo.

Por um longo período de tempo, os discursos que enfatizavam o conceito de inferioridade feminina com relação às suas capacidades e aptidões para fazer ciência tiveram respaldo científico para ganhar sinônimo de verdade e validade. Assim, inúmeros estudos e pesquisas científicas buscavam provar que as mulheres eram menos aptas ao campo científico, como as que demonstravam diferenças relacionadas ao tamanho, peso e formatos do cérebro de homens e mulheres (KOVALESKI *et al.*, 2013). Segundo Louro (1997, p. 45), foram criadas diversas teorias com o objetivo de provar “distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos ‘próprio’ de cada gênero”, inferiorizando os sujeitos femininos e reduzindo, na ordem do discurso, suas capacidades intelectuais.

De acordo com Rocha (2009), dois grandes marcos do século XX foram responsáveis por significativas mudanças na conformação social, política e econômica da mulher: o advento da segunda guerra mundial e, simultaneamente, a industrialização, que modificaram a organização social e as configurações de público e privado; assim como o movimento feminista, que provocou questionamentos, reflexões e a desestabilização das relações sociais alicerçadas no patriarcado. Nas palavras de Alves (2017, p. 8), nesse contexto, a mulher

passou a se inserir no mercado de trabalho e a exigir que direitos fossem consolidados e que houvesse igualdade de direitos frente a várias condições de trabalho. Com a expansão da educação, que afetou consideravelmente a vida das mulheres (não de forma negativa), pois muitas passaram a ter acesso ao domínio público da cultura e ampliar seus horizontes e algumas, puderam inclusive, tornar-se elas próprias produtoras de conhecimento, ao investirem, principalmente na escrita

Assim, com os homens lutando nas guerras, as mulheres passaram a assumir o comando e o sustento do lar, tarefa antes considerada como exclusivamente masculina, quando elas ganharam espaço no mercado de trabalho, a partir da necessidade de mão de obra industrial. A partir de então, começou a aumentar o número de mulheres nas instituições de ensino superior, principalmente como cientistas, na perspectiva de que cresceu a necessidade de instruí-las de forma mais satisfatória para o mercado de trabalho (ALVES, 2017).

Contudo, a presença mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho e na ciência, embora tenha desestabilizado e modificado a conjuntura familiar tradicional e as configurações sociais, não extingue as problemáticas de gênero, principalmente com relação à divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, as mulheres continuam sendo majoritariamente responsabilizadas pelos cuidados da casa e das (os) filhas (os) (SILVA; RIBEIRO, 2014), o que, conseqüentemente, as sobrecarrega com a dupla jornada de trabalho. Assim, podemos dizer que a conjuntura social, da forma que está estruturada, exige que as mulheres construam suas carreiras como se não tivessem as obrigações do âmbito privado para cumprir, enquanto também exige que essas mesmas mulheres casem e tenham filhas(os) como se não tivessem uma carreira a construir.

A atribuição desigual das responsabilidades pela vida privada traz conseqüências restritivas para a vida das mulheres, como a delimitação das perspectivas de ascensão das carreiras profissionais, a participação política, a delimitação do tempo para o acesso a maiores qualificações profissionais e torna mais aguda a exploração da sua mão de obra (SANTOS; OLIVEIRA, 2009). Dessa maneira, a divisão desigual do trabalho restringe as escolhas das mulheres enquanto as divide entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, precisando conciliar maternidade, cuidados domésticos e carreira profissional simultaneamente, entretanto, como se uma atribuição pudesse ser exercida de forma isolada e independente da outra. Esses impasses não são sentidos, entretanto, pelos homens, que, ao serem responsabilizados desde o princípio pela esfera pública, são privilegiados e fomentam a exploração do trabalho gratuito desenvolvido pelas mulheres no espaço privado (BIROLI, 2018).

Ganharam destaque a partir do movimento feminista, as problematizações e questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho, bem como sobre a exploração feminina oriunda deste. A partir da crítica ao determinismo biológico, a chamada “segunda onda” do movimento feminista realizou estudos e construções teóricas sobre o

ser mulher, evidenciando e denunciando as dicotomias e desigualdades a partir da construção do conceito de gênero, buscando, como argumenta Scott (1995, p. 72), “ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Assim, compreendemos que a categoria gênero é uma “importante ferramenta analítica e política para se referir à construção social e histórica do feminino e do masculino baseada nas diferenças entre os sexos” (SILVA, 2012, p. 24).

A partir do feminismo, as mulheres puderam desafiar a discriminação de gênero e reivindicar melhores condições de trabalho, criticando a divisão desigual do trabalho doméstico, as disparidades de remuneração entre homens e mulheres, o preconceito de gênero na esfera pública, a falta de tempo para qualificação profissional, entre outras questões (SCHIENBINGER, 2001). Ademais, o feminismo possibilitou maior autonomia, liberdade e acessibilidade das mulheres em todas as esferas sociais, reivindicando políticas públicas que lhes garantissem direitos iguais aos homens. No entanto, as consequências da histórica desigualdade de gênero no acesso à educação e na divisão sexual do trabalho foram e continuam sendo, em determinados países, um dos alicerces das desigualdades entre homens e mulheres (KOVALESKI *et al.*, 2013).

Nessa perspectiva, atualmente, ainda somos socializados(as) em uma rede de discursos que prepara os homens para inúmeras possibilidades de ascensão nos espaços públicos, enquanto continua dificultando e restringindo a participação ativa das mulheres nesses mesmos espaços. A ciência, sendo fruto da construção humana, é permeada pelas questões e valores sociais, culturais, políticos e econômicos, reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero, bem como os valores e normas estabelecidas socialmente (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017). Assim, diversos discursos e práticas sociais, reproduzem representações de uma ciência formulada historicamente a partir de características reconhecidas como naturalmente masculinas, como a competitividade, racionalidade e objetividade como parâmetros necessários para produzir uma ciência considerada legítima (SILVA, 2020), que por sua vez, afastam as mulheres do cenário científico.

Dessa forma, a trajetória das mulheres na ciência é marcada pela luta contra a invisibilidade e a exclusão, em um ambiente formulado em torno de valores masculinos de produzir o conhecimento. Pode-se dizer, assim, que mesmo com os avanços das mulheres relacionados à sua independência, por meio da qualificação profissional e participação no mercado de trabalho, eles não são suficientes para eliminar as dicotomias

e desigualdades sociais entre homens e mulheres tanto na sociedade quanto na ciência. Assim, as consequências da histórica exclusão e invisibilização das mulheres na construção do conhecimento, formulada em torno dos discursos que enfatizavam a impropriedade feminina para a ciência (OLIVEIRA, MAGALHÃES, 2017) ainda podem ser percebidas com relação à inserção e à permanência das mulheres na carreira científica.

Torna-se importante destacar que, a partir das teorizações feministas da segunda onda, emergiu a crítica feminista à ciência, que, conforme Caseira e Magalhães (2019, p. 261), tinha como objetivo “questionar a ciência, seus pressupostos básicos de neutralidade e racionalidade, bem como a possibilidade de se produzir uma ciência feminista, situada e localizada”. Neste sentido, a crítica feminista à ciência buscou demonstrar que ela nunca foi e permanece não sendo neutra com relação a questões como gênero, classe e raça, formulando-se essencialmente masculina e particularizante (SILVA; RIBEIRO, 2011). Dessa forma, começa a ser questionado o viés sexista e androcêntrico que atravessa a ciência, que legitima os sujeitos masculinos ao espaço científico na medida que infere que eles possuem capacidades racionais, objetivas e cognitivas mais desenvolvidas que os sujeitos femininos (SCHIEBINGER, 2001).

A trajetória das mulheres na ciência é construída em uma cultura alicerçada no modelo masculino de produzir o conhecimento, sendo necessário às mulheres adaptarem-se a ele para, assim, poderem construir, ainda com muitas dificuldades, suas carreiras (MAFFIA, 2002; CHASSOT, 2017). Esse modelo masculino de ciência envolve, como afirmam Silva e Ribeiro (2014, p. 451), “compromissos de tempo integral para o trabalho, produtividade em pesquisa, relações academicamente competitivas e a valorização de características masculinas”, podendo dificultar e/ou restringir a participação feminina na esfera científica. Além disso, os discursos sobre meritocracia que permeiam o fazer científico, alicerçados nos valores androcêntricos de ciência, não condizem com a realidade de muitas mulheres cientistas, principalmente as que vivem a maternidade (ALVES, 2017).

Segundo dados do Censo da Educação Superior, nos últimos anos, vem aumentando o número de mulheres na ciência, já que elas representam cerca de 57% das matrículas nos cursos de graduação (INEP, 2018) e 54% das matrículas nos cursos de pós-graduação, conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2020). Entretanto, os homens ainda são maioria na docência do nível

superior, representando 55,5% do total docente (BRASIL, 2018). Ainda com relação à carreira científica, os homens são maioria como bolsistas produtividade em todos os níveis, com uma porcentagem total de 63%, contra 37% das mulheres bolsistas (BARROS; MOURÃO, 2020). A partir dos dados, é possível perceber que o aumento das mulheres na ciência acontece majoritariamente em nível de graduação, diminuindo na medida em que se avança na carreira, o que significa que são os homens que ocupam majoritariamente os cargos de liderança e poder (BARROS; SILVA, 2019; BENEDITO, 2019).

Ademais, segundo os dados do INEP (BRASIL, 2020), as mulheres são maioria em grandes áreas como a Educação (75,6%), Saúde (73,8%) e Ciências Sociais (72,3%), e minoria em áreas como Engenharia (37,3%) e Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (13,6%). Com esses dados, notamos que a inserção das mulheres na carreira científica ocorre de forma dicotomizada, estando mais presentes em áreas socialmente consideradas femininas (SILVA, 2020). Dessa forma, podemos dizer que apesar dos avanços conquistados até então, como a presença mais expressiva das mulheres na ciência, a carreira científica ainda é construída de forma a restringir, dificultar e direcionar a participação das mulheres (SILVA, RIBEIRO, 2014).

Segundo Arêas *et al.* (2020), as mulheres estão sub-representadas na ciência, com sua participação diminuindo à medida que a carreira progride, em consequência da combinação de inúmeras barreiras, como por exemplo, as representações culturais de gênero, ciência e cientista. Segundo Olinto (2011), essas dificuldades impostas às mulheres em permanecer na ciência e em ascender em cargos mais elevados da profissão, são denominadas por “efeito tesoura” ou “teto de vidro”. Ademais, determinados fatores como a ainda baixa representatividade feminina em cargos de maior poder e prestígio na ciência, o assédio moral e sexual, bem como possíveis conflitos com a vida privada, consequentes da desigual divisão sexual do trabalho e da forma como a ciência é estruturada, exigindo dedicação integral e exclusiva das(os) cientistas, se constituem como outras barreiras que afastam as mulheres do contexto científico e as impedem de ascender na carreira. Assim, segundo Olinto (2011, p. 71)

A paridade de gênero, [...] tende a diminuir à medida que se avança nos postos acadêmicos. Isto pode ser observado quando se consideram os gêneros dos professores/pesquisadores em posições específicas – como os cargos que acompanham a escala hierárquica da ciência

Nesse contexto, na vida das mulheres cientistas, a conciliação da vida privada com a carreira científica pode produzir, constantemente, sentimentos como culpa, frustração e ansiedade, diante do dilema que se formula entre a maternidade e a carreira (LEMOS; MELLO, GUIMARÃES, 2014), na perspectiva de que ainda persiste, na sociedade, a divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres jornadas duplas ou triplas de trabalho. Nessa perspectiva, muitas acabam prorrogando o desejo da maternidade, quando já consolidadas em suas carreiras, ou, em determinados casos, acabam escolhendo entre suas carreiras e a maternidade. Os esforços e o tempo exigidos pelos valores androcêntricos para as mulheres cientistas e mães, a disponibilidade de tempo e atenção negados para estar com as(os) filhas(os), o que “para a família conjugal heterossexual [...] significaria um comportamento ‘infel’ na medida em que subverteria a prioridade que uma mulher deveria dar aos seus papéis de mãe e esposa” (SANTOS, 2016, p. 806).

Assim, pode-se dizer que a persistente divisão desigual sexual do trabalho, que por muito tempo, delimitou os espaços das mulheres, impondo-lhes restrições tanto com relação à educação, quanto no mercado de trabalho, ainda se formula como uma problemática na vida das mulheres. Segundo Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho é a base do patriarcado, reforçando as desigualdades de gênero, pois, é a partir dela que as mulheres têm menos chances de ocupar posições de poder em todas as esferas sociais, com destaque no debate político, que conseqüentemente, faz com que suas necessidades e interesses não sejam ouvidas. Dessa forma, a problemática da divisão sexual se consiste no impacto negativado ocasionado nas carreiras das mulheres, ao responsabiliza-las majoritariamente pelos afazeres domésticos e/ou dos cuidados com pessoas filhas(os), doentes, idosos.

As diferenças nas expectativas sociais sobre os sujeitos femininos e masculinos com relação à carreira e à família incitam o debate pertinente à necessidade de serem questionadas e reconfiguradas as conformações sociais e científicas. Além das exigências androcêntricas do fazer ciência, como a dedicação exclusiva e em tempo integral para as pesquisas, orientações, idas em eventos científicos, entre outras, os discursos sobre como as mulheres devem vivenciar a maternidade, a partir do considerado correto e esperado socialmente, pode acarretar, em algumas mulheres, o sentimento de frustração por muitas vezes não corresponder às expectativas sociais do que seria considerado uma boa profissional e mãe. Assim, a sobrecarga sobre a mulher pode dificultar a condução de sua

carreira profissional ou, em alguns casos, interferir em suas relações pessoais (ALVES, 2017).

De acordo com Stevens (2007), além das imposições sobre o que é ser um cientista e como se deve fazer ciência, existe uma contínua reprodução de discursos que enfatizam quais as atitudes, condutas e sentimentos que formam uma boa mãe, o que revela ainda a falta de compreensão social sobre todos os fatores que estão implicados na maternidade. Stasevka (1999) adverte sobre o diverso acervo midiático, literário e discursivo sobre determinados sentimentos e formas de experienciar a maternidade, como entusiasmo, benevolência, amor e prazer, que pode desenvolver sentimentos como a culpa, o arrependimento e remorso em mulheres que não correspondem a esses “valores” sociais. Além disso, as mudanças sociais ocasionadas pela cada vez mais pertinente participação das mulheres no mercado de trabalho e em outros espaços que antes lhes eram negados conotam diversas redefinições tanto no modo de vida quanto nas aspirações femininas.

Atualmente, percebemos no Brasil o aumento do desenvolvimento de algumas políticas institucionais nos editais de algumas instituições e órgãos de fomento à pesquisa, que buscam considerar, de alguma forma, a vivência da maternidade na avaliação curricular das mulheres, como, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense, o Instituto Serapilheira, a Universidade Federal do Pampa e a Fundação Oswaldo Cruz. Além disso, a partir do desenvolvimento de estudos sobre o tema, como o *Parent in Science*, que faz um estudo nacional pertinente a diferentes questões ligadas à maternidade em simultâneo com a carreira científica das mulheres, a temática vem ganhando cada vez mais visibilidade e pertinência. A partir de estudos como esse, podemos verificar um movimento social positivo acerca da temática, bem como a conquista de espaços para discussões e ações nas agendas das universidades e instituições de pesquisa, realizadas por meio de ações e políticas de apoio às mulheres cientistas mães.

No momento em que finalizamos esta dissertação, acompanhamos com entusiasmo a inserção de um campo para licença maternidade no currículo lattes, resultado de um longo movimento de reivindicação por parte do *Parent in Science*. A inserção de um campo para licença maternidade no Currículo lattes, tem como objetivo sinalizar e justificar que uma possível queda na produção acadêmica da mulher pode estar relacionada à sua vivência com a maternidade. Essa conquista permite uma maior equidade de gênero na ciência, demonstrando que a maternidade impacta de alguma

forma a produção acadêmica das mulheres, e que esse impacto não deve ser penalizado, mas sim considerado e valorizado.

Contudo, ao voltarmos para a literatura, identificamos ser ainda importante e necessária a produção de pesquisas, discussões e reflexões que envolvam a temática maternidade e carreira científica, mesmo sendo uma problemática histórica. Torna-se, assim, relevante visibilizar e problematizar os esforços das mulheres para inserirem-se e consolidarem-se nas carreiras científicas sem precisar subtrair seu desejo de vivenciar a maternidade. Além disso, é essencial haver, por parte de estudos e pesquisas, maiores problematizações, investigações e ressignificações pertinentes à divisão sexual do trabalho e aos discursos sobre a maternidade, que impuseram espaços, significações, classificações e hierarquias durante séculos aos sujeitos femininos e masculinos.

A partir do exposto até o momento, ressaltamos a importância de estudos que busquem evidenciar, criticar e discutir as problemáticas de gênero na ciência, especialmente com relação as barreiras impostas às mulheres, que afastam, dificultam e/ou restringem sua participação no contexto científico. Assim, objetivamos na presente pesquisa, problematizar a relação entre maternidade e ciência na Universidade Federal do Pampa, investigando e discutindo, a partir das concepções das docentes da universidade, questões relacionadas a conciliação da maternidade e a carreira científica, especialmente no atual contexto pandêmico, analisando ainda algumas informações de suas trajetórias profissionais, bem como suas concepções sobre ciência e ser cientista.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa está ancorada nos Estudos Culturais, na perspectiva pós-estruturalista, com caráter qualitativo e exploratório, que possibilitam investigar a relação entre dinâmica do mundo real e o sujeito, ou seja, adentrar e analisar os significados, as motivações, os sentimentos e as relações entre os sujeitos e os fenômenos sociais que não cabem ao reducionismo dos números (MINAYO, 2002). Ainda, ampara-se na utilização de questionários (GIL, 2002) para a produção dos dados, que são analisados a partir da exploração, classificação e categorização dos resultados obtidos.

#### 3.1 Questionários como estratégias para produção de dado

Na presente pesquisa, foi feita a utilização de questionários (ANEXO A) como estratégia de produção de dados, com perguntas objetivas e dissertativas sobre o estudo em questão. Segundo Gil (2020), o uso de questionários possibilita, ao longo das pesquisas, estudar as características de um grupo, como gênero, idade, nível de escolaridade, bem como levantar informações, crenças e opiniões.

Destacamos que a realização da presente pesquisa foi aprovada Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da Universidade Federal do Pampa, sob o número CAAE: 32895720.0.0000.5323. Após a aprovação no CEP, foi elaborado um questionário *on-line*, como ferramenta para produção de dados, estando organizado em três partes: a primeira parte foi direcionada para todas as docentes de carreira, distribuídas nos 10 *campi* da Unipampa, somando um total de 440 mulheres, segundo o levantamento de dados realizado conforme o nome civil de cada docente, disponibilizado no site da universidade<sup>8</sup> no ano de 2020.

Dessa forma, a primeira parte do questionário teve como objetivo traçar o perfil das docentes da Unipampa, a partir de perguntas que possibilitassem conhecer aspectos relacionados à carreira, ciência e maternidade. A segunda parte do questionário foi direcionada para as docentes que são mães, com o objetivo de conhecer aspectos sobre maternidade e carreira científica. Ainda, a terceira parte do questionário teve como objetivo investigar a conciliação da maternidade com a carreira científica no contexto pandêmico. Assim, destacamos que o uso dos questionários, como estratégia para

---

<sup>8</sup> Fonte: <https://unipampa.edu.br/portal/#>

produção de dados, deu-se pela possibilidade de que, a partir dos resultados, possamos traçar um perfil das mulheres cientistas participantes da pesquisa, verificando, além de suas concepções, entendimentos e vivências sobre maternidade e ciência.

O questionário, instrumento de pesquisa, foi formulado utilizando o *Google Forms*, e, posteriormente, enviado diretamente para cada uma das docentes, via e-mail institucional, capturado do site da Universidade, estando aberto para respostas ao longo do mês de outubro de 2020, ou seja, por um período de 31 dias a partir da data do envio. Cabe destacar que, o questionário foi elaborado sem a possibilidade de identificação da participante, garantindo assim o total anonimato das interlocutoras. Além disso, é importante destacar que, juntamente com o questionário, foi enviado para as docentes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme modelo em anexo (ANEXO B), contendo informações sobre a pesquisa como, por exemplo, os objetivos, bem como seus riscos e os benefícios, dentre outros aspectos. Assim, após a leitura do TCLE por parte da docente, ela deveria aceitar ou recusar participar do estudo. Desse modo, ao aceitar participar da pesquisa, a docente deveria clicar na opção “Concordo em participar como interlocutora da pesquisa intitulada **Maternidade e ciência: um estudo na Universidade Federal do Pampa** e desejo ter acesso ao questionário”. Além disso, destacamos que o TCLE virtual será armazenado de modo digital por um período de 5 anos a contar da data da coleta dos dados.

Conforme cada interlocutora ia preenchendo o questionário e finalizando o seu envio, automaticamente os dados foram recebidos e armazenados no *Google Forms*. Finalizado o prazo de 31 dias estabelecido para o preenchimento do questionário ele foi encerrado sem a possibilidade de recebimento de novas respostas. Automaticamente os questionários recebidos foram armazenados pelo *Google Forms* com a possibilidade de gerar uma planilha do excel, que organizou os dados e gerou um número de identificação para cada questionário respondido, sendo esta planilha utilizada pelas pesquisadoras para organizar e analisar os dados posteriormente.

### **3.2 Análise dos resultados**

Obteve-se o retorno de 89 docentes, sendo que a partir de suas respostas, a análise dos resultados deu-se a partir da classificação e sistematização em categorias de análise, que foram formuladas com a leitura dos questionários. Dessa forma, os questionários

foram analisados de acordo com as seguintes etapas: 1- Leitura das respostas dos questionários de cada docente; 2- Classificação das respostas; 3 – Sistematização em categorias das respectivas respostas. 4 – Análise dos dados.

Assim, por meio do que foi exposto e anunciado pelas participantes da pesquisa, buscamos problematizar e significar os conceitos de carreira científica e maternidade que interpelam as docentes participantes da pesquisa, a partir do referencial teórico dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados desta pesquisa serão apresentados no manuscrito 1, intitulado “Maternidade e Ciência em tempos pandêmicos: experiências e reflexões de cientistas mães da Universidade Federal do Pampa”, que discute algumas questões referentes à primeira seção do questionário, que é relacionada à inserção e permanência das docentes na ciência, bem como da terceira seção do questionário, que trata da conciliação da carreira e maternidade em tempos pandêmicos. Já o manuscrito 2, intitulado “Maternidade e carreira científica: experiências e concepções das docentes mães da Universidade Federal do Pampa”, apresenta e discute os dados obtidos a partir da segunda seção do questionário, com questões relacionadas à conciliação da maternidade com a carreira científica das docentes da Unipampa. Por fim, o manuscrito 3, intitulado “Reflexões sobre gênero, ciência e carreira científica a partir do olhar de docentes da Universidade Federal do Pampa”, analisa e discute aspectos relacionados a primeira seção do questionário, como por exemplo, algumas questões da trajetória profissional das docentes, bem como suas concepções sobre a ciência e o que é ser cientista.

#### 4.1 Manuscrito 1 - Reflexões sobre gênero, ciência e carreira científica a partir do olhar de docentes da Universidade Federal do Pampa<sup>9</sup>

##### **RESUMO**

A ciência, sendo parte da construção humana, reproduz em seu interior determinados valores socioculturais, se constituindo assim, de forma androcêntrica e sexista, que, por muito tempo, restringiu e excluiu as mulheres de seu contexto. Essa pesquisa, de natureza qualitativa exploratória, ancorada nos Estudos Culturais e de Gênero, na perspectiva pós-estruturalista, objetivou, a partir do uso de questionários, investigar alguns elementos da carreira científica das docentes da Universidade Federal do Pampa, bem como suas concepções sobre o que é ciência e ser cientista. Percebemos, a partir da pesquisa, que a ciência ainda se constitui “inóspita” às mulheres, que ainda encontram barreiras e dificuldades em permanecer e ascender na carreira científica, principalmente em áreas consideradas masculinas. Ainda, foi possível perceber que as concepções das docentes sobre o que é ciência e ser cientista, constituem-se em torno do fazer pesquisa e possuir determinadas características, como a curiosidade, inquietação e a busca pela inovação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Ciência. Cientistas. Cultura.

*Reflections on gender, science and scientific careers from the perspective of teachers at the Federal University of the Pampa*

##### **ABSTRACT**

Science, being part of human construction, reproduces within itself certain sociocultural values, thus constituting itself in an androcentric and sexist way, which, for a long time, restricted and excluded women from its context. This research, of an exploratory qualitative nature, anchored in Cultural and Gender Studies, from a post-structuralism perspective, aimed, through the use of questionnaires, to investigate some elements of the scientific career of female professors at the Universidade Federal do

---

<sup>9</sup>Manuscrito formatado conforme as normas da Revista Ensino em Re-Vista

Pampa, as well as their conceptions of what science is and how to be a scientist. We noticed, from the research, that science is still "inhospitable" to women, who still encounter barriers and difficulties to remain and rise in the scientific career, especially in areas considered masculine. It was also possible to notice that the teachers' conceptions of what science is and how to be a scientist are constituted around doing research and possessing certain characteristics, such as curiosity, restlessness, and the search for innovation.

**KEY WORDS:** Women. Science. Scientists. Culture.

*Reflexiones sobre género, ciencia y carrera científica desde la perspectiva de profesores de la Universidad Federal de Pampa*

### **RESUMEN**

La ciencia, al ser parte de la construcción humana, reproduce en ella ciertos valores socioculturales, constituyéndose así, de manera androcéntrica y sexista, que durante mucho tiempo restringió y excluyó a las mujeres de su contexto. Esta investigación exploratoria cualitativa, anclada en Estudios Culturales y de Género, en la perspectiva postestructuralista, tuvo como objetivo, mediante el uso de cuestionarios, indagar algunos elementos de la carrera científica de los profesores de la Universidad Federal de Pampa, así como sus concepciones sobre qué es la ciencia y ser científico. Nos dimos cuenta, a partir de la investigación, que la ciencia sigue siendo "inhóspita" para las mujeres, que aún enfrentan barreras y dificultades para mantenerse y ascender en la carrera científica, principalmente en áreas consideradas masculinas. Aún así, se pudo notar que las concepciones de los docentes sobre lo que es la ciencia y el ser científico, se constituyen en torno a la investigación y al poseer ciertas características, como la curiosidad, la inquietud y la búsqueda de la innovación.

**PALABRAS CLAVE:** Mujeres. Ciencias. Científicos. Cultura.

\* \* \*

## **Introdução**

Como sujeitos sociais, aprendemos e reaprendemos nossas atitudes, pensamentos e comportamentos conforme os discursos e práticas sociais vigentes, que são formulados e reformulados constantemente, de acordo com o contexto cultural vigente (OLIVEIRA; MAIO, 2016). Dessa forma, diferentes representações sociais e culturais, que organizavam as relações de nossos antepassados de forma totalmente distintas da que percebemos atualmente, ainda incidem consequências em nossas formas de pensar e agir. Somos socializados historicamente em uma sociedade que reproduz e naturalizada as desigualdades de gênero, no qual mulheres e homens são representados de forma binária, em que suas características, comportamentos, espaços e funções sociais são atribuídas de acordo com suas diferenças sexuais, segundo valores determinados e produzidos socialmente (SWAIN, 2007).

A ciência, sendo parte da sociedade, reproduz em seu interior os conceitos e normas estabelecidas socialmente, ou seja, os padrões sociais, de uma certa forma, são refletidos nos padrões científicos (SILVA, 2008), constituindo-se assim, de forma androcêntrica e sexista, o que, por muito tempo, restringiu e excluiu as mulheres de seu contexto. Nesse pressuposto, a ciência estabeleceu-se historicamente a partir da ótica masculina de produzir e reproduzir o conhecimento, como, por exemplo, dedicação em tempo integral, relações competitivas entre os pares e exigências de alta produtividade, entre outras questões que se formulam conflitantes com a realidade das mulheres, que se veem diante da necessidade de conciliar o cuidado e a carreira científica (SILVA; RIBEIRO, 2014). Com isso, por muito tempo, as mulheres, salvo raras exceções, foram impedidas de participar da construção do conhecimento, pois até o século XX, a ciência era considerada imprópria para elas (CHASSOT, 2017).

Com o movimento feminista diversos direitos foram sendo conquistados e diferentes pautas relacionadas às desigualdades de gênero foram sendo problematizadas, discutidas e suas mudanças, reivindicadas. Assim, com a chamada segunda onda do feminismo, as desigualdades de gênero, produzidas por meio das representações do que é ser mulher na sociedade, foram sendo questionadas, por exemplo, por meio da crítica sobre a divisão sexual do

trabalho, o preconceito de gênero na esfera pública, a exclusão e invisibilização das mulheres na ciência (SCHIEBINGER, 2001), bem como a romantização da maternidade. Entretanto, mesmo com os significativos avanços provenientes das reivindicações feministas, as consequências da histórica desigualdade de gênero no acesso à educação e na divisão sexual do trabalho foram e continuam sendo, um dos alicerces das desigualdades entre homens e mulheres (KOVALESKI *et al.*, 2013).

Dessa forma, mesmo com a entrada das mulheres nas esferas públicas da sociedade, como na ciência, as mesmas continuam sendo majoritariamente responsabilizadas pela esfera privada (SILVA; RIBEIRO, 2014) e a ciência continua sendo estabelecida de forma androcêntrica. Ainda, as concepções sobre o que é ciência e como fazer ciência, são produzidos e reproduzidos de acordo com o contexto cultural vigente, predominando o viés masculino de ciência e cientista. Dessa forma, faz parte do construto social, a imagem da ciência sendo feita por poucos, sendo esses poucos gênios detentores de todo saber, munidos de uma inteligência incomum e extraordinária, geralmente representados pelo gênero masculino, de jaleco e utilizando diversos equipamentos de laboratório, representando uma ciência restrita e estereotipada, tanto com relação à o que é fazer ciência, quanto a quem são os sujeitos que fazem ciência.

Dessa forma, mesmo com os avanços referentes a crítica e a sinalização da participação e das contribuições das mulheres na ciência, as mesmas ainda são invisibilizadas do contexto científico. Assim, os desafios impostos às mulheres ao longo das suas carreiras como cientistas, são formulados pela maneira como a sociedade e ciência são historicamente organizados, restringindo e dificultando ainda suas carreiras. Buscando sinalizar essas problemáticas e denunciar o caráter androcêntrico da ciência, que não compreende as especificidades das mulheres, como, por exemplo, a desigual divisão sexual do trabalho e a vivência da maternidade, que pesquisas como as produzidas pelo movimento *Parent in Science*

<sup>10</sup>, que investiga e sinaliza de que forma a maternidade impacta a carreira das mulheres cientistas, vem ganhando cada vez mais destaque e importância em nosso contexto.

Considerando as questões apresentadas até aqui, o presente artigo busca conhecer alguns elementos da trajetória de formação e atuação profissional das docentes da Universidade Federal do Pampa<sup>11</sup> (Unipampa), bem como suas concepções sobre o que é ciência e ser cientista.

## **Metodologia**

A presente pesquisa fundamenta-se no referencial teórico dos Estudos Culturais<sup>12</sup> e Estudos de Gênero, na perspectiva pós-estruturalista, tendo uma abordagem de natureza qualitativa e exploratória (GIL, 2002), objetivando conhecer, a partir do uso de questionários, alguns elementos da carreira científica das docentes da Universidade Federal do Pampa, bem como investigar suas concepções sobre o que é ciência e ser cientista. Com a abordagem de caráter exploratório torna-se possível fazer não somente o levantamento de informações sobre uma determinada temática, mas também investigar e compreender o contexto e as condições em que a mesma é produzida e reproduzida (GIL, 2002). Ainda, sendo uma pesquisa qualitativa, torna-se possível analisar determinada temática a partir das relações estabelecidas entre o contexto social e o sujeito imerso no mesmo, ou seja, o vínculo exercido entre o contexto e a subjetividade do sujeito, em um nível de

---

<sup>10</sup> Para mais informações, acesse o site: <https://www.parentinscience.com/>

<sup>11</sup> Tem sua estrutura descentralizada e multicampi localizada nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, somando um total de 10 *campi*. Atualmente, a universidade conta com 69 cursos de graduação (4 em extinção), 04 doutorado, 10 mestrados acadêmicos, 08 mestrados profissionais e 35 especializações, e um total de 923 docentes, distribuídos nos 10 *campi* da universidade, sendo que, destes, 440 mulheres (<https://unipampa.edu.br/portal/#>).

<sup>12</sup> Os estudos culturais, segundo Escosteguy (2004, p. 138-139) buscam investigar “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais compõem seu eixo principal de pesquisa”.

realidade que não pode e nem deve ser quantificado (SILVA; MENEZES, 2001; MINAYO, 2002).

Considerando as desigualdades de gênero, tanto na sociedade contemporânea quanto na ciência, produzidas substancialmente pelas representações de gênero que reforçam as demandas do âmbito privado como sendo majoritariamente de obrigação feminina, destacamos a importância de pesquisas relacionadas às mulheres na ciência. Juntamente a essas questões, é importante considerar o contexto pandêmico no qual estamos inseridas(os), que nos coloca diante da necessidade de buscar novas formas de se relacionar, se perceber e também, de pesquisar. Dessa forma, o uso dos questionários na presente pesquisa, feitos de forma *on-line* como forma de produção de dados, justifica-se pela exigência do contexto atual de buscar por outras estratégias analíticas de investigação.

De acordo com Gil (2002), o uso de questionários como metodologia de produção dos dados, possibilita levantar informações características de um grupo, como gênero, idade, nível de escolaridade, bem como investigar outras informações pertinentes, como suas crenças e opiniões. Assim, após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa – CEP/Unipampa, sob o número CAAE: 32895720.0.0000.5323, foi elaborado um questionário *on-line*, como ferramenta para produção de dados desta pesquisa. A construção do questionário ocorreu no Google Forms, sendo posteriormente encaminhado para as docentes da Unipampa via e-mail institucional, justamente com uma breve apresentação da pesquisa e seu *link* para acesso. Antes de responderem ao questionário, as participantes concordaram em participar da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no formato digital. Ressaltamos ainda, que o anonimato das participantes da pesquisa foi totalmente assegurado.

Após a realização do levantamento do total das docentes distribuídas nos 10 campi da Unipampa, realizado no site da própria universidade, chegou-se ao número total 440 docentes, sendo todas estas convidadas a participar da pesquisa. O questionário ficou aberto para as respostas durante o mês de

outubro de 2020, ou seja, por um período de 31 dias, obtendo-se o retorno 89 docentes.

Após o período de produção dos dados, a organização dos mesmos ocorreu por meio de uma planilha, contendo um número de identificação para cada questionário. Essa planilha foi gerada pelo próprio *Google Forms*, após mesmo armazenar todas as informações, sendo utilizada pelas pesquisadoras para a realização da análise dos resultados. Assim, para melhor sistematização e discussão dos dados da pesquisa, destacamos que os mesmos estão apresentados no presente artigo da seguinte forma: P (participante) seguido do número do questionário, como por exemplo P2, na sequência a idade da participante, a área de atuação e o número de filhas(os). Assim, cada excerto, será seguido desse modelo de identificação: *(P2; 50 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o)*.

### **Ciência e a carreira científica: reflexões sobre uma ciência androcêntrica**

De acordo com Oliveira e Magalhães (2017, p. 98), a ciência “é uma construção humana, isto é, uma construção social permeada por questões socioculturais, políticas e econômicas”, reproduzindo, dessa forma, os valores sexistas e as desigualdades de gênero que permeiam o contexto social. Como consequência, por um longo período de tempo, a participação das mulheres nas esferas públicas da sociedade, como a ciência, foi limitada, restringindo, conseqüentemente, seu poder de opinião, decisão e produção de normas que as interessam e as impactam diretamente (BIROLI, 2018). Dessa maneira, a história das mulheres é marcada por uma “forma particular de violência que se expressa na divisão dos espaços masculinos e femininos e se configura como elemento fundador da identidade das mulheres e – porque não dizer – também dos homens” (SOUZA; FAGUNDES, 2004, p. 173).

Nessa perspectiva, restritas ao espaço privado, a educação das mulheres foi, por um longo período, relacionada aos cuidados com a casa, filhas(os) e o marido, enquanto os homens tinham livre acesso à participação

e à produção do conhecimento (SILVA, 2008). Assim, a história das mulheres é marcada por constantes lutas e resistências às normativas sociais que buscavam limitar seus espaços, seus modos de ser, pensar e agir. Foi com o movimento feminista da década de 1960, reconhecido como sendo o feminismo da segunda onda, que começou a ser questionado e exposto, a partir do conceito de gênero, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Assim sendo, o movimento feminista da segunda onda buscou, a partir de construções teóricas, problematizar as questões de gênero e desmitificar o conceito de “determinismo biológico”, demonstrando que essa dicotomização é socialmente e culturalmente construída (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017).

Conforme afirma Silva (2008, p. 134), “a ciência está situada historicamente num tempo e num espaço, influenciada diretamente por interesses políticos, econômicos e sociais que refletem nas questões de gênero e raça”. Sendo culturalmente construída a partir de valores masculinos de produção do conhecimento, valores como a racionalidade, a objetividade e a neutralidade apresentam-se como requisitos necessários para fazer ciência, tendo, durante a maior parte da história, o sujeito masculino como produtor e detentor do conhecimento científico (SILVA, 2020). Dessa forma, a trajetória das mulheres na ciência é construída em torno de parâmetros nos quais elas “experenciam uma luta marcada pela invisibilidade, num ambiente construído pelos homens, para os homens e por eles manipulado” (SOUZA; FAGUNDES, 2004, p. 177).

As reivindicações feministas na década de 60, juntamente com a industrialização, transformaram as configurações sociais a partir da inserção das mulheres nos espaços públicos, entretanto, elas continuam sendo responsabilizadas pelos cuidados com o âmbito privado (SILVA; RIVEIRO, 2014), acarretando a problemática da dupla jornada de trabalho. Dessa forma, mesmo com os avanços das mulheres relacionadas à sua independência, por meio da qualificação profissional e participação no mercado de trabalho, não são suficientes para eliminar as dicotomias e desigualdades sociais entre homens e mulheres (BORSOI, 2012). A desigual divisão sexual do trabalho

sobrecarrega e limita as possibilidades profissionais das mulheres, na medida em que as obriga a conciliar as demandas da carreira com as demandas do cuidados com filhas(os) e com a casa.

A sobrecarga feminina pela conciliação de jornadas duplas ou triplas de trabalho é intensificada na carreira científica, pois, sendo moldada pelos valores masculinos de produzir o conhecimento, não considera e não acolhe as particularidades das mulheres. Dessa forma, é importante considerar que a desigualdade de gênero na ciência é reflexo da desigualdade de gênero na sociedade, precisando haver uma reestruturação das conjunturas sociais sobre gênero, para assim, haver também uma reestruturação na ciência. Assim, conforme Silva (2020, p. 53), o preconceito e a desigualdade de gênero na ciência

[...] não se referem apenas às “brincadeiras” e metáforas sexistas que inferiorizam e discriminam as mulheres pelo simples “fato” de serem mulheres, mas referem-se também a difícil tarefa de conciliar as exigências da profissão com a família, as dificuldades em ascender profissionalmente, as dificuldades para produzir pesquisa, a não ocupação de cargos e posições de destaque que configuram o caráter androcêntrico e sexista da ciência moderna.

As consequências da histórica exclusão e invisibilização das mulheres na construção do conhecimento, formulada em torno dos discursos que enfatizavam a impropriedade feminina para a ciência (CASEIRA; MAGALHÃES, 2019), ainda podem ser percebidas com relação à inserção e permanência das mulheres na carreira científica. Ao analisarmos os dados da pesquisa, podemos dizer que a carreira científica ainda se apresenta de forma “inóspita” às mulheres, pois, 62,5% das participantes responderam que seu ingresso e permanência no campo científico configurou-se com algumas restrições, já 17% com muitas restrições e 20,5%, de forma tranquila. Além disso, 62,5% das participantes responderam que, de alguma forma, já sentiram preconceito de gênero ao longo de sua carreira.

A partir dos dados produzidos na pesquisa, percebemos que, para a maioria das docentes da Unipampa, a entrada e a permanência na ciência

configurou-se com algumas ou muitas restrições, sendo observados ainda preconceitos de gênero ao longo da carreira. A partir dos fenômenos intitulados “efeito tesoura” e “teto de vidro”, que nomeiam, respectivamente, as dificuldades impostas às mulheres em permanecer na ciência e em ascender em cargos mais elevados da profissão (OLINTO, 2011), podemos dizer que a carreira científica ainda se apresenta de forma contrária à participação feminina, com barreiras e restrições que as impactam. Dentre as barreiras e dificuldades, destacamos, por exemplo, o androcentrismo científico, o assédio sexual, a divisão sexual do trabalho e a vivência da maternidade, da forma em que é imposta socialmente às mulheres.

Segundo dados do Censo da Educação Superior, nos últimos anos, vem acontecendo certo progresso com relação a presença das mulheres na ciência, em que elas representam cerca de 57% das matrículas nos cursos de graduação (BRASIL, 2018a) e 54% das matrículas nos cursos de pós-graduação, conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017). Entretanto, esse aumento acontece majoritariamente em nível de graduação, diminuindo na medida em que se avança na carreira (BENEDITO, 2019). Assim, mesmo sendo a maioria nos cursos de pós-graduação, são os homens que estão em maior número na docência do ensino superior, bem como são os homens que ocupam majoritariamente os cargos de liderança e poder (BARROS; SILVA, 2019). Dessa forma, conforme destaca Olinto (2011, p. 71):

A paridade de gênero, ou mesmo a supremacia das mulheres, que atualmente se observa ao campo da ciência em alguns países [...] tende a diminuir à medida que se avança nos postos acadêmicos. Isto pode ser observado quando se consideram os gêneros dos professores/pesquisadores em posições específicas – como os cargos que acompanham a escala hierárquica da ciência.

No que diz respeito à questão geracional, a maior parte das docentes tem idade entre 35 e 45 anos (53%), seguido de 25 e 35 anos (22%), 45 e 55

anos (17%) e 55 anos ou mais (8%). Ademais, 94% das docentes participantes se autodeclararam brancas, 5% pardas e 1%, pretas. Esse perfil racial corrobora com os microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2018a), pois apenas 16% do total de professoras(es) do ensino superior se autodeclararam negras(os), sendo que, de acordo com Soares e Silva (2019), do total das 46% docentes mulheres do quadro docente da Unipampa, apenas 5,4% destas são professoras negras. É possível perceber, tanto a partir dos dados do ensino superior em geral, quanto dos dados da Unipampa, a baixa representatividade de mulheres negras na docência do ensino superior. Destacamos essa desigualdade como sendo reflexo do racismo estrutural<sup>13</sup> presente na sociedade brasileira, bem como da insistência da ciência em continuar normalizando as desigualdades provenientes dele, negando assim seu rompimento (SOARES; SILVA, 2019).

Com relação às áreas de atuação das participantes da pesquisa, o maior número de docentes faz parte da área de Ciências Biológicas (26,7%), seguido de Ciências Sociais Aplicadas (17,4%), Ciências da Saúde (15,1%), Ciências Humanas (14%), Ciências Exatas e da Terra (14%), Ciências Agrárias (11,6%) e, por fim, em menor número, Engenharias (7%). Os dados produzidos na pesquisa demonstram que as mulheres estão mais presentes em áreas socialmente consideradas femininas, é uma amostra que reproduz a realidade do país, na qual, segundo os dados do INEP (BRASIL, 2020b), as mulheres são maioria em grandes áreas como a Educação (75,6%), Saúde (73,8%) e Ciências Sociais (72,3%), e a minoria, em áreas como Engenharia (37,3%) e Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (13,6%). Tanto os dados da pesquisa, quanto os dados disponibilizados pelo INEP demonstram, como mencionado anteriormente, que, apesar de serem maioria na graduação

---

<sup>13</sup> Entendemos o conceito de racismo estrutural segundo Almeida (2018), que destaca o mesmo como sendo decorrente da cultura da sociedade, que normaliza e estabelece como verdades determinados padrões baseados em princípios discriminatórios de raça, naturalizando as desigualdades por estes criados.

e na pós-graduação, a inserção das mulheres na carreira científica vem ocorrendo de forma dicotomizada (SILVA, 2020).

Assim, podemos dizer que há uma sub-representação de mulheres em áreas tradicionalmente concebidas como masculinas, como as engenharias, a computação e as ciências exatas (BENEDITO, 2019). Torna-se necessário analisar e refletir sobre os obstáculos construídos pela cultura científica, para, assim, questionar e desconstruir as razões pelas quais se justificam a sub-representação das mulheres na ciência, especialmente nas áreas culturalmente denominadas como masculinas. Neste sentido, corroboramos com Lima, Braga e Tavares (2015, p. 14) que destacam que visibilizar as contribuições das mulheres na história da ciência

[...] ressalta que a produção científica também tem sido uma realização das mulheres. Criar modelos a serem seguidos e contar histórias de vida que motivem é uma das estratégias adotadas para atrair meninas e jovens para a carreira científica, em especial para áreas em que estão sub-representadas.

Por ser produto do contexto social e cultural, durante a maior parte da história, a ciência foi moldada pelo sujeito masculino, branco, ocidental e elitista (SILVA, 2020). Com a ciência fechada nos valores androcêntricos, foram reproduzidas, no imaginário social, determinadas representações de ciência, como, por exemplo, sendo formulada de maneira a-histórica, acumulativa, socialmente neutra, linear e individualista (GOLDSCHMIDT *et al.*, 2016). A partir dessas concepções, a visão sobre a ciência foi sendo produzida no imaginário social e cultural, como sendo feita por poucos, coma imagem de que cientistas são pessoas detentoras de uma inteligência incomum e extraordinária, “como se o conhecimento científico fosse produzido por gênios alheios ao mundo real” (MOREIRA; OSTERMANN, 1993, p. 116). Sobre esse aspecto, Goldschmidt *et al.* (2016, p. 183) destacam que

[...] os conhecimentos científicos aparecem como obras de gênios isolados e que seus resultados são capazes de confirmar ou refutar

uma teoria. Ignoram-se assim os trabalhos coletivos e as parcerias que são característicos do trabalho científico. Esta visão transmite também a ideia de que a Ciência é restrita a uma determinada classe social ou gênero, mostrando-se dessa forma discriminativa.

Essas concepções sobre ciência reproduzem e acentuam a problemática do androcentrismo científico, pois, como já mencionado anteriormente, são as características vinculadas ao masculino, que culturalmente foram reconhecidas e valorizadas pela ciência. Estudos que buscaram investigar as concepções de alunas(os) sobre ciência e o que é ser cientista (REIS, GALVÃO, 2006; OLIVEIRA, MAGALHÃES, 2017; CAVALLI, MEGLHIORATTI, 2018) identificaram que a visão masculinizada de cientistas, reconhecidos como gênios detentores de uma inteligência e saber anormal, é predominante na concepção dos(as) alunas(os), o que indica ainda a pouca visibilidade e representatividade das mulheres na ciência em determinadas áreas, apesar dos avanços das últimas décadas. Esse cenário é consequência tanto do contexto patriarcal e sexista da sociedade quanto da ciência, na medida em que ambos, historicamente, dicotomizaram os espaços de homens e mulheres, buscando desqualificar e dificultar a inserção e a permanência das mulheres na construção do conhecimento.

Nas concepções das interlocutoras da pesquisa sobre o que é ser cientista, 85% das participantes responderam que se consideram cientistas, sendo que, para o maior número das participantes, ser cientista é sinônimo de fazer pesquisas, almejando trazer respostas, desenvolvimento e melhorias para a sociedade, conforme podemos perceber nos excertos abaixo:

É poder investigar as diversas formas de fenômenos social e humano, interpretando e sistematizando dados a fim de constituir resultados que contribuam para melhorar em quaisquer aspectos a sociedade (P59; 37 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

Porque atuo no desenvolvimento de pesquisas científicas que geram conhecimento original, com impacto social (P33; 38 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o)

É investigar os fenômenos sociais e propor soluções para os problemas identificados. Elaborar projetos e propostas que podem melhorar as ações sociais tanto no campo jurídico, político, econômico e educacional *(P23; 53 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)*

Uma pessoa que faz do seu trabalho o objetivo de melhorar a vida das pessoas seguindo sua linha de pesquisa. *(P30; 46 anos; Ciências Exatas e da Terra; Sem filhas/os)*

As concepções das docentes sobre o que é ser cientista vêm ao encontro do imaginário social sobre o que é o trabalho científico, compreendendo-o a partir da busca de questionar, problematizar e trazer melhorias e evolução para o contexto social, por meio de teorias, pesquisas e dados. Sendo produto do desenvolvimento histórico da sociedade, a ciência caracteriza-se, de acordo com Oliveira e Silveira (2013, p. 169), como uma “preocupação contínua não só em conhecer os fenômenos que acontecem em nosso meio, como também em descrevê-los e propor teorias racionais que possam explicar como eles acontecem”. Dessa forma, as(os) cientistas buscam, por meio de pesquisas, conhecer e compreender de forma mais profunda o mundo, renovando e consolidando os conhecimentos já construídos, possibilitando, com isso, desenvolvimento e melhorias para a sociedade e para os sujeitos inseridos nela (MELLO; LORETTO; OLIVEIRA, 2013).

Segundo Silva (2020), mais de 95% da ciência realizada no Brasil é feita nas universidades públicas, sendo que, além da pesquisa, ser cientista no país exige o cumprimento de outras tarefas vinculadas ao ensino e à extensão. Entretanto, a produção de pesquisas é o que define um cientista, sendo que, quando questionadas sobre por que as participantes consideram-se ou não cientistas, o envolvimento ou não de pesquisas foi a justificativa central para a questão. Dessa forma, um total de 15% das participantes responderam não se considerar cientistas, justificando esse entendimento pelo fato de não realizarem pesquisas, ou trabalharem mais ativamente com o ensino e a extensão, conforme os fragmentos abaixo:

Acredito que trabalho de forma mais direta com o ensino e a extensão do que com a pesquisa, mesmo trabalhando com orientações na pós-graduação e produzindo conhecimento na área de ensino-aprendizagem. (P31; 42 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Não me considero cientista pelo simples fato de ainda não ter realizado algo grandioso pra a sociedade. (P35; 37 anos; Ciências Agrárias; 01 filha/o)

Pois não realizo projetos de pesquisas, somente projeto de extensão e de ensino. (P14; 56 anos; Ciências da Saúde; 02 filhas/os)

A partir dos excertos, percebemos que algumas interlocutoras, mesmo desenvolvendo pesquisas, não se consideram cientistas por entenderem que ainda não desenvolvem pesquisas o suficiente para tal, ou que ainda não trouxeram nenhuma contribuição significativa para a sociedade por meio de suas pesquisas. Esses entendimentos corroboram com a discussão realizada anteriormente, em que, no imaginário social, fazer ciência é para poucos e que cientistas são considerados gênios detentores de uma incrível inteligência, habilidades e capacidade de saber, produzindo, assim, descobrimentos extraordinários para o desenvolvimento da sociedade (SILVA; SANTOS; RÔÇAS, 2016). Torna-se importante destacar que essas concepções de ciência e de cientistas, são construídas mediante uma determinada cultura, que ao interpelar os sujeitos sociais, produzem suas identidades e subjetividades (MARINHO; SILVA; GUIDOTTI, 2018).

Destacamos, ainda, que grande parte das interlocutoras que responderam positivamente sobre se considerar cientista justificou sua resposta por desenvolver pesquisas e acreditar na importância e impacto delas para a sociedade, conforme ilustrado abaixo:

Pois em minha trajetória acadêmica, os resultados das pesquisas que realizei impactaram as comunidades e pude aperfeiçoar técnicas de pesquisa em diversas

áreas (P59; 37 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

Porque trabalho no desenvolvimento de soluções, produtos e tecnologia para o mercado e sociedade (P18; 30 anos; Engenharias; Sem filhas/os)

Pois realizo pesquisa científica que, acredito, servem de apoio a comunidade (P13; 44 anos; Ciências Agrárias; 02 filhas/os)

É importante compreendermos o que é a ciência e sua importância para a sociedade, entretanto, sem torná-la a-histórica, inquestionável e detentora da verdade, entendendo-a como parte da construção e do desenvolvimento social, mas ainda assim passível de erros, que, inclusive, contribuem para seu avanço (GOLDSCHMIDT *et al.*, 2016; GIL-PEREZ *et al.*, 2001). Ou seja, precisamos compreender a ciência como fruto de uma construção humana, interpelada pela cultura, o contexto social e econômico (MARINHO; SILVA; GUIDOTTI, 2018). Além disso, é importante desmistificar a visão de cientistas tidos como gênios, munidos de uma inteligência incomum e extraordinária, entendendo-os como pessoas comuns, que cometem erros e acertos, sendo instigados a pesquisar um problema que os toca, buscando respostas, beneficiando a sociedade (GIL-PEREZ *et al.*, 2001; HENNING, CHASSOT, 2011). Percebemos a partir das respostas de algumas interlocutoras que, para ser cientista, é necessário possuir características como a curiosidade, a inquietação pelo novo e questionador, conforme os excertos abaixo:

É ser curiosa, observadora, criativa, inovadora, crítica, disciplinada e ter amor pela pesquisa e pelo processo de entendimento e de transformação dos seres humanos (P22; 35 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Um pesquisador curioso, detalhista e com dedicação a longo prazo sobre o seu objeto de estudo (P42; 42 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

É ser inquieto, buscar sempre novas possibilidades para resolver problemas e dar qualidade de vida (P80; 54 anos; Ciências Biológicas; 03 filhas/os)

Ser cientista é ter curiosidades, inquietações que te movem para pesquisar, argumentar, ler, estudar e produzir conhecimento (P83; 43 anos; Ciências Humanas; 02 filhas/os)

De acordo com Silva, Santos e Rôças (2016, p. 231), “independente dos objetivos subjacentes às pesquisas científicas, estas partirão de uma questão (a pergunta da pesquisa) levantada em direção a uma resposta, logo, de uma curiosidade acerca de um dado objeto de pesquisa”, ou seja, para ser cientista é necessário ter um problema a ser investigado. Ademais, é importante descartar que a ciência e o fazer científico, são resultados da produção cultural do contexto em que ela está inserida, no qual, segundo Gil-Perez *et al.* (2001) parte da curiosidade e necessidade do ser humano conhecer, compreender e explicar o mundo que o cerca, e que não considerar isso é torná-la aproblemática, deformando a ciência. É nessa perspectiva que algumas interlocutoras, do total de 85% mencionado anteriormente, justificaram considerar-se cientista, destacando possuírem determinadas características como a inquietação pelo novo, a curiosidade e a constante vontade de aprender, conforme os fragmentos abaixo:

Porque sou curiosa. Procuo investigar o que me provoca curiosidade (P57; 45 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Porque possuo inquietações e interesse em aperfeiçoamento constante e estou em fase de consolidação do meu perfil de cientista (P6; 45 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Porque quanto mais procuro respostas, mais dúvidas aparecem! (P25; 39 anos; Ciências Agrárias; 01 filha/o)

Justamente porque tenho um olhar que investiga, pergunta, estuda e propõe/produz saberes (P56; 55 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Diante dos dados, é possível perceber que a ciência ainda se formula de forma androcêntrica e dicotomizada, no qual as mulheres estão mais presentes em áreas caracterizadas socialmente como femininas, consequência da socialização que desde crianças, mulheres e homens recebem, em que a ciência, em determinadas áreas, ainda é representada como um local de pertencimento ligado ao masculino (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017). Ademais, inferimos com os dados, que as visões sobre ciência e as representações de cientistas, que são culturalmente produzidas, ainda se formulam como a ciência sendo portadora de verdades e legitimadora de conceitos, e que para ser cientistas, é necessário portar determinados requisitos básicos. Assim, torna-se necessário evidenciar que a ciência, sendo um produto cultural, produz representações de ciência e de cientista que, entre outras, corroboram com as desigualdades de gênero na ciência.

A ciência, que faz parte da construção cultural da sociedade, reproduz em seu interior os valores e representações do contexto social vigente, reproduzindo assim, o patriarcado e o sexismo que historicamente, formaram a sociedade no qual estamos inseridos. Desta forma, desde crianças, mulheres e homens são socializados a partir de diferentes perspectivas sociais de suas “funções” e espaços na sociedade, no qual a ciência ainda é representada como um local de pertencimento ligado ao masculino (OLIVEIRA, MAGALHÃES, 2017), principalmente em determinadas áreas, como as exatas. Torna-se necessário evidenciar as contribuições das mulheres na história da construção do conhecimento científico, demonstrando ainda, que as mesmas estão presentes na ciência, mas de forma dicotomizada em determinadas áreas e em determinados níveis da carreira, denunciando assim, o androcentrismo científico e o sexismo social, que produzem as desigualdades de gênero.

## **Considerações finais**

A ciência, sendo parte constituinte da sociedade e, assim, produto da cultura vigente, é formulada a partir de valores androcêntricos de produzir o conhecimento, valorizando e reconhecendo as características masculinas de fazer ciência. Assim sendo, valores como a racionalidade, a objetividade e a neutralidade são requisitos necessários para, supostamente, produzir uma ciência de qualidade e legítima, assumindo, desse modo, a representação masculina do que é ser cientista. O androcentrismo científico, que, por muito tempo, invisibilizou e excluiu as mulheres da história da produção do conhecimento, continua restringindo e dificultando a permanência e ascensão das mulheres de seu contexto, principalmente nas áreas reconhecidas como masculinas.

Com relação à pesquisa realizada, podemos perceber que a ciência ainda restringe, dificulta e delimita a participação das mulheres, sendo organizada de forma dicotomizada, na qual as mulheres estão presentes majoritariamente em áreas consideradas socialmente como femininas. A partir dos dados da pesquisa, percebemos que a ciência ainda se constitui “inóspita” às mulheres, pois para grande parte das participantes, o ingresso e a permanência no campo científico configuraram-se com algumas ou muitas restrições. Além disso, a grande maioria das participantes também relataram que de alguma forma, já sentiram preconceito de gênero ao longo de sua carreira.

As respostas das participantes revelaram que as concepções do que é ciência e ser cientista constituem-se em torno do fazer pesquisa, que precisa ser relevante para o contexto social, na qual algumas participantes relataram não se considerar cientistas por compreenderem que ainda não realizam pesquisas suficientes, ou pesquisas com relevância suficiente para tal. Além disso, é possível perceber nos excertos das participantes, a visão de que para ser cientista, são necessárias algumas características como a curiosidade, a inquietação, a inovação e o desejo de investigar, ler e escrever, sendo que é por portar tais características, que as mesmas se consideram cientistas.

Destacamos a importância e necessidade de evidenciar cada vez mais a participação e as contribuições das mulheres na ciência, buscando desconstruir o androcentrismo científico, bem como as desigualdades de gênero existentes tanto na ciência, quanto na sociedade.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. *Arquivos brasileiros de psicologia*, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 2, p. 06-09, abr. 2019. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 15, n. 1, p. 81-100, jun. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v15n1/v15n1a07.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior 2017*. Set, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso: 05 mar. 2021a.

BRASIL. Ministério da educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da educação superior 2019*. Out, 2020. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)>. Acessem em: 08 mar. 2021b.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2017). *Geocapes*. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CASEIRA, Fabiani Figueiredo; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Meninas e jovens nas ciências exatas, engenharias e computação: raça-etnia, gênero e ciência em alguns artefatos. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7, n. especial, p. 259-275, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9526/6190>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAVALLI, Mariana Bolake; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A participação da mulher na ciência: um estudo da visão de estudantes por meio do teste DAST. *ACTIO*, v. 3, n. 3, p. 86-2, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/7513>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CHASSOT, Attico. *A Ciência é masculina? fí, sim senhora!*. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2017.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O que, é afinal, os Estudos Culturais?**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 134 – 166.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL-PÉREZ, Daniel; MONTORO, Isabel Fernández; ALÍS, Jaime Carrascosa; CACHAPUZ, António; PRAIA, João. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. *Ciência & Educação*, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/DyqhTY3fY5wKhzFw6jD6HFJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

GOLDSCHMIDT, Andrea Inês; SILVA, Nathália Vieira; MURÇA, Jenyffer Soares Estival; FREITAS, Bruce Sanderson Prado de. O Que é Ciência? Concepções de Licenciandos em Ciências Biológicas e Química. *Contexto & Educação*, v. 31, n. 99, p. 173-200, maio./ago. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/issue/view/189>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

HENNING, Paula Corrêa; CHASSOT, Attico Inácio. A ciência e sua constituição na modernidade: possibilidades para pensar o presente. *PerCursos*, v. 12, n. 1, p. 168-182, jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1870>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

KOVALESKI, Nádía Veronique Jourda. et. al. As relações de gênero na História das Ciências: A participação feminina no Progresso Científico e Tecnológico. *Revista Emancipação*, v. 13, n. 3, p. 9-26, 2013. Disponível em:

<<https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/5047>>. Acesso em: 30 out. 2019.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *Revista Gênero*, v. 16, n. 1, p. 11-31, jun./dez. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31222/18311>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação e realidade*, v. 25, n. 2, p. 59-76, Jul./dez. 2000. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833/29119>>. Acesso em: 23 set. 2019.

MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, Fabiane Ferreira da; GUIDOTTI, Charles dos Santos. Concepções de ciência e conhecimento de professores participantes e um curso de especialização em educação em ciências. *VIDYA*, v. 38, n. 2, p. 53-69, jul./dez., 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/2464/2188>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MELLO, Marco Aurelio Ribeiro Mello; LORETTO, Diogo; OLIVEIRA, Leonardo de Carvalho. O que define um bom cientista?. *Oecologia Australis*, v. 17, n. 3, p. 397-401, set. 2013. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/view/8292>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Marco Antonio; OSTERMANN, Fernanda. Sobre o ensino do método científico. *Caderno Brasileira de Ensino de Física*, v. 10, n. 2, p.108-117, ago. 1993. Disponível em:

<<https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7275/14939>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OLIVEIRA, Anselmo Gomes de; SILVEIRA, Dâmaris. A importância da Ciência para a sociedade. *Infarma - Ciências Farmacêuticas*, v. 25, n. 4, p. 169, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/572>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

OLIVEIRA, Luciana Rodrigues de; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Esse é o show da luna: investigando gênero, ensino de ciências. *Domínios da imagem*, v. 11, n. 20, p. 95-118, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/31880/0>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. “Você tentou fechar as pernas?” – a cultura machista impregnada nas práticas sociais. *Polêm!ca*, v. 16, n.3, p. 01-18, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

PARENT in Science. *Editais que incluem a maternidade*. Disponível em: <[https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\\_40bcdd9b34b04ece83507ce6b8866fd8.pdf](https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_40bcdd9b34b04ece83507ce6b8866fd8.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2021.

REIS, Pedro; GALVÃO, Cecília. O diagnóstico de concepções sobre os cientistas através da análise e discussão de histórias de ficção científica redigidas pelos alunos. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 5, n. 2, p. 213- 234, 2006. Disponível em: <[http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen5/ART1\\_Vol5\\_N2.pdf](http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen5/ART1_Vol5_N2.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. *Ciência e Educação*, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000200449&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000200449&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Por que é preciso falar da inserção e da participação das mulheres na ciência?. In: FRICK, Loriane Trombini; PONCIANO, Paola Cavalheiro; BARTELMEBS, Roberta Chiesa. (Orgs.). *Narrativas sobre feminilidades*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 47-64. Disponível em: <<https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35201-narrativas-sobre-feminilidades>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. *HISTEDBR*, n. 30, p. 133-148, jun. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20presen%C3%A7a,anunciam%20e%20promovem%20pol%C3%ADticas%20educativas>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, Patrícia do Socorro de Campos da; SANTOS, Sonia Barbosa dos; RÔÇAS, Giselle. A visão sobre a ciência e cientistas: explorando concepções em um clube de ciências. *Revista brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 3, p. 1-23, mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/3669>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e; FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Acesso à educação e à produção de saberes – direitos da mulher. *Análise & Dados*, v. 14, n. 1, p. 173-183, jun. 2004. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=981&Itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=981&Itemid=284)>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SOARES, Cristiane Barbosa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Raça e Gênero no corpo docente da Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de gênero e diversidade*, v. 5, n. 3, jul./set., 2019 Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/22275>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVES, Cristina (Org.). *Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares*. Florianópolis: Editora Mulheres. 2007. p. 201-246.

## 4.2 Manuscrito 2- Maternidade e carreira científica: experiências e concepções das docentes mães da Universidade Federal do Pampa<sup>14</sup>

*Motherhood and scientific careers: experiences and conceptions of mother teachers at the Federal University of the Pampa*

### Resumo

Somos socializados historicamente em uma sociedade que reproduz e naturalizada as desigualdades de gênero. A ciência, que é resultado da construção humana, reproduz em seu interior os valores socioculturais da sociedade, se constituindo assim, de forma androcêntrica e sexista, restringindo e excluindo historicamente as mulheres de seu contexto. Atualmente, fazer ciência exige dedicação de tempo integral para o cumprimento das atividades ligadas à pesquisa, ensino e extensão, demandas que desconsideram as particularidades das mulheres, como a vivência da maternidade, que, por pelo menos um determinado período, também exige dedicação em tempo integral de cuidados. O presente artigo refere-se a uma pesquisa de natureza qualitativa exploratória, ancorada nos Estudos Culturais, na perspectiva pós-estruturalista, objetivando, a partir do uso de questionários, investigar se a maternidade impacta a carreira das docentes da Universidade Federal do Pampa, bem como analisar de que forma as mesmas conciliam as demandas entre a maternidade com a carreira na ciência. Percebemos, a partir da pesquisa, que a conciliação da maternidade com a carreira científica impacta de alguma forma, a carreira das cientistas mães, representando para muitas, um dilema constante de sobreposições de papéis, consequência tanto da ciência androcêntrica quanto da sociedade, que responsabiliza majoritariamente as mulheres pelos cuidados com a vida privada.

**Palavras-chave:** Maternidade. Mulheres. Cientistas. Ciência. Carreira científica.

### *Abstract*

We are historically socialized in a society that reproduces and naturalizes gender inequalities. Science, which is the result of human construction, reproduces in its interior the sociocultural values of society, thus constituting itself in an androcentric and sexist way, historically restricting and excluding women from its context. Currently, doing science requires full-time dedication to the fulfillment of activities related to research, teaching, and extension, demands that disregard the particularities of women, such as the experience of motherhood, which, for at least a certain period, also requires full-time dedication of care. The present article refers to a qualitative exploratory research, anchored in Cultural Studies, from a post-structuralism perspective, aiming, through the use of questionnaires, to investigate whether motherhood impacts the career of female professors at the *Universidade Federal do Pampa*, as well as to analyze how they reconcile the demands between motherhood and a career in science. We noticed, from the

---

<sup>14</sup> Manuscrito formatado conforme as normas da Revista Diálogo Educacional

research, that the conciliation of maternity with the scientific career impacts in some way, the career of mother scientists, representing for many, a constant dilemma of overlapping roles, a consequence of both androcentric science and society, which holds women mainly responsible for the care of private life.

**Keywords:** *Motherhood. Women. Scientists. Science. Scientific career.*

## **Resumen**

*Estamos socializados históricamente en una sociedad que reproduce y naturaliza las desigualdades de género. La ciencia, que es el resultado de la construcción humana, reproduce en ella los valores socioculturales de la sociedad, constituyéndose así de manera androcéntrica y sexista, restringiendo históricamente y excluyendo a las mujeres de su contexto. En la actualidad, hacer ciencia requiere dedicación en tiempo completo a la realización de actividades relacionadas con la investigación, la docencia y la extensión, demandas que desconocen las particularidades de las mujeres, como la experiencia de la maternidad, que, al menos durante un período determinado, también requiere dedicación en el tiempo. atención integral. Este artículo se refiere a una investigación cualitativa exploratoria, anclada en Estudios Culturales, en una perspectiva postestructuralista, que busca, mediante el uso de cuestionarios, investigar si la maternidad impacta también en la carrera de los docentes de la Universidad Federal de Pampa. analizar cómo concilian las exigencias entre la maternidad y la carrera científica. A partir de la investigación, nos dimos cuenta de que la reconciliación de la maternidad con la carrera científica de alguna manera impacta la carrera de las madres científicas, representando para muchos un dilema constante de roles superpuestos, una consecuencia tanto de la ciencia androcéntrica como de la sociedad, que tiene la responsabilidad mayoritariamente de las mujeres por el cuidado de su vida privada.*

**Palabras clave:** *Maternidad. Mujeres. Científicos. Ciencias. Carrera científica.*

## **Introdução**

Nossa sociedade, historicamente alicerçada em valores patriarcais, produz e reproduz constantemente discursos e práticas de gênero que naturalizam o machismo e o sexismo nas relações e instâncias sociais. É a partir desses discursos e práticas, constituintes da cultura social, que a identidade dos sujeitos vai sendo construída e moldada desde o seu nascimento, influenciando seus comportamentos, atitudes e pensamentos (OLIVEIRA; MAIO, 2016). Assim, são aprendidas e naturalizadas determinadas representações sociais que seriam “adequadas” para cada gênero, de

acordo com o chamado “determinismo biológico”, que determina e diferencia as atitudes, capacidades e responsabilidades de homens e mulheres no contexto social de acordo com suas características biológicas, não reconhecendo assim, que as desigualdades e diferenças de gênero são culturalmente impostas e aprendidas (SCOTT, 1995; LOURO, 2000; CITELI, 2001).

Nessa perspectiva, por muito tempo, as mulheres foram impedidas de frequentar espaços de produção do conhecimento, sendo sua educação voltada para os cuidados com a vida privada, enquanto os homens eram instruídos a terem participação na vida pública, estimulados a frequentar os espaços de ensino e a participar da produção do conhecimento (GROSSI *et al.*, 2016). Diversas mudanças foram protagonizadas a partir das reivindicações do movimento feminista e das revoluções socioeconômicas no século XX, que possibilitaram novas configurações sociais e culturais, ao questionar os discursos que respaldavam o determinismo biológico e as desigualdades de gênero (MUÑOZ *et al.*, 2020). Entre as mudanças provocadas, destacamos a entrada das mulheres nas esferas públicas da sociedade, como na ciência, que, entretanto, não extinguiu as desigualdades de gênero e não desresponsabilizou as mulheres das obrigações com a esfera privada (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Atualmente, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para estabelecerem-se e permanecer em determinadas áreas da ciência em consequência das desigualdades de gênero tanto no âmbito social quanto científico (OLINTO, 2011). A experiência da maternidade, que é realidade de muitas mulheres cientistas, também é outro fator que pode constituir-se de forma conflituosa para elas, que se veem diante da necessidade de conciliar as demandas de cuidados com as(os) filhas(os) e as demandas da carreira na ciência (PRADO; FLEITH, 2012; LEMOS; MELLO, GUIMARÃES, 2014). Nessa perspectiva, mesmo com a saída das mulheres para os espaços públicos como a ciência, ainda é-lhes socialmente imposto o sentimento de precisar “dar conta de tudo”, precisando ser “a mulher altamente organizada, eficiente, profissional que também é uma esposa amorosa e uma mãe perfeita” (SCHIEBINGER, 2001, p. 186).

Dessa forma, a sobrecarga das mulheres é expressa na necessidade de elas precisarem conciliar a maternidade, os cuidados domésticos e a carreira profissional

simultaneamente, tendo a disponibilidade temporal para fazer essa conciliação, como se uma atribuição pudesse ser exercida de forma isolada e independente da outra. Buscando sinalizar os problemas da ciência pautada em valores androcêntricos, que não compreendem as particularidades das mulheres, como, por exemplo, a vivência da maternidade, que a temática maternidade e ciência vem ganhando cada vez mais destaque nos últimos anos, com pesquisas, eventos e debates. Um exemplo disso é movimento *Parent in Science*<sup>15</sup>, que busca, a partir da realização de pesquisas e a organização de eventos sobre o tema, sinalizar de que forma a maternidade impacta a carreira das mulheres cientistas e que esse impacto deve ser considerado no contexto da ciência.

Com essas considerações, destacamos que os desafios impostos às mulheres ao longo de suas carreiras na ciência são construídos pela forma como a sociedade e a ciência foram historicamente organizadas. A divisão desigual do trabalho e a ciência pautada em valores masculinos de produzir o conhecimento restringem e dificultam a carreira das mulheres (OLINTO, 2011). Assim, o presente artigo busca analisar de que forma a maternidade impactou e/ou impacta a carreira científica das docentes da Universidade Federal do Pampa<sup>16</sup> (Unipampa).

## **Metodologia**

A presente pesquisa, apresenta abordagem qualitativa e exploratória (GIL, 2002), na perspectiva de assim, não fazer somente o levantamento de informações

---

<sup>15</sup> Outras informações podem ser consultadas em: <https://www.parentinscience.com/>

<sup>16</sup> Tem sua estrutura descentralizada e multicampi localizada nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, somando um total de 10 *campi*. Atualmente, a universidade conta com 69 cursos de graduação (4 em extinção), 04 de doutorado, 10 mestrados acadêmicos, 08 mestrados profissionais e 35 especializações, e um total de 923 docentes, distribuídos nos 10 *campi* da universidade, sendo que, destes, 440 são mulheres (<https://unipampa.edu.br/portal/#>).

sobre um determinado assunto, mas também, buscar a compreensão do seu contexto, mapeando as condições de sua manifestação (GIL, 2002). Ademais, a pesquisa qualitativa possibilita fazer uma relação “dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Assim, utiliza-se esta abordagem por tratar de questões particulares, adentrando no âmbito dos significados, motivações, atitudes, sentimentos e relações entre outros fenômenos que não podem e nem devem ser quantificadas (MINAYO, 2002).

Diante disso, este estudo fundamenta-se no referencial dos Estudos Culturais<sup>17</sup> e Estudos de Gênero, na perspectiva pós-estruturalista. Uma vez que ao considerar as desigualdades em torno das relações de gênero e ciência na sociedade contemporânea, reforça-se a relevância de pesquisas a respeito da conciliação da maternidade com a carreira científica. Somando-se a essas questões, destacamos a pandemia e seus efeitos, que nos coloca diante de novas formas de se relacionar e de se perceber. Sendo assim, torna-se necessários novas estratégias para investigar num contexto de pandemia. Neste estudo, utilizamos os questionários *on-line* como forma de produção de dados.

De acordo com Gil (2002), os questionários como metodologia de produção dos dados possibilitam estudar características específicas de um grupo (gênero, idade, nível de escolaridade, etc.), além de levantar outras informações pertinentes, como suas crenças e opiniões. Dessa forma, após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa – CEP/Unipampa, sob o número CAAE: 32895720.0.0000.5323, foi elaborado um questionário *on-line*, como ferramenta para produção de dados.

O referido questionário, foi construído no *Google Forms* e, posteriormente, encaminhado para o e-mail institucional das docentes da Unipampa, com uma breve apresentação da pesquisa e seu *link* para acesso. O questionário, teve o objetivo de traçar um perfil inicial das professoras e investigar como a maternidade reflete na

---

<sup>17</sup> Os estudos culturais, que investigam as relações entre cultura e sociedade, ancorados na perspectiva pós-estruturalista, questionam, problematizam e criticam os discursos e práticas, bem como as relações sociais e o contexto cultural dos sujeitos, fazendo sua resignificação (LOURO, 2000).

trajetória profissional das mesmas. Ressalta-se que o anonimato das participantes da pesquisa foi totalmente assegurado. Ademais, antes de responderem o questionário, as docentes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no formato digital, em que as professoras foram convidadas a aceitar ou recusar participar do estudo.

Com o levantamento realizado no site institucional da Unipampa, chegou-se ao número total de 440 docentes distribuídas nos 10 *campi*. O questionário ficou aberto para as respostas das interlocutoras durante o mês de outubro de 2020, ou seja, por um período de 31 dias. Obteve-se o retorno 89 docentes e a partir das experiências dessas cientistas, a análise de como essas pesquisadoras conciliam as exigências da maternidade com a carreira científica tornou-se possível.

Os questionários respondidos foram armazenados no *Google Forms* e posteriormente gerado uma planilha do Excel para a qual atribuímos um número de identificação para cada questionário. Assim, os dados de pesquisa são apresentados no texto da seguinte forma: P (participante) seguido do número do questionário, como por exemplo P2, na sequência a idade da participante, a área de atuação e o número de filhas(os). Assim, cada excerto, será seguido desse modelo de identificação: (P2; 50 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o).

## **Ser mãe e cientista: considerações sobre maternidade e a carreira**

Com relação perfil das participantes da presente pesquisa, 94% das docentes participantes se autodeclararam brancas, 5% pardas e 1% pretas. Tal perfil racial corrobora com os dados apresentados por Soares e Silva (2019), que ao investigarem o perfil do quadro docente da Unipampa, concluíram que de um total de 46% de docentes mulheres da universidade, apenas 5,4% destas são professoras negras. Ainda, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2018a), apenas 16% do total de professoras(es) do ensino superior se autodeclararam negras(os). Esses dados evidenciam a baixa representatividade de professoras(es) negras(os) na docência do

ensino superior no Brasil, e em especial neste estudo, a baixa representatividade de docentes mulheres negras na Unipampa, sendo isso resultado do racismo estrutural<sup>18</sup> ainda muito presente no contexto social, bem como da resistência da ciência em romper com as desigualdades raciais (SOARES; SILVA, 2019).

Ademais, a maior parte das docentes possui idade entre 35 e 45 anos (53%), seguido de 25 e 35 anos (22%), 45 e 55 anos (17%) e 55 anos ou mais (8%). Com relação às áreas de atuação das participantes da pesquisa, o maior número de docentes faz parte da área de Ciências Biológicas (26,7%), seguido de Ciências Sociais Aplicadas (17,4%), Ciências da Saúde (15,1%), Ciências Humanas (14%), Ciências Exatas e da Terra (14%), Ciências Agrárias (11,6%) e, por fim, em menor número, Engenharias (7%). Assim, com relação aos dados pertinentes à área de atuação das participantes, destacamos que os mesmos demonstram que as mulheres estão mais presentes em áreas da ciência que são socialmente consideradas como femininas, ou seja, áreas como a Ciências Humanas, as Sociais e Aplicadas e as da Saúde.

Ao tratarmos das problemáticas enfrentadas pelas mulheres na ciência, não podemos deixar de relacionar às problemáticas enfrentadas pelas mulheres na sociedade, pois, sendo a ciência produto social e cultural (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017), ela reproduz, em seu interior, valores, discursos e práticas históricas da sociedade. Nessa perspectiva, segundo Biroli (2018, p. 24), a atual divisão sexual do trabalho é a base das desigualdades de gênero, visto que faz com que as mulheres “tenham chances relativamente menores do que os homens de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social”. Segundo a autora, tratar sobre a divisão sexual do trabalho “é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, claro, nas consequências dessas classificações” (BIROLI, 2018, p. 21).

---

<sup>18</sup> Compreendemos o conceito a partir de Almeida (2019), que destaca que o racismo estrutural faz parte de um processo histórico e político, que produz condições para que grupos racialmente identificados, sejam de alguma forma, discriminados.

Dessa forma, as barreiras ainda encontradas pelas mulheres ao longo da carreira científica são consequências de uma sociedade que, historicamente, coloca-as em posição de inferioridade e responsabiliza-as de forma desigual pelas demandas da vida privada. Assim, as desigualdades de gênero nas carreiras científicas são respaldadas pelos valores sociais que impõe às mulheres “as tarefas domésticas e a educação das(os) filhas(os), embora tenham que estar no mercado, em pé de igualdade com os homens no que tange a responsabilidades e jornada de trabalho” (SOUZA; FAGUNDES, 2004, p. 178). Ademais, a sobrecarga que recai sobre as mulheres cientistas é consequência da ciência pautada em valores masculinos de produzir o conhecimento, que não reconhece as especificidades das mulheres oriundas da desigual responsabilização pelo trabalho privado.

É importante destacar que as atribuições das(os)cientistas no Brasil vão além do processo de fazer pesquisa, envolvendo também demandas ligadas ao ensino e à extensão. Desse modo, a carga de trabalho das(os) cientistas na academia pode se constituir de forma excessiva, com atividades como o preparo e o ministro de aulas, realização pesquisas, participação em reuniões e eventos, orientação de estudantes, entre outras atividades que exigem dedicação integral por parte delas(es). Essa demanda de trabalho, que exige dedicação integral à carreira, pode representar um constante dilema de sobreposição de papéis na vida das cientistas mães, que podem se ver divididas entre a maternidade e a carreira científica (LEMOS; MELLO, GUIMARÃES, 2014).

Nessa perspectiva, corroboramos com Silva (2020, p. 54), quando afirma que “‘Ou tu é cientista ou tu tem filho’ é uma questão que se coloca para muitas mulheres, em função da necessidade de conciliar as identidades de cientista e mãe”. Muniz *et al.* (2020) destacam que a ciência, da forma como está estruturada, é incompatível com a vivência da maternidade, pois, para as autoras, ser mãe e cientista significa desafio extra, que leva a exaustão devido à exigência temporal que as duas atividades exigem, o que impacta não somente a carreira das mulheres, mas também suas relações interpessoais e sua experiência com a própria maternidade. A sobrecarga de trabalho gerada nas dificuldades de conciliar a carreira científica com a maternidade pode ser percebida a partir das respostas das participantes da pesquisa, conforme exposto abaixo:

Conciliação de excesso das demandas laborais enquanto docente, que exigem conclusão em meu ambiente familiar, tendo, em algumas circunstâncias, escolher entre uma demanda de trabalho e momentos com minha filha. (P10; 29 anos; Ciências da Saúde; 01 filha/o)

O fato de ter filhos faz com que você tenha que se organizar de forma mais flexível em relação ao trabalho, e isso as vezes acaba por afetar profissionalmente (P39; 41 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

A todo momento sinto que preciso escolher entre exercer a maternidade de forma plena e gerar produtividade acadêmica e científica em minha carreira. É muito difícil fazer as duas coisas de maneira completa e satisfatória. (P24; 40 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Percebo, depois de me tornar mãe, o quanto é difícil conciliar a maternidade com a carreira profissional. Percebi o quanto não tive mais tempo para fazer leituras, reuniões de estudo e me envolver na pesquisa como antes. Me sinto muito exausta. Passei a refletir muito mais sobre a relação da sociedade com as mulheres, o quanto é injusta. (P57; 45 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Depois da chegada da bebê, o tempo é outro. Não tenho como me dedicar às reuniões, às atividades acadêmicas como se deseja e como a academia exige. Muitos colegas não entendem que, em muitos momentos, temos que optar por cuidar do filho ou participar de reuniões, ações. (P42; 42 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

A conciliação da maternidade com a carreira científica, que representa muitas vezes um dilema na vida das mulheres, é consequência da desigual responsabilização social do cuidado com as(os) filhas(os) que culturalmente é imposta às mulheres. Segundo Muniz *et al.* (2020), a sobrecarga da maternidade é tão naturalizada sob a perspectiva de instinto materno e amor incondicional, que assumir outras responsabilidades exige das mulheres o contorno de inúmeros e solitários desafios e preconceitos. A maternidade, assim como a ciência, é fruto da construção social e vem sofrendo, ao longo da história, uma série de transformações, sendo que, até meados do século XVIII, a organização social em torno da infância e, conseqüentemente, da maternidade era bastante divergente da organização contemporânea, não tendo o mesmo significado e valor social que tem hoje (BADINTER, 1985).

Segundo Badinter (1985), até o século XVIII, eram comuns sentimentos de desprezo e indiferença pelas crianças, sendo corriqueiro o abandono infantil e, em

famílias ricas, a utilização das chamadas “amas de leite”, mulheres que amamentavam e cuidavam, geralmente, em condições precárias, das crianças nos primeiros anos de vida. A partir do século XVIII, novas configurações sociais começaram a ser delineadas, quando o Estado começou a perceber a criança como futura mão de obra mercantil. Nessa perspectiva, a maternidade, que antes era vista como algo indiferente na vida das mulheres, começou a ganhar novos contornos sociais, sendo romantizada por meio de discursos que enfatizavam a naturalização da maternidade a partir de um suposto amor e instinto materno inato, associando-a como sinônimo de feminilidade, realização e satisfação plena da mulher (STEVENS, 2007).

Um novo modelo de família é delineado e o papel da mulher no núcleo social e familiar é ressignificado, sendo ressaltado a importância delas no cuidado das(os) filhas(os), vistos como “o futuro da nação”. Assim, a romantização da maternidade foi crucial para manter as mulheres no espaço doméstico, cuidando da casa, das(os) filhas(os) e do esposo, sendo reproduzidos discursos que promovem um ideal materno a ser atingido, no qual uma boa mãe era caracterizada como sendo benevolente, carinhosa, cuidadosa e amorosa com suas(seus) filhas(os), atendendo com disposição todas as demandas da maternidade, desde a higiene até a educação e transmissão dos valores morais e sociais (STASEVKAS, 1999). Segundo Stevens (2007), as novas concepções sobre a maternidade, imposta como destino natural das mulheres, com respaldo em um suposto amor e instinto inato, foram também um mecanismo de controle sobre as mulheres na vida privada, reforçando o modelo de família baseado no binário sistema: provedor/dona de casa.

O movimento feminista da segunda onda, ao criticar o determinismo biológico, problematizou e questionou também a romantização da maternidade, buscando desnaturalizar as concepções que definem a maternidade como destino natural de todas as mulheres, sinônimo de felicidade e realização plena. A partir disso, pesquisadoras, como Badinter (1985), Stevens (2007) e Schiebinger (2001), visibilizaram a temática ao questionar e problematizar os discursos e práticas de gênero, bem como a naturalização da maternidade como constituinte da feminilidade da mulher. Entretanto, os reflexos da histórica romantização da maternidade ainda podem ser percebidos atualmente, pois, mesmo com a saída das mulheres para as esferas públicas da sociedade, elas continuam sendo majoritariamente

responsabilizadas pelos cuidados das(os) filhas(os), sob justificativas dos discursos sobre o amor materno e do instinto materno, que continuam sendo reproduzidos.

Neste sentido, como já mencionado anteriormente, a entrada das mulheres na ciência e no mercado de trabalho não extingue a problemática da divisão sexual do trabalho e, assim, não desobriga as mulheres das responsabilidades com o trabalho privado (SILVA; RIBEIRO, 2014). Nessa perspectiva, a romanização da maternidade é acentuada pelo discurso normativo de que “o corpo de quem pari tem sobre si a exclusiva responsabilidade do cuidar, revelando a sobrecarga doméstica vivenciada por muitas mulheres, dentro e fora do contexto acadêmico” (MUNIZ *et al.*, 2020, p. 106). Dessa forma, a conciliação da maternidade, que, por pelo menos um determinado período de tempo, exige dedicação física, mental e temporal exclusiva, com a carreira científica, formulada por demandas que também exigem dedicação de tempo integral, pode se constituir desafiadora, emblemática e exaustiva.

Os dados produzidos na pesquisa, evidenciaram que 88% das pesquisadoras já precisaram ou optaram, em algum momento, deixar de fazer algo em sua carreira profissional em função da maternidade. Ademais, 79% já precisaram ou optaram, em algum momento, deixar de fazer algo envolvendo algum aspecto da maternidade em função de sua carreira profissional. Esses dados demonstram que a dupla jornada de trabalho, imposta socialmente às mulheres, torna-se emblemática na medida em que, muitas vezes, é complexo conciliar a carreira profissional com a realidade familiar. Sentimentos como a culpa, frustração e angústias, são comuns para muitas mães cientistas, que se veem diante da impossibilidade de conciliar, da forma em que é imposto pela ciência e pela sociedade, as tarefas profissionais com a maternidade (MESTRE *et al.*, 2020). Nos excertos abaixo, percebemos o quão desafiador e difícil é a conciliação da maternidade e da carreira científica para as docentes participantes, principalmente quando é necessário escolher atender uma demanda em detrimento da outra:

Complicado, porque em todos os caso tem um sentimento de perda, de sentir que poderia ter potencialidade da para fazer mais e melhor mas não fiz, mas certamente deixar de fazer algo que envolva maternidade é mais dolorido porque trata-se de seres humanos que dependem e confiam em você (P17; 54 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Um misto de frustração por não estar atendendo as demandas da maternidade ou da carreira profissional como gostaria. (P04; 39 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Esses dois momentos foram difíceis de vivenciar, pois eu sentia estar deixando um dos lados para trás. Me sentia devedora, ou como mãe, ou como trabalhadora. (P26; 36 anos; Ciências da Saúde; 02 filhas/os)

Deixar de participar de missões técnicas por não ter com quem deixar as crianças, ou mesmo me endividar para poder carregá-los junto durante o doc sanduíche foram situações de grande tensão e desestímulo. Assim como deixar de participar de atividades escolares ou mesmo de lazer com as crianças para atender necessidades de trabalho também foram frustrantes. Sentimento de culpa e inabilidade, insuficiência para ambas as funções. (P64; 35 anos; Ciências Agrárias; 02 filhas/os)

Segundo Lima, Braga e Tavares (2015), os esforços das mulheres para conciliar a maternidade com a carreira podem acabar trazendo alguma perda, seja com relação à família ou com relação à profissão, que as deixam em uma situação de desvantagem na competição profissional com os homens. Dessa forma, a disponibilidade de tempo exigida pelos valores androcêntricos para fazer ciência representam, muitas vezes, na vida das mulheres cientistas e mães, a disponibilidade de tempo e atenção negados para estar com as(os) filhas(os), o que, socialmente, significa um comportamento “infel” e negligente à uma suposta própria natureza feminina, que deveria priorizar suas funções de mãe e esposa (SILVA, 2020). Além disso, a representação da mulher moderna imposta socialmente, além de estar vinculada à maternidade, também está associada à imagem de sucesso na carreira (FABBRO; HELOANI, 2010) ou seja, a mulher, para corresponder ao imaginário social, precisa ser bem-sucedida profissionalmente e, ademais, ser uma mãe presente, amorosa e responsável.

É importante destacar que o emblemático conflito entre a maternidade e a carreira científica não acomete os homens, que são desresponsabilizados por qualquer atribuição de cuidados familiares e domésticos. Nessa perspectiva, notamos como os sujeitos masculinos são beneficiados pelas desigualdades de gênero, em que “o trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação das(os) filhas(os) e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado” (BIROLI, 2018, p. 28). Além disso, a dicotomização e distanciamento entre os homens e mulheres na ciência,

promovidos pelo histórico afastamento das mulheres da produção do conhecimento, formulam-se como um processo que beneficia os homens a partir de diversos tipos de ganhos, como, por exemplo, a obtenção de um número maior de bolsas de estudos, maior ocupação masculina em cargos de chefia, maior prestígio e reconhecimento das contribuições masculinas na ciência, maiores ganhos salariais (OLINTO, 2011).

Segundo Muniz *et al.* (2020), a academia ainda não está preparada para os efeitos da maternidade no cotidiano das mulheres cientistas, carecendo de políticas institucionais que reconheçam a vivência da maternidade como parte da vida delas. As autoras destacam que, entre os obstáculos que a academia impõe às cientistas mães, é possível citar a falta de estrutura física para receber as crianças e a falta de sensibilidade das(os) demais colegas, que se incomodam e, até mesmo, não toleram a presença infantil nos espaços acadêmicos. Assim sendo, a forma como a ciência é constituída reproduz uma concepção “de pesquisa/pesquisadores assépticos, objetivos, neutros, que ‘estranham’ o espaço do corpo mulher/mãe/pesquisadora e sua cria – o leite materno, o choro infantil, as falas, o correr pelos espaços, as fraldas, o colo” (MUNIZ *et al.*, 2020, p. 105). Situações preconceituosas foram citadas por alguns participantes, conforme ilustrado abaixo:

No período em que a filha ainda estava sendo amamentada enfrentei preconceito e pressão para que a tirasse do peito, porque isso demandava tempo, que segundo o líder do grupo de pesquisa, atrapalhava meu desempenho. (P12; 48 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

Fui impedida de fazer um pós-doc pois estava grávida; e observo que pesquisadoras com filhos recebem outro olhar. (P63; 40 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o)

Com alguma frequência, existem situações que a minha capacidade para fazer determinadas atividades é diminuída tendo em vista uma suposta falta de tempo por ter filhos. (P32; 38 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Foi terrível, me senti excluída, sozinha, injustiçada. Foram diversas ocasiões, mas uma em especial, quando era professora temporária na instituição (2012), era gestante e meu contrato não foi renovado pois tive a bebê e estava em licença maternidade. No ano seguinte passei no concurso para a vaga efetiva, mas nunca esqueci do trauma que foi estar desempregada com a bebê recém nascida. (P59; 37 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

Diante desse cenário, é necessário que a academia compreenda e acolha as cientistas mães, a partir do reconhecimento de que: “ser mãe e cientista requer um

equilíbrio entre a vida profissional e a familiar que certamente não se coloca como tarefa fácil, principalmente quando as atividades científicas pressupõem produtividade e competitividade” (SILVA, 2020, p. 58). É importante haver o reconhecimento do trabalho invisível e não remunerado que as mulheres assumem no contexto do lar, que se refletem no cansaço físico e mental delas, afetando sua produtividade. Segundo pesquisas como as realizadas pelo *Parent in Science*, que investiga o impacto da maternidade na carreira acadêmica, demonstraram que a produtividade das mulheres mães cai significativamente, quando comparada com às mulheres que não têm filhas(os), principalmente nos primeiros anos após a gestação. Nesse sentido, Dyniewicz e Ribeiro (2020, p. 5) sublinham que:

O contato com a maternidade, invariavelmente, afeta a dinâmica do trabalho acadêmico. Menos tempo de dedicação à pesquisa, prioridades redefinidas de acordo com a necessidade da criança, entre outros, impactam e desaceleram – quando não pausam – a produção intelectual e publicações da docente. A maternidade aprofunda a desigualdade, já que agora o tempo que será despendido com a criança também afetará a relação de igualdade dessa mulher com as outras que não estão, neste momento, realizando essa tarefa

A temática maternidade e ciência vêm ganhando espaço nas agendas das universidades a partir da crescente visibilização e reivindicações pertinentes à equidade de gênero na ciência. Com isso, pesquisas, eventos e discussões em torno da temática sinalizam a necessidade de a academia reconhecer a maternidade como parte constituinte da vida de muitas mulheres cientistas, assim como as cientistas mães devem ser acolhidas e respeitadas no âmbito científico. Entretanto, 74% das participantes da pesquisa responderam que não receberam nenhum apoio institucional durante a gestação e/ou após o nascimento do bebê, sendo que o principal apoio recebido pelo maior número de participantes que responderam positivamente à pergunta foi com relação a flexibilização dos horários após retornarem da licença.

Quando questionadas sobre qual tipo de apoio institucional as docentes gostariam de ter recebido, grande parte delas responderam que a flexibilização dos

horários e das atividades acadêmicas, bem como o apoio emocional da instituição seriam importantes, conforme ilustrado abaixo:

Sim. Acredito que até a redução de horas trabalhadas de forma presencial ou a possibilidade de ter um espaço para as crianças na universidade facilitariam meu trabalho. Penso que uma creche dentro do campus é uma utopia, mas seria uma ótima solução. (P35; 37 anos; Ciências Agrárias; 01 filha/o)

Sim, gostaria de poder ter contado com um horário mais flexível para poder ficar mais próxima da minha filha. (P72; 59 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Sim. porque a universidade é o lugar de compreensão da diversidade, e deve fazê-lo na prática por meio de políticas de cuidado e incentivo. as mulheres sempre estão em desvantagem, e mais ainda a mulher que tem filhos. Essa realidade deve ser cuidada. (P70; 44 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 01 filha/o)

Ampliação do prazo da bolsa e defesa da dissertação e tese. Porque o período final da gestação, bem como os primeiros meses do bebê exigem dedicação exclusiva. (P79; 34 anos; Ciências Agrárias; 03 filhas/os)

A instituição deveria ao menos ter me chamado para uma conversa sobre o momento de dificuldade que eu estava passando, sobre minhas potencialidades. (P30; 46 anos; Ciências Exatas e da Terra; 01 filha/o)

É urgente a necessidade de haver uma reconfiguração do contexto científico para o reconhecimento das singularidades das mulheres, admitindo que a maternidade é realidade na vida de muitas cientistas e que ela modifica, pelo menos, por um determinado período, as prioridades e demandas das mulheres. A ciência, ao continuar estruturada nos valores masculinos de produzir o conhecimento, sem reconhecer que, inseridas em uma sociedade sexista, as mulheres já enfrentam uma série de limitações e sobrecargas, continua restringindo a participação das mulheres em determinadas áreas, impedindo seu progresso na carreira e, em algumas vezes, “expulsando” as mulheres da ciência (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2017). Assim sendo, percebemos, a partir dos dados produzidos na pesquisa, que mesmo com a participação cada vez mais crescente das mulheres na ciência, elas ainda não são reconhecidas em seu meio, a partir do não reconhecimento de suas individualidades e particularidades, como a experiência da maternidade.

Como mencionado anteriormente, vem crescendo nos últimos anos, as discussões sobre a maternidade e a ciência dentro das universidades brasileiras, principalmente por meio de grupos de trabalhos, núcleos de estudos e coletivos universitários. Formados por docentes, pesquisadoras(es) e discentes, eles têm como objetivo central buscar a fundamentação teórica sobre o tema por meio de pesquisas, “criando bases para o desenvolvimento do tema, incentivo e inserção nas pautas de discussão populares e através da democratização do conhecimento pensar a inserção das mulheres/mães nos espaços públicos e nas universidades” (SOARES *et al.*, 2020, p. 120). Além disso, eventos como o I e o II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência – (UFRGS), organizados pelo *Parent in Science*, o I Seminário Sobre Maternidade – (UFRJ) e o I Colóquio Maternidade e Universidade – (UFF), demonstram que vêm aumentando as iniciativas de discussão sobre a temática na academia.

Recentemente, a partir do movimento reivindicatório iniciado pelo *Parent in Science*, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes, que permite sinalizar que uma possível queda ou pausa na produtividade das cientistas mães é devido à experiência com a maternidade, no qual a mesma deve ser acolhida e respeitada pela academia. Ademais, buscando a implementação de políticas de apoio à equidade de gênero, desde 2010, o CNPq faz a prorrogação de quatro meses nas bolsas de mestrado e doutorado e, desde 2012, prorroga em até um ano as bolsas de pós-doutorado e de produtividade em pesquisa para mulheres que estiveram em licença maternidade ou licença adotante. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em seus editais de bolsa dos Projetos Cientista de Nosso Estado e Jovem Cientista do Nosso Estado e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande Do Sul (FAPERGS), no projeto Pesquisador Gaúcho, incluem, desde 2019, o acréscimo de um ano no tempo de análise dos currículos das mulheres que estiveram em licença maternidade.

Algumas universidades, como a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), em editais como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e

Inovação – PROBITI; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, incluem um acréscimo de um ano no tempo de análise dos currículos das mulheres que estiveram em licença maternidade. Esses eventos e editais são importantes na medida em que demonstram que a academia, nos últimos anos, começa a ficar atenta à importância e necessidade de ser promovida a equidade de gênero no meio acadêmico. Ainda é importante destacar que

[...] a permanência de mulheres na ciência, especialmente as mães, depende da construção de um ambiente acadêmico que seja acolhedor e capaz de oferecer condições igualitárias, considerando a trajetória e a situação pessoal de cada mulher. Para isso, é essencial que universidades e agências de fomento reconheçam o impacto da maternidade na produção científica e adotem medidas para mitigar esses impactos dentro de suas instituições (PARENT IN SCIENCE, 2021, p. 3)

Segundo Soares *et al.* (2020, p. 121), “a luta materna nas universidades se estende para todas as mães cientistas que compõem o cenário acadêmico, os coletivos de discentes mães universitárias se multiplicaram, agregando forças a essa nova forma de entender o ambiente acadêmico”. É pertinente ressaltar que as problemáticas de gênero na ciência são consequências de uma sociedade que, tradicionalmente, produz e reproduz, em seu interior, valores patriarcais e sexistas que fomentam as desigualdades de gênero, que se refletem na ciência, constituída por esses valores. Desse modo, os movimentos acadêmicos e políticas institucionais adotadas não extinguem as desigualdades de gênero na sociedade e na ciência, mas se constituem importantes e necessários, pois buscam, de alguma forma, transformar e reconfigurar o contexto científico, almejando a equidade de gênero no ingresso, permanência e ascensão na carreira científica.

## **Conclusão**

Nossa sociedade, que produz e reproduz em seu interior, discursos e práticas que fomentam as desigualdades de gênero, bem como a ciência, que sendo parte

construção humana, reproduz em seu interior os discursos e práticas vigentes no contexto social, diferenciam e delimitam os espaços das mulheres de acordo com as representações de gênero pertinentes na sociedade. Ademais, por meio da romantização da maternidade, é acentuada a divisão sexual do trabalho, que responsabiliza, de forma desigual, mulheres e homens pelos cuidados domésticos e de pessoas, sobrecarregando as mulheres que se veem diante da necessidade de conciliar as demandas do espaço privado com a carreira profissional. Assim, as desigualdades de gênero na sociedade e na ciência, em suas diversas esferas, juntamente com caráter androcêntrico do contexto científico, que formula a ciência em torno de valores masculinos de produção do conhecimento, dificultam e/ou restringem a participação feminina na esfera científica.

De acordo com a pesquisa realizada, admite-se que a experiência da maternidade impacta a carreira das mães cientistas, por meio da diminuição da produtividade e do tempo para os demais afazeres acadêmicos. Ademais, foi possível constatar que a conciliação da maternidade com a carreira científica pode se constituir de forma conflitante para as mulheres, podendo gerar sentimentos de insuficiência, culpa e solidão. Ainda, percebemos a necessidade de maior apoio e compreensão entre as(os)docentes, bem como a falta de infraestrutura adequada e políticas institucionais de suporte e apoio à maternidade, sinalizando que a academia não admite e abriga as crianças em seu espaço, sendo ressaltado pelas participantes da pesquisa, a necessidade e importância do apoio da universidade com relação à maternidade.

Ressaltamos que apesar dos últimos avanços em políticas institucionais de apoio à maternidade, a temática ainda é emergente em nosso contexto, precisando haver uma desestruturação das dicotomias e desigualdades tanto na ciência quanto na sociedade como um todo. Dessa forma, a emblemática situação em torno de ser mãe e cientista, é resultado das desigualdades de gênero na sociedade, que sobrecarrega as mulheres em jornadas duplas de trabalho e, conseqüentemente, das desigualdades de gênero na ciência, que, formulada na perspectiva androcêntrica, não reconhece e acolhe as particularidades das mulheres, como a experiência da maternidade.

## Referências

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1985.
- BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)>. Acesso em: 07 out. 2020.
- CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, jan./abr. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100007>>. Acesso em: 04 set. 2019.
- DYNIEWICZ, L.; RIBEIRO, R. R. Igualdade em Sandra Fredman: análise de caso do edital de iniciação científica da Universidade Federal Fluminense. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, Campinas, v.1, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/direitoshumanos/article/view/5149>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- FABBRO, M. R. C.; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. *Investigación y educación en enfermería*, Medellín, v. 28, n. 2, p. 176- 186, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3260528>>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO, A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 11-30, abr. 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000100011&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000100011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- LE MOS, A. H. C.; MELLO, G. R.; GUIMARÃES, M.F. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração y querem? *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 135-152, mar. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/6280/pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

LIMA, B. S.; BRAGA, M. L. S.; TAVARES, I. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *Revista Gênero*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 11-31, jun./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31222/18311>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, Jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833/29119>>. Acesso em: 23 set. 2019.

MESTRE, S. O.; LOVATO, I. M.; LOPES, A. G.; AZEREDO, E. P. B. Maternidade e produção acadêmica na quarentena: experiências e reflexões de mães sociólogas. In: SOUTO-MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDEDES, M. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 87-99.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNIZ, A. W. R.; DIAS, F. S.; BASTOS, K. O.; PORTO, R. M. Será mesmo sobre a pandemia? Caminhos possíveis para mães pesquisadoras. In: SOUTO-MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDEDES, M. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 36-47.

MUÑOZ, P. O. L.; SANCHES, C.; BASTOS, P. D.; VEDOVATO, M. M.; DELLANHESE, A. P. F. Os desafios do isolamento social para mães de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. In: SOUTO-MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDEDES, M. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 36-47.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OLIVEIRA, L. R.; MAGALHÃES, J. C. Esse é o show da luna: investigando gênero, ensino de ciências. *Domínios da imagem*, Londrina, v. 11, n. 20, p. 95-118, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/31880/0>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OLIVEIRA, M.; MAIO, E. R. “Você tentou fechar as pernas?” – a cultura machista impregnada nas práticas sociais. *Polêm!ca*, Rio de Janeiro, v. 16, n.3, p. 01-18, jul./set.

2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

PARENT in science. Editais que incluem a maternidade. Disponível em: <[https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\\_40bcdd9b34b04ece83507ce6b8866fd8.pdf](https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_40bcdd9b34b04ece83507ce6b8866fd8.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PEREIRA, A. C. F.; FAVARO, N. A. L. G. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. In: XIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente - SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 2017, Curitiba/PR. *Anais...* Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 5527-5542. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207\\_12709.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

PRADO, R. M.; FLEITH, D. S. Pesquisadoras brasileiras: conciliando talento, ciência e família. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 19-34, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229023851003.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. *Ciência e Educação*, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000200449&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000200449&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SILVA, F. F. .Por que é preciso falar da inserção e da participação das mulheres na ciência?. In: FRICK, Loriane Trombini; PONCIANO, P. C.; BARTELMÉBS, R. C. (Orgs.). *Narrativas sobre feminilidades*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 47-64. Disponível em: <<https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35201-narrativas-sobre-feminilidades>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOUZA, Â. M. F. L.; FAGUNDES, T. C. P. C. Acesso à educação e à produção de saberes – direitos da mulher. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 14, n. 1, p. 173-183,

jun. 2004. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=981&Itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=981&Itemid=284)>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SOARES, A. C. E. C.; CIDADE, C. A. S.; SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C. Apontamentos históricos do surgimento dos coletivos nacionais de mães nas universidades e o fortalecimento da luta materna na ciência brasileira dos dias atuais. In: SOUTO-MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDEDES, M. (Orgs.). *Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 115-127.

SOARES, C. B.; SILVA, F. F. Raça e Gênero no corpo docente da Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de gênero e diversidade*, Salvador, v. 5, n. 3, jul./set., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/22275>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

STASEVSKAS, K. O. *Ser mãe: narrativas de hoje*. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública.) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-16032005-141212/pt-br.php>>. Acesso em: 30 set. 2019.

STEVENS, C. Maternidade e feminismo: diálogos na Literatura Contemporânea. In: STEVES, C. (Org.). *Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007 p. 15-78.

### 4.3 Manuscrito 3- MATERNIDADE E CIÊNCIA EM TEMPOS PANDÊMICOS: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DE CIENTISTAS MÃES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA<sup>19</sup>

*MATERNITY AND SCIENCE IN PANDEMIC TIMES: EXPERIENCES AND REFLECTIONS OF MOTHER SCIENTISTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE PAMPA*

#### RESUMO

O contexto pandêmico, transformou a realidade social e as relações interpessoais, principalmente por meio das medidas de isolamento e distanciamento social, necessárias para a contenção do vírus. Com o trabalho remoto e a intensificação do convívio familiar, acentuaram-se as desigualdades de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres diante da desigual responsabilização pelos cuidados com a vida privada. O presente artigo, de natureza qualitativa exploratória, objetiva, a partir do uso de questionários, investigar e discutir de que forma a pandemia tem afetado a carreira das cientistas mães, docentes da Universidade Federal do Pampa. Percebemos, por meio da pesquisa, que a pandemia impactou de alguma forma a carreira das participantes, a partir da falta de tempo para o cumprimento das atividades profissionais, domésticas e de cuidado com as(os) filhas(os), intensificando, assim, a sobrecarga de trabalho e os impactos na saúde mental de algumas das participantes do estudo.

**Palavras-chaves:** Pandemia. Ciência. Maternidade.

#### ABSTRACT

*The pandemic context has transformed the social reality and interpersonal relationships, mainly through the measures of isolation and social distancing, necessary for the containment of the virus. With the remote work and the intensification of family life, the gender inequalities related to the sexual division of labor have been accentuated, which overloads women due to the unequal responsibility for the care of private life. The present article, of an exploratory qualitative nature, aims, through the use of questionnaires, to investigate and discuss how the pandemic has affected the careers of scientist mothers, professors at the Federal University of the Pampa. We noticed, through the research, that the pandemic has impacted in some way the careers of the participants, starting with the lack of time for the fulfillment of professional activities, domestic and childcare, thus intensifying the work overload and the impacts on the mental health of some of the participants of the study.*

**Keywords:** *Pandemic. Science. Maternity*

#### RESUMEN

*El contexto pandémico ha transformado la realidad social y las relaciones interpersonales, principalmente a través de las medidas de aislamiento y distanciamiento social, necesarias para la contención del virus. Con el trabajo a distancia y la intensificación de la vida familiar se han acentuado las desigualdades de género relacionadas con la división sexual del trabajo, lo que sobrecarga a las mujeres por la desigual responsabilidad en el cuidado de la vida privada. El presente artículo, de carácter exploratorio cualitativo, tiene como objetivo,*

---

<sup>19</sup> Manuscrito formatado conforme as normas da Revista Vidya

*mediante el uso de cuestionarios, investigar y discutir cómo la pandemia ha afectado la carrera de madres científicas, profesoras de la Universidad Federal de la Pampa. Notamos, a través de la investigación, que la pandemia ha impactado de alguna manera la carrera de los participantes, comenzando por la falta de tiempo para el cumplimiento de las actividades profesionales, domésticas y de cuidado infantil, intensificando así la sobrecarga laboral y los impactos en la salud mental. de algunos de los participantes del estudio. Escrito en itálico, em língua espanhola, seguindo o mesmo espaçamento e limitações do resumo. Sugere-se não realizar traduções automáticas.*

**Palabras-clave:** *Pandemia. Ciencias. Maternidad*

## **PALAVRAS INTRODUTÓRIAS**

As consequências da infecção ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, agente causador da COVID-19, que deu seus primeiros sinais no final do ano de 2019 e alastrou-se pelo mundo inteiro no ano de 2020, vêm marcando a história mundial pelos desafios e transformações que ocasionou. A Organização Mundial da Saúde declarou, em março de 2020, a doença como pandemia, sendo que, diante desse contexto, percebemos, por exemplo, o agravamento de problemas como a pobreza e as falhas nos sistemas da saúde, bem como a acentuação das desigualdades sociais e o sucateamento da ciência em diversos países, marcada pela falta de investimentos (WOLFF *et al.*, 2020). Sem um tratamento efetivo e vacinação disponível em massa para a população, medidas como o isolamento social, o uso de máscaras e a importância da higienização das mãos e objetos, foram necessárias como forma de conter o vírus, modificando drasticamente a dinâmica social e as relações dos sujeitos em seu interior (MALTA, 2020).

Com o isolamento social sendo uma das medidas necessárias para conter a propagação do vírus, o trabalho e o ensino remoto, em todas as modalidades, apresentaram-se como alternativas em meio a realidade pandêmica para que as atividades cotidianas seguissem seu fluxo “normal” na medida do possível. Como resultado desse cenário, destacamos, por exemplo, o aprofundamento das desigualdades de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho, pois, as atividades, que antes eram realizadas fora do ambiente doméstico, passaram a ser obrigatoriamente realizadas dentro de casa, gerando uma sobrecarga principalmente às mulheres. Entretanto, conforme destaca Oliveira (2020), a pandemia não foi o elemento fundador da problemática em questão, na qual ela apenas acentua e escancara os desafios impostos a muitas mulheres mães, que são sobrecarregadas em duplas ou triplas jornadas de trabalho.

As concepções sociais sobre a divisão sexual do trabalho, construídas histórica e culturalmente, por muito tempo, delimitaram os espaços das mulheres, impondo-lhes restrições tanto com relação à educação, que até o século XX era voltada para os cuidados do lar e das(os)<sup>20</sup> filhas(os), quanto no mercado de trabalho. Na ciência, aliados aos discursos e práticas sociais relacionados à divisão sexual do trabalho, o sexismo e o androcêntrico científico também trouxeram consequências significativas às mulheres ao longo da história, sendo que ainda atualmente, elas encontram dificuldades em se estabelecer no espaço científico de forma equiparada (BARROS; SILVA, 2019). Assim, com a ciência formulada e organizada historicamente a partir de preceitos e valores masculinos de carreira, ela desconsidera as especificidades das mulheres, como, por

---

<sup>20</sup> A flexão de gênero neste texto segue uma perspectiva epistemológica crítica feminista com a finalidade de conferir visibilidade às mulheres nas produções científicas.

exemplo, a vivência da maternidade, que, por pelo menos um determinado período de tempo, exige dedicação física, mental e temporal exclusiva.

Com a pandemia e a necessidade do isolamento social, grande parte das atividades científicas, como orientações, escrita de artigos, preparo e ministração de aulas, passaram a ser realizadas de forma remota, misturando-se com as atividades domésticas. Assim, a realidade do trabalho remoto, embora seja uma novidade e um desafio para todas(os), causa um desgaste maior às pesquisadoras mães, na perspectiva de que as mulheres, em sua grande maioria, ainda assumem a responsabilidade e a maior parte das tarefas domésticas e de cuidado (WOLFF *et al.*, 2020). Vale reforçar que a desigual responsabilização pelo trabalho na vida privada, embora acentuada na pandemia, é uma problemática histórica, em que muitas mulheres “cumpram mais de uma jornada, que se estende do trabalho formal às atividades domésticas, com cuidados de casa e filhas(os). Desse modo, a mulher acaba por acumular funções desempenhadas na esfera pública e privada.” (DYNIEWICZ; RIBEIRO, 2020, p. 5)

Pesquisas como a desenvolvida pelo projeto *Parent in Science*<sup>21</sup>, que problematiza a sobrecarga feminina na conciliação da maternidade com a carreira científica já vinham demonstrando que a maternidade impacta a produção das cientistas mães. Além disso, podemos perceber que, nos últimos anos, a temática maternidade e carreira científica está cada vez mais presente nas agendas das universidades, a partir de eventos, grupos de trabalhos, pesquisas, que sinalizam e debatem sobre a relação maternidade e carreira científica. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo investigar e discutir de que forma a pandemia tem afetado a carreira das cientistas mães docentes da Universidade Federal do Pampa<sup>22</sup> (Unipampa), refletindo sobre algumas inquietações e problemáticas relacionadas à tríade mulher-mãe-cientista, como divisão sexual do trabalho, a maternidade e o androcentrismo científico, que resultam na sobrecarga física e mental das mulheres.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente artigo refere-se a uma pesquisa de natureza qualitativa exploratória (GIL, 2002), ancorada nos Estudos Culturais e Estudos de Gênero, na perspectiva pós-estruturalista<sup>23</sup>. Segundo Bujes (2007), a pesquisa nasce na inquietação, constitui-se a partir de uma questão pela qual, muitas vezes, já temos as respostas, mas estas não nos satisfazem mais, ocasionando desconfortos, preocupações e reflexões na nossa trajetória. Dessa forma, pesquisar sobre maternidade e ciência surge de um desconforto sobre as conjunturas de desigualdade de gênero, presente tanto na sociedade quanto na ciência. Ademais, no atual contexto pandêmico, torna-se necessário munir-se de novas estratégias de pesquisa, que correspondam, dentro das limitações e possibilidades, investigar a

<sup>21</sup> Outras informações estão disponíveis em: <https://www.parentinscience.com/>

<sup>22</sup> Tem sua estrutura descentralizada e *multicampi*, nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, somando um total de 10 *campi*. Atualmente, a universidade conta com 69 cursos de graduação (4 em extinção), 4 doutorado, 10 mestrados acadêmicos, 8 mestrados profissionais e 35 especializações, e um total de 923 docentes distribuídos nos 10 campi da universidade, sendo destes, 440 mulheres. Informações retiradas do site da universidade (<https://unipampa.edu.br/portal/#>).

<sup>23</sup> Os estudos culturais, que investigam as relações entre cultura e sociedade, ancorados na perspectiva pós-estruturalista, buscam questionar, problematizar e criticar discursos, conceitos, práticas e relações sociais e culturais, antes reconhecidas como únicas e irrefutáveis verdades, fazendo sua ressignificação (LOURO, 2000).

problemática de forma pertinente. Nessa perspectiva, a presente pesquisa, que teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Unipampa, foi realizada com a utilização de questionário on-line como estratégia de produção de dados.

Segundo Gil (2002), o uso de ferramentas, como os questionários em pesquisas exploratórias, possibilita estudar características de um grupo (gênero, idade, nível de escolaridade etc.), bem como levantar informações, crenças e opiniões dele. Assim, objetivamos, por meio do questionário, traçar um perfil inicial das docentes da Universidade Federal do Pampa, bem como investigar de que forma a pandemia impactou a carreira das cientistas mães docentes, analisando como essas pesquisadoras conciliam o ensino remoto e as demais demandas da carreira científica com a maternidade. É importante salientar que a presente pesquisa teve aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da Universidade Federal do Pampa, sob o número CAAE: 32895720.0.0000.5323.

As perguntas que fizeram parte do questionário e que terão seus dados discutidos no presente artigo, primeiramente, objetivaram traçar um perfil das docentes da Unipampa, abrangendo questões como a cor ou raça (segundo o IBGE); a idade; o nível de formação (especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado); se atuam na pós-graduação; se são bolsistas produtividade e líderes de pesquisa, bem como a área de atuação de cada uma. Além disso, o questionário abrangeu questões ligadas à ciência, à carreira científica e à maternidade, tendo uma seção exclusiva pertinente à conciliação da carreira científica e a maternidade em contexto pandêmico.

O questionário utilizado na pesquisa foi formulado utilizando a ferramenta *Google Forms* e, posteriormente, enviado na forma de link para o e-mail institucional de cada docente, que estão disponíveis no site da Unipampa. No corpo do e-mail, foi enviada uma breve apresentação sobre a pesquisa, bem como seu objetivo e o link de acesso ao questionário. É importante destacar que, antes de cada docente ter acesso às perguntas do questionário, elas tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no formato digital, no qual constava, após a descrição de todas as informações e esclarecimentos pertinentes à pesquisa, a opção de a participante convidada aceitar ou recusar participar do estudo. Assim, o questionário foi enviado para 440 docentes, que representa o número total de docentes mulheres nos 10 *campi* da Unipampa, ficando aberto por um período de 30 dias, obtendo 89 retornos de docentes.

Conforme as interlocutoras foram respondendo e finalizando o envio dos questionários, os dados foram sendo recebidos e armazenados no *Google Forms*, que posteriormente, após o período de coleta, foi possível gerar uma planilha com dados de cada interlocutora, juntamente com um número de identificação para cada questionário. Dessa forma, no presente artigo, as respostas das participantes serão identificadas pela letra P (participante), seguido do número de identificação do questionário da participante, juntamente com a idade, a área de atuação e o número de filhas(os). Assim sendo, a descrição nos fragmentos textuais assumiu o seguinte formato de identificação conforme o exemplo a seguir: (P2; 50 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o).

## **MULHERES CIENTISTAS: (DES)CAMINHOS PERCORRIDOS EM UMA CIÊNCIA ANDROCÊNTRICA**

Durante boa parte da história, em consequência da divisão dos espaços públicos e privados como pertencentes aos homens e mulheres, respectivamente, as mulheres foram impedidas de frequentar os espaços educacionais, bem como trabalhar fora do ambiente doméstico, recebendo uma educação restrita aos cuidados da casa, das(os) filhas(os) e do marido (BIROLI, 2018). Entretanto, embora esse cenário de restrições aos espaços de

ensino tenha se feito presente para grande parte das mulheres ao longo da história, é importante destacar que muitas mulheres fizeram parte da construção do conhecimento científico, mesmo que, muitas vezes, de forma restritiva e anônima (SILVA, 2012). Essa presença formulava-se por meio de leituras e pesquisas feitas às escondidas, juntamente com seus pais, irmãos e maridos cientistas, bem como, com saberes e práticas que não eram consideradas científicas, como, por exemplo, o trabalho como parteiras, bem como o conhecimento sobre plantas e agricultura (SCHIEBINGER, 2001).

As consequências relacionadas às restrições impostas historicamente às mulheres na participação da produção do conhecimento, ainda podem ser percebidas atualmente. Conforme argumenta Olinto (2011, p. 69), ainda é reproduzida uma série de discursos que produzem valores e crenças que “formam estereótipos sobre as habilidades diferenciadas entre homens e mulheres e influenciam as escolhas que as mulheres fazem cedo em sua existência, estabelecendo barreiras que limitam suas chances de vida”. As representações de gênero, produzidas e reproduzidas por meio de discursos, impõe, no imaginário social, um ideal pertinente ao o que é ser mulher, mãe e como vivenciar a maternidade, acarretando nas mulheres, sentimentos de precisar dar conta de tudo, sendo uma mãe e esposa amorosa, cuidadosa e atenciosa, bem como uma profissional competente, prestativa e bem sucedida.

Segundo Meyer (2005), na década de 1960, o movimento feminista passou a criticar os discursos e práticas sociais que reproduziam as representações de gênero, e com isso, delimitavam os espaços das mulheres na participação do conhecimento, além de problematizar questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, à romantização da maternidade e ao androcentrismo científico. Com a crítica feminista à ciência, iniciada a partir da segunda onda do movimento, o androcentrismo científico e o determinismo biológico, que deslegitimavam as mulheres da ciência, passaram a ser problematizados, buscando desconstruir a visão de que apenas os homens produzem o conhecimento e que o espaço de atuação da mulher restringe-se à esfera doméstica. Assim, é relevante salientar que o feminismo teve peso importante em diversas conquistas relacionadas aos direitos das mulheres, especialmente com relação à participação mais ativa delas na ciência.

Dessa forma, as mulheres construíram e continuam construindo, por meio resistências e lutas, movimentos de mudança com relação à quebra de barreiras impostas sobre elas historicamente, o que reflete na presença cada vez maior de mulheres no ensino superior e na ciência (BARROS; MOURÃO, 2020). Segundo dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2018a), as mulheres representam 57,2% nos cursos de graduação do país, sendo a maioria também nos cursos de pós-graduação, com um número aproximadamente 19% maior que os homens. Entretanto, estão em número menor que os homens na docência de nível superior, representando 45% do corpo docente, realidade totalmente diferente quando comparada com as(os) docentes da educação básica, na qual as mulheres representam 80% das(os) professoras(es), segundo o último censo escolar de 2017 (BRASIL, 2018a).

Com relação ao perfil das docentes participantes da pesquisa, 94% se autodeclararam brancas; 5%, pardas e 1%, pretas. Para essa discussão, torna-se importante destacar os microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2017b), que demonstram que apenas 16% do total de professoras(es) do ensino superior se autodeclararam negras(os) e os dados de Soares e Silva (2019), que identificaram em sua pesquisa sobre raça e gênero na Unipampa, que apenas 5,4% do total de docentes mulheres são professoras negras e 4,6% do total de docentes homens são professores negros. Esses dados levam-nos a refletir sobre a desigualdade racial presente no quadro docente do ensino superior, sendo que,

interseccionando raça e gênero, fica evidente a baixa representatividade de mulheres negras na docência do ensino superior em geral e de modo especial na Unipampa, universo de pesquisa deste estudo. Essa realidade desigual, é reflexo do racismo estrutural<sup>24</sup> presente na sociedade brasileira, bem como da resistência da ciência em romper com as desigualdades provenientes desse racismo (SOARES; SILVA, 2019).

Nessa perspectiva, podemos dizer que o cenário desigual existente no contexto social, reflete-se também no contexto educacional e científico. Assim sendo, a participação das mulheres na ciência tem aumentado nos últimos anos, entretanto, esse aumento claramente tem cor e acontece majoritariamente em nível de graduação, diminuindo na medida em que se avança na carreira (BENEDITO, 2019), pois, mesmo sendo a maioria nos cursos de pós-graduação, são os homens que estão em maior número na docência do ensino superior. Além disso, as mulheres vêm ocupando cada vez mais espaço nas universidades, entretanto, estão em menor número nos cargos de maior prestígio e poder, sendo esse fenômeno conhecido como “efeito tesoura”, que é, segundo Benedito (2019, p. 8), o “termo utilizado para mostrar como as mulheres vão sendo expulsas da ciência ao longo de suas carreiras, impedindo que elas ocupem posições de liderança”.

Assim compreendido, o efeito tesoura faz menção à diminuição do número de mulheres na medida em que a carreira científica avança, ocorrendo devido às dificuldades que se apresentam para elas ao longo do percurso de ascensão aos níveis mais elevados da profissão. Fazendo referência às barreiras que dificultam ou impedem a ascensão das mulheres em níveis mais altos da carreira, é utilizado o termo “teto de vidro”, que faz a “analogia a algo sutil que facilmente pode se tornar invisível, mas cuja presença é capaz de produzir efeitos de modo a dificultar ou impedir que as mulheres alcancem cargos de maior prestígio nas organizações e na ciência” (BARROS; SILVA, 2019, p. 71). A partir desse conceito, ressaltamos que, mesmo com as mulheres ocupando os espaços científicos de forma mais equitativa quantitativamente, os cargos de maior ascensão vão estar ocupados majoritariamente por homens (SILVA; RIBEIRO, 2014).

No que diz respeito a idade, a maior parte das entrevistadas tem idade entre 35 e 45 anos (53%), seguido de 25 e 35 anos (22%), 45 e 55 anos (17%) e 55 anos ou mais (8%). Com relação a carreira dessas mulheres, 10,6% das participantes possuem mestrado, 76,5% possuem doutorado e 12,9% possuem pós-doutorado, sendo que 46,5% atuam na pós-graduação e 53,5% não atuam. Sobre a atuação das mulheres a pós-graduação no Brasil, segundo dados oficiais da Capes (2017), as mulheres ainda estão em número menor do total de docentes (42%). Ainda, com relação a carreira das participantes, 63,5% não são líderes de grupos de pesquisas, e apenas 3,5% das participantes possuem bolsa de produtividade, contra uma esmagadora porcentagem 96,5% que não possui. Segundo dados do CNPq, 20 professoras(es) da Unipampa são bolsistas produtividade, desse total 13 são homens e 07 são mulheres<sup>25</sup>, dados estes que podem estar relacionados com o fato da Unipampa ser uma universidade ainda relativamente nova.

Contudo, de acordo com os dados de Barros e Mourão (2020) sobre a distribuição e a produção científica de docentes brasileiras(os) com *atuação* stricto sensu, os homens predominam em números quantitativos como bolsistas produtividade, chegando em porcentagem total de 63%, contra o número de 37% das mulheres bolsistas. Ainda, a

---

<sup>24</sup> Entendemos o conceito segundo Almeida (2019, p. 51), ao dizer que o racismo atua “como processo histórico e político, cria as condições sociais para que direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”.

<sup>25</sup> Informações retiradas do site do CNPq (<https://painel-lattes.cnpq.br/#/pages/dashboard>).

partir do estudo, as autoras constataram que, além dos homens predominarem quantitativamente como bolsistas em todos os níveis, essa diferença acentua-se conforme aumenta o nível de bolsa, em que apenas 23% das mulheres estão no nível mais alto da bolsa (bolsista PQ 1A). Sobre isso, Barros e Silva (2019, p. 73) argumentam que “a ascensão do percentual de mulheres que se titulam em cursos de doutorado não tem sido suficiente para promover uma maior igualdade de gênero na carreira científica”, o que é perceptível a partir do baixo número de mulheres atuantes na pós-graduação como docentes, líderes de grupos de pesquisas e bolsistas produtividade.

Buscando explicações para essa disparidade no número de mulheres bolsistas produtividade, Barros e Silva (2019) destacam que uma das possibilidades para tal resultado configura-se na histórica exclusão das mulheres na produção científica, ou ainda na idade que a pessoa torna-se pesquisadora(or) e que obtém sua primeira bolsa de produtividade, na perspectiva de que quanto mais jovem a entrada na carreira científica, mais rápida seria a chegada ao topo da carreira. De acordo com Prado e Fleith (2012), a fase dos 25 aos 35 anos é, em média, o período em que grande parte das(os) cientistas iniciam e estabelecem-se na carreira científica, principalmente por meio de alta produtividade, sendo conflitante com o tempo ideal, do ponto de vista do discurso biológico, para as mulheres experienciarem a maternidade. Assim, Barros e Silva (2019, p. 78) argumentam que:

[...] as mulheres gastam mais tempo com assuntos relacionados à maternidade antes de investirem na carreira [...]. A análise conjunta deste resultado com a evidência de que as mulheres se titulam doutoras com maior média de idade, bem como ingressam no sistema de bolsa produtividade do CNPq também com média de idade maior que seus colegas, nos permite inferir sobre a persistência da influência do gênero no meio científico, afinal, as bolsistas produtividade parecem adiar, não só sua formação, mas também diminuir o ritmo de produção durante o período reprodutivo.

Na medida em que proliferam as discussões e investigações relacionadas às presenças e ausências das mulheres na ciência, também percebemos o aumento de investigações que buscam explicar porque fenômenos como o efeito tesoura e o teto de vidro ocorrem nas carreiras das mulheres. A problemática da divisão sexual do trabalho é destaque nesses estudos, em que a responsabilização desigual dos afazeres domésticos e/ou dos cuidados com filhas(os), pessoas doentes e idosos, impacta de forma negativa a carreira das mulheres (BARROS; SILVA, 2019; PRADO; FLEITH, 2012; BARROS; MOURÃO, 2020). Além disso, a ciência sendo formulada por meio de um modelo masculino de produzir o conhecimento, bem como o assédio sexual e moral, o machismo e os discursos de maternidade e as representações de gênero, que delimitam normativas nas quais as mulheres precisam corresponder sobre o que é ser uma boa mãe, esposa e cientista, sobrecarregam as mulheres na medida em que as coloca diante de duplas ou triplas jornadas de trabalho (SCHIEBINGER, 2001).

Buscando discutir as discrepâncias de gênero na carreira científica, as pesquisadoras Prado e Fleith (2012) apontaram, a partir de uma investigação sobre a distribuição de bolsas de pesquisa e revisão de literatura, algumas práticas sociais que naturalizam as desigualdades de gênero na ciência. Dentre essas práticas, as autoras destacam o conflito entre carreira e família, no qual as mulheres vivenciam a dificuldade em conciliar os múltiplos papéis atribuídos a elas, especialmente as demandas da carreira com as responsabilidades familiares. Ainda as autoras indicaram as representações de gênero na ciência, que descaracterizam as mulheres no contexto científico, bem como a ciência formulada em torno de valores androcêntricos, no qual o machismo e o assédio

são normalizados, impactando tanto no desempenho quanto na qualidade do trabalho das mulheres, sendo práticas que acentuam e naturalizam as desigualdades de gênero na ciência.

De acordo com Schiebinger (2001), o acesso à ciência por muito tempo foi limitado apenas aos homens e, assim, restrito às mulheres, segundo preceitos de que elas tinham determinadas características e valores naturais que não condiziam com as condições necessárias para a construção do conhecimento científico. Em contrapartida, os discursos de que os homens possuíam capacidades racionais, objetivas e cognitivas mais desenvolvidas que as mulheres reforçavam que a ciência era espaço naturalmente masculino. Como consequência desses discursos, além de um longo período de restrições, invisibilizações e exclusões das contribuições das mulheres na produção do conhecimento, também houve, e ainda persiste na contemporaneidade, a diferenciação de áreas que seriam “naturalmente” femininas e masculinas (SILVA; RIBEIRO, 2014).

As consequências desses pressupostos ainda podem ser observadas e sentidas na contemporaneidade, mesmo após diversos questionamentos e movimentos de resistência realizados ao longo da história por mulheres que buscavam e ainda buscam uma ciência mais igualitária. O movimento político realizado pelas feministas na chamada segunda onda do feminismo, que buscou denunciar e modificar as condições de desigualdades das mulheres, enfatizando que as distinções baseadas no sexo tinham caráter fundamentalmente social (SCOTT, 1995), foi crucial para as mudanças das mulheres no ambiente científico. Essas reivindicações abriram margem à crítica feminista à ciência, objetivando elucidar como a ciência não é nem nunca foi neutra com relação ao gênero e raça (SCHIEBINGER, 2001).

Segundo Soares e Silva (2019), é possível observar uma certa polarização no quadro docente geral da Unipampa com relação à participação de homens e mulheres em determinadas áreas. Assim, as maiores taxas de participação dos homens estão presentes nas áreas ditas masculinas, como Engenharias, seguida das Ciências Exatas, Ciências Jurídicas e Econômicas, enquanto as maiores taxas de participação das mulheres estão nas áreas ditas femininas, como a Ciências Humanas, as Sociais e Aplicadas e as da Saúde. Com relação à área de atuação das participantes da pesquisa, o maior número de docentes faz parte da área de Ciências Biológicas (26,7%), seguido de Ciências Sociais Aplicadas (17,4%), Ciências da Saúde (15,1%), Ciências Humanas (14%), Ciências Exatas e da Terra (14%), Ciências Agrárias (11,6%) e, por fim, o em menor número, Engenharias (7%).

Com esses dados, podemos dizer que apesar dos avanços relacionados à maior participação das mulheres na ciência em nível de graduação e pós-graduação, elas ainda estão sub-representadas em áreas tradicionalmente ditas como sendo masculinas, como as engenharias e ciências exatas (BENEDITO, 2019; BARROS; MOURÃO, 2020). Com relação a essa sub-representação, Grossi *et al.* (2016, p. 18) assinalam que:

O afastamento das meninas nas carreiras científicas ditas como duras pode estar associado à edificação social do gênero. O que os homens devem ser e saber fazer socialmente foi construído historicamente e socialmente de forma dicotômica. Às mulheres, na mesma medida, foram associadas características como delicadeza, zelo, afetividade [...]. Tratam-se, pois, de características historicamente dadas como opostas às masculinas, marcadas pelo senso de disputa, racionalidade, objetividade e força. Enfim, características essas que excluem e estigmatizam a mulher no cenário científico.

Aprendemos o processo de diferenciação de capacidades, características e valores de homens e mulheres a partir da socialização cultural, por meio de discursos e práticas

que impõem valores, crenças e expectativas de acordo com o gênero dos sujeitos, delimitando espaços e produzindo condições de vida para homens e mulheres (OLINTO, 2011). Essa realidade reflete-se no contexto científico, que, por muito tempo, restringiu a participação das mulheres, sob a justificativa de que estas pertenciam à esfera privada da sociedade, no exercício da maternidade e dos cuidados domésticos. A conscientização que essas representações de gênero são socialmente construídas é um dos mecanismos em direção à eliminação das barreiras enfrentadas pelas mulheres na ciência, que não é neutra com relação às desigualdades de gênero. Torna-se importante, assim, considerar e problematizar que

[...] os valores e as características socialmente atribuídos às mulheres são desvalorizados na produção do conhecimento e que desigualdades de gênero perpassam o campo científico, por exemplo, no que se refere à sub-representação feminina em determinadas áreas da ciência, a ocupação de cargos de direção e o recebimento de bolsas PQ do CNPq, entre outros aspectos (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 464)

Ainda destacamos a necessidade e importância de serem divulgadas e visibilizadas as contribuições das mulheres em diferentes áreas da ciência, especialmente nas áreas das carreiras científicas ditas como duras, como tecnologia, engenharias e matemática. Programas como “Elas nas exatas”<sup>26</sup>, “Meninas nas Ciências”<sup>27</sup> e o projeto “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”<sup>28</sup> são de significativa importância e diferencial na desconstrução dos entendimentos sociais pertinentes ao não pertencimento das mulheres nas ciências, principalmente em áreas como as exatas, precisando ainda de maiores incentivos e iniciativas de apoio, visando aproximar as “meninas” das ciências. Além disso, as discussões e problematizações pertinentes à participação das mulheres na ciência devem abranger tanto a falta de representatividade delas em determinadas áreas científicas, quanto também as problemáticas de ascensão na carreira, as barreiras impostas pela discriminação de gênero e a divisão sexual do trabalho, que impõem, de forma desigual, a necessidade das mulheres conciliarem a carreira com as responsabilidades familiares (SILVA; RIBEIRO, 2014).

## **RELAÇÃO ENTRE PANDEMIA, MATERNIDADE E CIÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS DOCENTES**

Conforme já anunciamos neste texto a pandemia, ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2, que transformou a sociedade e as relações entre os sujeitos, aprofundou também problemáticas referentes às desigualdades de gênero tanto na conjuntura científica, quanto na conjuntura social. A sobrecarga de trabalho imposta às mulheres foi acentuada no isolamento social, pois, confinadas no ambiente doméstico, elas viram-se diante da necessidade de conciliar, em grande parte das vezes, sozinhas, o trabalho remoto com as demandas da maternidade e as demais atividades domésticas (OLIVEIRA, 2020). Essa nova realidade possibilita o aprofundamento de discussões e reflexões sobre problemáticas históricas, como a divisão sexual do trabalho e o androcentrismo científico, ambas questões que podem constituir-se como barreiras nas carreiras das mulheres, na

<sup>26</sup> Para saber mais sobre o Programa “Elas nas exatas”, acesse o site:

<http://www.fundosocialelas.org/elasnasexatas/elas-nas-exatas>

<sup>27</sup> Para mais informações sobre o Programa “Meninas nas Ciências”, acesse o site:

<https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>

<sup>28</sup> Para saber mais sobre o projeto “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação” acesse o edital: [http://www.fap.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Chamada\\_31\\_2018.pdf](http://www.fap.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Chamada_31_2018.pdf).

perspectiva que a entrada das mulheres na ciência e no mercado de trabalho não as desobriga das responsabilidades com o trabalho privado (SILVA, 2012).

Segundo dados do IBGE (2021), disponibilizados na 2ª edição do relatório

Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil, as mulheres dedicaram-se praticamente em proporção dobrada mais que os homens a trabalhos não remunerados (21,4 horas semanais contra 11,0 horas), sendo possível observar que as mulheres pretas ou pardas estavam ainda mais envolvidas nesses afazeres que as mulheres brancas. Ainda segundo os dados do mesmo relatório, o maior envolvimento das mulheres no trabalho não remunerado (cuidados de pessoas e afazeres domésticos) contribui para explicar a menor participação no mercado de trabalho, na perspectiva de que, em 2019, a taxa de participação<sup>29</sup> das mulheres foi de 54,5%, enquanto entre os homens essa medida chegou a 73,7%, somando uma diferença de 19,2 pontos percentuais.

Dessa forma, conforme consta no próprio relatório, observamos que o maior envolvimento das mulheres em atividades de cuidados e/ou afazeres domésticos com relação aos homens, “tende a impactar na forma de inserção delas no mercado de trabalho, que é marcada pela necessidade de conciliação da dupla jornada entre trabalho remunerado e não-remunerado” (IBGE, 2021, p. 4). Além de todos esses fatores, as mulheres que se encontram no mercado de trabalho receberam, em média, 77,7% do montante auferido pelos homens, sendo que essa desigualdade atinge proporções maiores nas funções e nos cargos que asseguram os maiores ganhos. A partir desses dados, corroboramos com Muñoz *et al.* (2020, p. 38-39) quando destacam que

[...] embora mudanças significativas e avanços tenham ocorrido nos últimos anos, no que tange a inserção das mulheres no mercado de trabalho e de conquista de espaço na esfera pública, as mulheres ainda continuam a assumir a função social de principal responsável pelo cuidado da prole, dos idosos, dos doentes e das crianças com necessidades de cuidados especiais. Esse fato lança as mulheres à uma sobrecarga de trabalho, ou seja, conquistaram o mercado de trabalho formal e continuaram a executar o trabalho silencioso e invisível que é o trabalho doméstico, acumulando assim dupla ou tripla jornada de trabalho

No cenário pandêmico, as discussões relacionadas à importância da ciência aprofundaram-se. Desse modo, os olhos do mundo inteiro acompanharam os processos científicos em busca de respostas para a prevenção e o tratamento da Covid-19. Esse cenário de destaque dado à ciência abre margem para discussões e reflexões importantes, como o androcentrismo científico e as desigualdades de gênero, temas que já vêm sendo “denunciados” e discutidos na academia desde o século XX, por meio da crítica feminista à ciência (SILVA, 2008), mas que ainda são pertinentes no contexto contemporâneo. Falar sobre ciência e o androcentrismo científico significa falar sobre os pressupostos que alicerçaram o conhecimento científico ao longo da história, que, como consequência, excluíram e invisibilizaram as mulheres de seu contexto.

A deslegitimação das mulheres na ciência teve, historicamente, seu alicerce na estrutura patriarcal e sexista da sociedade, que diferenciava as habilidades, capacidades e responsabilidades de homens e mulheres segundo o chamado “determinismo biológico” (LOURO, 2000). Dessa forma, os papéis sociais e familiares de homens e mulheres foram formulados a partir das suas características sexuais (BIROLI, 2018), reconhecendo características como “mente, razão e objetividade como ‘masculinas’, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como ‘femininos’” (KELLER, 2006, p. 15). Havendo

<sup>29</sup> “A Taxa de participação [...] tem como objetivo medir a parcela da população em idade de trabalhar (PIT) [...] ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar” (IBGE, 2021, p. 2).

diferenças nas supostas obrigações sociais e familiares de cada sujeito, há também uma diferenciação no tratamento educacional deles. Assim, historicamente, as mulheres foram ensinadas a dedicarem-se à administração do lar, ao cuidado com as(os) filhas(os) enquanto os homens eram estimulados ao ensino mais formal e científico (BIROLI, 2018).

Com a ocupação mais expressiva das mulheres nos sistemas educacionais e, em especial, na ciência, começaram a ser evidenciados e denunciados, a partir da crítica feminista à ciência, os preconceitos e machismos que marcam suas carreiras diante de uma sociedade que insiste em delegar um lugar específico às mulheres e de uma ciência que insiste em deslegitimá-las de seu meio. Dessa forma, a crítica feminista buscou denunciar o androcentrismo científico, que produz uma ciência “racionalista que se reivindica universalizante e neutra – pautada no discurso classista, sexista, racista, capacitista” (MUNIZ *et al.*, 2020, p. 105). Assim sendo, as exigências científicas são muitas vezes “facilitadores das desigualdades [...] por desconsiderar o contexto de cada mulher e as desigualdades historicamente construídas” (BARRETTO; MONTEIRO, 2020, p. 34).

Nesse contexto, para muitas mulheres cientistas, a conciliação da vida privada com a carreira científica pode constituir, muitas vezes, um dilema constante de sobreposição de papéis na vida das mulheres (LEMOS; MELLO; GUIMARÃES, 2014), na perspectiva de que ainda persiste, na sociedade, a divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres jornadas duplas ou triplas de trabalho. Além disso, a dedicação de tempo integral, exigida para o cumprimento das demandas em torno do fazer científico, representa, muitas vezes, na vida das mulheres cientistas e mães, a disponibilidade de tempo e atenção negados para estar com as(os) filhas(os). A problemática acentua-se no contexto pandêmico, no qual recai às mulheres uma sobrecarga de trabalho ainda mais pesada, pois, são elas que assumem, na grande maioria das vezes, as responsabilidades com as tarefas domésticas e de cuidado (MUÑOZ *et al.*, 2020).

Assim, a partir da necessidade do isolamento social, as demandas do trabalho remoto, para grande parte das mulheres cientistas mães, misturaram-se com as demandas dos cuidados domésticos e das(os) filha(os), duplicando ainda mais a jornada de trabalho delas, que se viram diante da necessidade de atender a inúmeras atividades e funções em sua rotina, sem, muitas vezes, uma rede de apoio para auxiliá-las. Das mulheres docentes que responderam o questionário, cerca de 80% afirmaram que o isolamento social impactou de alguma forma suas atividades profissionais, por exemplo, falta de concentração ou disponibilidade de tempo para se dedicarem às demandas do trabalho remoto de forma eficiente. Conforme destacam Mestre *et al.* (2020), os trabalhos que antes eram realizados no ambiente acadêmico, com dias e horários fixos, passaram a ser realizados nos intervalos de tempo entre os cuidados das crianças ou dos afazeres domésticos, durante a madrugada ou demais momentos propícios, dificultando a concentração, o processo de pesquisa e de escrita das pesquisadoras.

Staniscuaski *et al.* (2020), em um estudo que buscava investigar o impacto da pandemia na produtividade acadêmica, revelaram que a pandemia vem afetando, de forma desigual, homens e mulheres com ou sem filhas(os). Segundo o estudo, as mulheres que são mães, independentemente da raça, e as mulheres negras, são as mais afetadas com relação à produtividade e cumprimento dos prazos durante o período pandêmico do que os homens com ou sem filhas(os), independentemente da raça. Ainda foi possível perceber que a idade das crianças também impacta na produtividade das mulheres, sendo que quanto menor a faixa etária das crianças, maiores os impactos. Sublinhamos, assim, que grande parte das docentes participantes da pesquisa relatou que a tarefa de conciliar as demandas do ensino remoto com a maternidade constitui-se desafiadora e difícil:

Uma loucura e um caos. Trabalho de péssima qualidade, pois temos que conciliar tudo: filho, casa, trabalho, marido e eu mesma. (P63; 40 anos; *Ciências Exatas e da Terra*; 01 filha/o)

Com muita dificuldade, pois as coisas se misturam e as demandas, tanto da maternidade como do ser profissional, ganham caráter de urgência e permanência, de permanentemente se colocarem durante todo o tempo, misturam-se. (P72; 59 anos; *Ciências Humanas*; 01 filha/o)

Com muita dificuldade, e solidão. (P59, 37 anos; *Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*; 02 filhas/os)

No se vira nos 30 aproximadamente. Bem difícil com os filhos pequenos e não podendo ir à escola. Não há conciliação. Primeiro os filhos (são muito pequenos, depende de ti pra necessidades básicas) e o que sobra de tempo dedico ao meu trabalho profissional. (P76; 34 anos; *Ciências Humanas*; 02 filhas/os)

De acordo com Barretto e Monteiro (2020, p. 35), a vivência da pandemia “não impossibilitou que as demandas continuassem, elas apenas se reconfiguraram [...]. Nessa perspectiva, foi reconhecido mundialmente que as mulheres assumiram maior sobrecarga e tiveram maiores impactos”. A conjuntura social, da forma em que está organizada, faz com que as mulheres, mesmo após terem conquistado o mercado de trabalho formal, continuem “a executar o trabalho silencioso e invisível que é o trabalho doméstico, acumulando assim dupla ou tripla jornada de trabalho” (MUÑOZ *et al.*, 2020, p. 39). Algumas pesquisadoras relataram a sobrecarga sentida diante da necessidade de tentar conciliar as demandas da maternidade e do trabalho remoto, sendo consequência da dupla ou tripla jornadas de trabalho que elas vêm desempenhando, precisando fazer turnos extras na parte noturna e nos finais de semana, conforme observado nos excertos abaixo:

Trabalhando três turnos e inclusive finais de semana. (P23; 53 anos; *Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*; 01 filha/o)

Usando as madrugadas para tentar concluir as atividades que não consigo realizar durante o dia. (P15; 35 anos; *Ciências da Saúde*; 01 filha/o)

Procuro ministrar as minhas aulas quando meu filho dorme. Programei o horário do sono para demais do almoço para o horário das aulas. Nem sempre funciona. O restante faço à noite enquanto ele dorme. (P57; 45 anos; *Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*; 01 filha/o)

O confinamento à esfera do lar, colocou muitas mulheres diante da necessidade de conciliar as demandas domésticas, os cuidados com as(os) filhas(os) e o trabalho remoto, gerando uma sobrecarga mental, pois, “ainda que outros membros do núcleo familiar passem mais tempo em casa e, ocasionalmente, dividam as tarefas domésticas, são as mulheres as mais acometidas pela já conhecida sensação de ‘ter que dar conta de tudo’” (MESTRE *et al.*, 2020, p. 97). Aliado a isso, as demandas da carreira científica não cessaram ou diminuíram, ou seja, as exigências de trabalho envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, como atividades de docência, orientação de novas(os) pesquisadoras(es), participações de reuniões e eventos on-line, produção de pesquisas, continuaram e até mesmo aumentaram. Isso impacta no bem-estar tanto físico quanto mental das mulheres, interferindo ainda na produtividade acadêmica das mães pesquisadoras.

Nessa perspectiva, Barretto e Monteiro (2020, p. 33), dizem-nos que a precariedade do ensino remoto, combinada com a sobrecarga de trabalho doméstico e as demandas da maternidade ininterruptas em tempos de confinamento contribuem “para a intensificação e prolongamento da jornada de trabalho configurando uma nova temporalidade laboral com possíveis consequências à saúde das mulheres, em especial à saúde mental”. Dessa forma, nos casos em que não há, por diferentes fatores, uma

redistribuição das tarefas domésticas e de cuidados com os demais membros da família, o contexto pandêmico torna a realidade cotidiana das mulheres ainda mais exaustiva.

O impacto sobre a saúde mental das mulheres, bem como a sensação de precisar e, ao mesmo tempo, não conseguir dar conta de tudo e, por isso, sentir que está falhando como mãe, profissional, mulher e dona de casa, é percebida no relato de algumas das participantes da pesquisa:

Na verdade, tento conciliar, mas é completo, difícil muitas vezes, tenho sentimento de estar falhando nos dois. (P54; 38 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Não concilia. Vai levando e com isso, adocece a mulher e seus filhos. (P7; 44 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

Não concilio. Já chorei. Já me estressei. Já adoeci. (P11; 45 anos; Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; 02 filhas/os)

Acho que não concilio. Me sinto mais cansada, não pelo trabalho remoto, mas por ter que dominar outras estratégias de ensino e um cronograma acadêmico reduzido, o que aumenta a sobrecarga de trabalho. (P32; 38 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Em uma pesquisa realizada por Borsoi e Pereira (2011), que buscou discutir como determinados aspectos da carreira acadêmica, tais como a excessiva e exaustiva jornada de trabalho, as exigências de produtividade e excelência, bem como a alta competitividade com seus pares, impactam na saúde das(os) docentes, demonstrou que as mulheres estão mais propensas que os homens a adoecerem. Segundo os autores, sentimentos como exaustão mental e emocional, além de fadiga e depressão, são mais recorrentes nas mulheres docentes, pelo fato destas estarem mais envolvidas com as demandas familiares e domésticas do que os homens, tendo, assim, jornadas de trabalho mais extensas, tanto fora quanto dentro ambiente doméstico. Em uma outra pesquisa realizada por Fabbro e Heloani (2010), sobre o trabalho acadêmico e a maternidade, demonstrou que a conciliação do trabalho docente, que, muitas vezes, estende-se para fora do ambiente universitário, com os cuidados de pessoas e o gerenciamento doméstico, pode tornar-se exaustivo para as mulheres.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro revelou que, na pandemia, as mulheres estão mais propensas a desenvolver problemas como ansiedade e depressão (Portal R7, 2020), em consequência da sobrecarga ocasionada no acúmulo das tarefas domésticas, cuidados das(os) filhas(os) em casa e as demandas da carreira profissional (BARRETTO; MONTEIRO, 2020). Nessa perspectiva, Macêdo (2020, p. 139) destaca que a sobrecarga de trabalho impostas às mulheres, que se tornou ainda mais exaustiva em tempos pandêmicos, é marcada por sentimentos como

dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família. Muitas vezes, a própria mulher internaliza, nas relações de poder vigentes na sociedade, que cabe a ela a obrigação desses afazeres, dispensando muito pouco tempo para cuidar de si mesma, descansar ou buscar meios de lazer

Segundo uma matéria disponibilizada de forma on-line no Jornal Estado de Minas (2020), em uma pesquisa conduzida pela Catho, que entrevistou cerca de sete mil mulheres, cerca de 60% das entrevistadas afirmaram que o isolamento social impactou na sua saúde mental, com consequências como a ansiedade, apontado por 79% das participantes. Ainda outros sentimentos como estresse (49,5%), cansaço mental (48%), desmotivação (44,5%) e tristeza (45%) também foram relatados, sendo que, segundo os dados do estudo, a dificuldade de conciliar as atividades do trabalho remoto com as

tarefas domésticas e os cuidados com as crianças é apontada por 40,5% das participantes como uma das principais problemáticas do isolamento social. Assim, fica evidente que a sobrecarga de trabalho nas mulheres, principalmente no contexto pandêmico, pode gerar sofrimentos emocionais, pois, de acordo com Aiello-Vaisberg, Gallo-Belluzzo e Visintin (2020, p. 6):

Na condição de 24 horas de permanência domiciliar da família nuclear, a casa se torna não apenas um centro de convivência, como uma unidade no interior da qual se realizam tanto o trabalho produtivo, sob forma de home office, como o conjunto das atividades reprodutivas de alimentação, higiene corporal e repouso, que correm habitualmente sob responsabilidade da mulher-mãe

Ressaltamos que tanto a sobrecarga de trabalho, quanto as consequências desta na saúde das mulheres não são problemáticas inerentes ao contexto pandêmico, entretanto, conforme já mencionamos, com o isolamento social, a rede de apoio comumente disponível às mulheres tornou-se fragilizada, sendo necessário haver transformações e redefinições no grupo familiar ou social dessas mulheres, visando à redistribuição das tarefas de cuidados com a casa e com as crianças, para que elas não assumam de forma solitária todos esses cuidados (MUÑOZ *et al.*, 2020). Muniz *et al.* (2020, p. 105) destacam que a sobrecarga de trabalho às mulheres no confinamento social “expõem o universo produzido como ‘privado’ numa sociedade que individualiza tarefas domésticas e produção de cuidado a partir de uma lógica sexista”. Na pesquisa realizada, 46% das cientistas responderam que têm uma rede de apoio que as auxilia nas atividades remotas, 29% responderam que contam parcialmente com uma rede de apoio e 25% disseram não contar com nenhuma rede de apoio para a divisão das tarefas domésticas e no cuidado das(os) filhas(os).

Com as escolas e creches fechadas e, conseqüentemente, a permanência das crianças em casa, grande parte das mulheres viu-se diante da tarefa de cuidar sozinhas dos afazeres domésticos e dos cuidados das(os) filhas(os), pois a rede de apoio comumente utilizada por elas (babas, amigas(os) ou familiares) também se limitou. Contar com uma rede de apoio para a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidado com as crianças possibilita que as cientistas mães consigam atender as demandas do trabalho remoto, dando continuidade com suas pesquisas, aulas, projetos, orientações e demais demandas acadêmicas. A partir da produção dos dados, podemos dizer que, para grande parte das participantes da pesquisa, sua rede de apoio constitui-se no núcleo familiar, principalmente o companheiro, contudo, percebemos que, em alguns casos, essa divisão das tarefas domésticas e do cuidado pode ser realizada de forma desigual, conforme os excertos abaixo:

Parcialmente, pois somos eu e meu marido que dividimos as tarefas, mas essa divisão é desigual, onde eu faço a maior parte das coisas e ele “ajuda” em algumas. Nos dividimos mais nos momentos de aulas síncronas. (P55; 41 anos; Ciências Biológicas; 01 filha/o)

Meu filho está em casa sob os meus cuidados. Meu companheiro quando está em home office compartilha também o cuidado, o que ajuda bastante. Quando ele está trabalhando fica muito mais difícil. (P81; 36 anos; Ciências Humanas; 01 filha/o)

Eu e meu esposo, que também está em trabalho remoto, nos dividimos para ficar com nossa filha. E trabalho no turno da noite para compensar. (P20; 35 anos; Engenharias; 01 filha/o)

A sobrecarga das mulheres, que não se restringe somente ao contexto pandêmico, é resultado do patriarcado e sexismo estrutural, institucionalizados e naturalizados por gerações, refletidos tanto na estrutura e organização social, quanto nas relações entre homens e mulheres. Essa sobreposição de papéis e, conseqüentemente, a sobrecarga das

mulheres com relação a dupla jornada de trabalho demonstram a necessidade de haver uma revisão e redefinição dos papéis de homens e mulheres no cuidado com as(os) filhas(os). Neste sentido, corroboramos com Muniz *et al.* (2020, p. 106), que destacam ser necessário e urgente

[...] retomar a ideia de que uma criança é responsabilidade de todos e de todas: mães, pais, avós, avôs, tios e tias, dos seus e dos outros. Ou, ao menos, deveria ser, se as pessoas reconhecessem que a construção de uma sociedade coletiva, democrática, justa e igualitária

Apesar dos avanços conquistados até então, como a presença mais expressiva das mulheres na ciência, a carreira científica ainda se estabelece de forma inóspita às mulheres (OLINTO, 2011; SILVA, 2008). O contexto científico não reconhece e acolhe as particularidades das mulheres, como a imposição social da divisão sexual do trabalho e a vivência da maternidade, que, de alguma forma, afetam a dinâmica do trabalho acadêmico. Problematicar a experiência das mães cientistas durante a pandemia, “nos provoca a pensar sobre a realidade das mulheres-mães no cotidiano ordinário de suas vidas regulares, sobre a maternidade e suas invisibilidades em um território acadêmico que não as reconhece e não as acolhe com suas crianças” (MUNIZ *et al.*, 2020, p. 101).

Torna-se necessário que o contexto científico reconheça as singularidades das mulheres, admitindo, por exemplo, que a maternidade é realidade na vida de muitas cientistas e que ela impacta, desacelera e até mesmo pode pausar, por um determinado período, a produção intelectual e publicações da docente (DYNIEWICZ; RIBEIRO, 2020). O *Parent in Science*, ao investigar o impacto da maternidade na carreira acadêmica, demonstrou que a produtividade das mulheres mães cai significativamente nos primeiros anos, quando comparada com as mulheres que não têm filhas(os). Assim, segundo Dyniewicz e Ribeiro (2020, p. 5), a maternidade “aprofunda a desigualdade, já que agora o tempo que será despendido com a criança também afetará a relação de igualdade dessa mulher com as outras que não estão, neste momento, realizando essa tarefa”, sendo necessário que a academia reconheça que, nos primeiros anos da maternidade, há uma sobrecarga na mulher, que precisa ser compreendida e acolhida.

Essa sinalização sobre as problemáticas de gênero na ciência, em especial, sobre o impacto da maternidade na carreira das mulheres, é fundamental para que mudanças possam ser pensadas e concretizadas na academia. Dentre as mudanças que já vêm ocorrendo, destacamos algumas ações e as políticas de apoio à maternidade nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras, como, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense, o Instituto Serrapilheira, a Universidade Federal do Pampa e a Fundação Oswaldo Cruz, que adotaram práticas de apoio à maternidade, com a inserção de itens em seus editais internos que prorrogam o tempo de análise do currículo das mulheres ou que dispõem de bônus extras na suas pontuações. Além disso, o *Parent in Science* lançou a campanha “maternidade no currículo lattes”, que foi aderida por muitas cientistas mães, tendo como objetivo sinalizar e justificar que uma possível queda na produção acadêmica da mulher pode estar relacionada à sua vivência com a maternidade.

Dessa forma, os movimentos acadêmicos e políticas públicas adotadas, embora importantes e necessárias, não extinguem a problemática de gênero na sociedade e na ciência, mas buscam, de alguma forma, deixar a ciência mais igualitária, para que as mulheres, que tanto já lutaram e resistiram por espaço, possam continuar produzindo o conhecimento, sem maiores restrições e impedimentos. Torna-se importante também continuar fazendo a crítica não somente da divisão sexual do trabalho, que responsabiliza de forma desigual homens e mulheres pelos cuidados de pessoas e os afazeres domésticos,

mas também ao androcentrismo científico, que não reconhece as individualidades e particularidades das mulheres, especialmente com relação à maternidade. Ainda torna-se importante refletir e desconstruir discursos e práticas sociais que inferiorizam às mulheres com relação aos homens, dificultando que estas estabeleçam-se no mercado de trabalho e em determinadas áreas da ciência, de forma equiparada.

## REFLEXÕES (IN)CONCLUSIVAS

A pandemia que se alastrou no mundo inteiro no ano de 2020 transformou por completo a dinâmica da sociedade, modificando as estruturas familiares e as relações entre os sujeitos. Esse cenário também acentuou e evidenciou desigualdades sociais e de gênero em diversos aspectos sociais e institucionais, possibilitando a discussão sobre as desigualdades de gênero presentes na ciência, bem como a problemática acerca da divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres em jornadas duplas ou triplas de trabalho. Com o isolamento social, a tríade mulheres-ciência-maternidade, que vem ganhando destaque nos últimos anos na academia, é ainda mais reivindicada de atenção, em consequência da sobrecarga de trabalho enfrentado pelas cientistas mães em conciliar o trabalho remoto com os cuidados domésticos e as demandas da maternidade, em grande parte das vezes, sozinhas.

A presença da mulher na ciência é fruto de lutas e resistências que perduraram ao longo de todo contexto histórico a partir de diferentes mecanismos, sendo que o ato de resistir e persistir ainda é uma constante na vida das mulheres cientistas pela busca de uma ciência mais igualitária e justa. O modelo de fazer ciência é baseado sob a ótica masculina de produzir o conhecimento, não atendendo as individualidades e particularidades das mulheres, como a experiência da maternidade. Assim, o isolamento social agravou problemáticas que já eram percebidas e sinalizadas, como a sobrecarga física e mental que as mulheres estão propensas diante da necessidade de atender as demandas impostas pelo modelo androcêntrico de produzir o conhecimento, conciliando-as com as demandas do trabalho doméstico e da maternidade

Com relação à pesquisa realizada, a maioria das cientistas mães respondeu que a pandemia impacta de alguma forma suas atividades profissionais, relatando a sobrecarga de trabalho sentida no isolamento social, no qual, sem suas respectivas redes de apoio, intensifica-se. Destacamos o impacto sobre a saúde mental das mulheres como consequência dessa sobrecarga, que produz, como observado em alguns relatos, a sensação de incapacidade diante das inúmeras demandas de atividades relacionadas tanto a carreira, quanto aos cuidados com a vida privada. Dessa forma, a vivência da pandemia não impossibilitou que as demandas vivenciadas continuassem, elas apenas se reconfiguraram e, no isolamento social, intensificaram-se na medida que sobrecarregam as cientistas mães.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José; GALLO-BELLUZZO, Sueli Regina; VISINTIN, Carlos Del Negro. Maternidade e Sofrimento Social em Tempos de Covid 19: Estudo de Mommy Blogs. **Scielo Preprints**, 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/356/version/365>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BARRETTO, Raquel Silva; MONTEIRO, Laís de Souza. Maternidade, trabalho e temporalidade: diálogos relevantes na Covid-19. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1**: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 26-35.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Gender and science: An analysis of Brazilian postgraduation. **Estudos de psicologia**, v. 37, p. 1-12, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2020000101100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000101100&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 mar. de 2021.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 2, p. 06-09, abr. 2019. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva. Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Temporalis**, v. 11, n. 21, p. p.119-145, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1380>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)>. Acesso em: 07 out. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2017**. Setembro 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso: 05 mar. 2021b.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 13- 34.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2017). **Geocapes**. Disponível em <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DYNIWICZ, Letícia; RIBEIRO, Raphaela Rocha. Igualdade em Sandra Fredman: análise de caso do edital de iniciação científica da Universidade Federal Fluminense. **Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social**, v.1, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/direitoshumanos/article/view/5149>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ESTADO DE MINAS. **Coronavírus: isolamento impacto saúde mental de 60% das mães**. 2020. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/08/interna\\_nacional,1145623/coronavirus-isolamento-impacta-saude-mental-de-60-das-maes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/05/08/interna_nacional,1145623/coronavirus-isolamento-impacta-saude-mental-de-60-das-maes.shtml)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani; HELOANI, José Roberto Montes. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación y educación en enfermería**, v. 28, n. 2, p. 176-186, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3260528>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doveslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 11-30, abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44269>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil 2ª edição**. Estudos e pesquisas, n. 38. Brasília: IBGE, 2021.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos pagu**, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

LEMONS, Ana Heloísa Costa; MELLO, Giselle Rohr; GUIMARÃES, Mayara Farias. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração y querem? **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 1, p. 135-152, mar. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/6280/pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-76, Jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/46833/29119>>. Acesso em: 23 set. 2019.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **NUFEN**, v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912020000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, p. 1-17, set. 2020. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000400025&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400025&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MESTRE, Simone de Oliveira; LOVATO, Isis Maris; LOPES, Ariane Gontijo; AZEREDO, Emmanuelle Pereira Brandt de. Maternidade e produção acadêmica na quarentena: experiências e reflexões de mães sociólogas. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1**: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 87-99.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Cristina Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, v. 1, p. 23-44.

MUNIZ, Adriana Werneck Russo; DIAS, Francine de Souza; BASTOS, Karine Oliveira; PORTO, Roberta de Mendonça. Será mesmo sobre a pandemia? Caminhos possíveis para mães pesquisadoras. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1**: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 36-47.

MUÑOZ, Patricia de Oliveira Lima; SANCHES, Camila; BASTOS, Patricia Diuncanse; VEDOVATO, Marina Milhassi; DELLANHESE, Amanda P. F. Os desafios do isolamento social para mães de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1**: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 36-47.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Prefácio. In: SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de; GALVÃO, Elisandra; FERNANDEDES, Morgana. (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1**: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 11-13.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de covid-19. **Tamoios**, n. 1, p. 154-166, mai. 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PRADO, Renata Muniz; FLEITH, Denise de Souza. Pesquisadoras brasileiras: conciliando talento, ciência e família. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 2, p. 19-34, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229023851003.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

Pandemia de Covid-19 faz dobrar casos de ansiedade, diz pesquisa. **Portal R7**, 07 maio. 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/pandemia-de-covid-19-faz-dobrar-casos-de-ansiedade-diz-pesquisa-09052020>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71721>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, v. 2, n. 2, p.1-20, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência**: Vozes, tempos, lugares e trajetórias. 147 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/5028>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência e Educação**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251031473012>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SOARES, Cristiane Barbosa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Raça e Gênero no corpo docente da Universidade Federal do Pampa. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 5, n. 3, jul./set., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/22275>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

STANISCUASKI, Fernanda *et al.* Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. **BioRxiv**, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.07.04.187583v1>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe; MINELLA, Luzinete Simões; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Pandemia na necroeconomia neoliberal. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-7, jun. 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sujeitos sociais, aprendemos e reaprendemos atitudes, comportamentos e pensamentos conforme o contexto social e cultural no qual estamos inseridos, constituindo e reconstituindo nossas identidades de acordo com as relações, discursos e práticas sociais vigentes. Dessa forma, aprendemos a partir do histórico contexto patriarcal e sexista, que ainda impera em nossa sociedade, representações de gênero que diferenciam homens e mulheres de acordo com o que supostamente, seriam suas capacidades e habilidades naturais. Esse contexto de desigualdades históricas, ainda traz consequências na contemporaneidade por meio da naturalização de determinados discursos e práticas que inferiorizam as mulheres e naturalizam as desigualdades sociais, a partir de por exemplo, a divisão sexual do trabalho e a desigual responsabilização relacionada aos cuidados das(os) filhas(os).

Dessa forma, historicamente as mulheres tiveram seus espaços restritos e limitados tanto no contexto social quanto no contexto científico, no qual neste, suas contribuições para a construção do conhecimento foram por um longo período, excluídas e invisibilizadas. Após diversas transformações sociais e culturais, que possibilitaram o maior acesso e permanência das mulheres na ciência, pode-se perceber que as mesmas estão cada vez mais presentes nos contextos científicos. Entretanto, elas continuam sendo sujeitadas aos valores masculinos de produzir o conhecimento e responsabilizadas de forma desigual pelos cuidados com a vida privada. Assim, a emblemática situação em torno da conciliação da maternidade com a carreira na ciência, é consequência dos valores e práticas que permeiam o contexto social e científico, em que ambos, produzem, reproduzem e naturalizam as desigualdades de gênero.

A romantização da maternidade, que a naturaliza como sendo parte intrínseca da natureza das mulheres e sinônimo de realização completa, acentua a problemática em torno da divisão sexual do trabalho, responsabilizando majoritariamente as mulheres pelos do âmbito privado. A ciência, sendo resultado da construção humana, é permeada pelos valores sociais e culturais que fazem parte do contexto em que ela está inserida, reproduzindo assim, em seu interior, as desigualdades de gênero. Assim, a ciência foi construída em torno dos valores masculinos de produzir o conhecimento, não reconhecendo as particularidades das mulheres, ao exigir, por exemplo, dedicação de tempo integral para atender as demandas de ser cientista. Dessa forma, é desconsiderado

pela ciência, a realidade social que sobrecarrega às mulheres em duplas jornadas de trabalho e as responsabiliza de forma desigual pelos cuidados com as crianças.

Com relação aos resultados da pesquisa, identificou-se que a ciência se formula ainda de forma “inóspita” às mulheres, pois, nos dados produzidos, fica evidente que a entrada e a permanência das mesmas na carreira científica ocorreu com algumas ou muitas restrições. Ainda, foi possível perceber que a conciliação da maternidade com a carreira científica ocorreu de forma conflituosa para a maioria das participantes da pesquisa, que já precisaram ou optaram, em deixar de fazer algo envolvendo a carreira científica em detrimento da maternidade e/ou vice-versa. Além disso, as docentes relataram a exaustão física e mental ocasionada pela sobrecarga de trabalho, que pode muitas vezes, ocasionar impactos negativos na saúde mental das mulheres, e conseqüentemente, dificultar a realização das atividades relacionadas à carreira.

A falta de assistência institucional, como políticas de apoio à maternidade, bem como a falta de espaço para as crianças nas instituições e incompreensão dos demais colegas sobre as demandas da maternidade, também foram relatadas como questões que dificultam ainda mais a conciliação da vida familiar com a carreira. Identificou-se ainda, que essa sobrecarga de trabalho imposta às mulheres, bem como seu impacto na saúde mental, acentuou-se durante a pandemia. Diante, do isolamento social, as docentes relataram que, a dificuldade de conciliação dos cuidados domésticos, da maternidade e da carreira científica se intensificou. Isto se deve, em especial, a ausência da rede de apoio rotineiramente utilizada, das escolas fechadas e as demandas científicas, que passaram a acontecer de forma remota.

Portanto, destacamos a importância de pesquisas que visibilizem e problematizem a temática maternidade e ciência, na perspectiva de que a conciliação da vida familiar com a carreira, não deve se constituir como um obstáculo ou um dilema na vida das mulheres. Torna-se essencial reconhecer que apesar dos avanços conquistados nos últimos anos com relação ao aumento das discussões e pesquisas referentes à temática, bem como a conquista de políticas de apoio à maternidade, a partir de determinados editais de agências de fomento e instituições brasileiras, a temática continua sendo necessária, pois a equidade de gênero ainda não é uma realidade na sociedade e na ciência. Assim sendo, a realização de pesquisas e problematizações da temática, tornam-se imprescindíveis para que haja a desnaturalização e ruptura das desigualdades de gênero tanto na ciência, quanto na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Conhecimento Online**, v. 1, a. 9, p. 36-44, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/460/1852>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ALVES, Daniela Maçaneiro. A mulher na ciência: desafios e perspectivas. **Revista Criar Educação**, v. 7, n. 2, p. 1-25, jul./nov. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/3232>>. Acesso em: 07 out. 2019

ALVARENGA, Patrícia; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. 1, p. 4-21, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i1.827>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ARÊAS, Roberta.; ABREU, Alice Rangel de Paiva.; SANTANA, Ademir Eugenio de.; BARBOSA, Marcia Cristina.; NOBRE, Carlos. **Gender and the Scissors Graph of Brazilian Science: From Equality to Invisibility**. OSF Preprints, Ju. 2020. Disponível em: <[10.31219 / osf.io / m6eb4](https://doi.org/10.31219/osf.io/m6eb4)>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: ZaharEditores, 1981.

BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Mária Thereza. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. **Cadernos de História da Ciência**, v. 8, n. 1, p. 61-74, jan./jun. 2012. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-76342012000100003&lng=pt](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342012000100003&lng=pt)>. Acesso em: 02 set. 2019.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Gênero e ciência: uma análise da pós-graduação brasileira. **Estudos de psicologia**, v. 37, p. 1-12, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2020000101100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000101100&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 15 de março de 2021.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 71, n. 2, p. 68-83, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 2, p. 06-09, abr. 2019. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2017**. Setembro 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso: 05 mar. 2021.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 13- 34.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilizadora Brasileira. 2003.

CAPORAL, Bibiana da Roza. et. al. Romantização da maternidade: reflexões sobre gênero. XVII Seminário Interinstitucional de Ensino Pesquisa e Extensão.17., 2017. Cruz Alta. **Anais..** Cruz Alta: UNICRUZ. 2017. p. 1 – 4. Disponível em: <[https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais2017/XXII%20SEMIN%20C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202017%20-%20ANAIAS/P%20C3%93S%20GRADUA%20C3%87%20C3%83O%20%20RESUMO%20EXPANDIDO\\_Ci%20C3%AAnci%20as%20Sociais%20e%20Humanidades/ROMANTIZA%20C3%87%20C3%83O%20DA%20MATERNIDADE\\_REFLEX%20C3%95ES%20SOBRE%20G%20C3%8ANERO.pdf](https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais2017/XXII%20SEMIN%20C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202017%20-%20ANAIAS/P%20C3%93S%20GRADUA%20C3%87%20C3%83O%20%20RESUMO%20EXPANDIDO_Ci%20C3%AAnci%20as%20Sociais%20e%20Humanidades/ROMANTIZA%20C3%87%20C3%83O%20DA%20MATERNIDADE_REFLEX%20C3%95ES%20SOBRE%20G%20C3%8ANERO.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CASEIRA, Fabiani Figueiredo; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Meninas e jovens nas ciências exatas, engenharias e computação: raça-etnia, gênero e ciência em alguns artefatos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 7, n. especial, p. 259-275, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9526/6190>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CHASSOT, Attico. **A Ciência é masculina? É, sim senhora!**. São Leopoldo: Editora Unisinos. 2017.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000. P. 13- 36.

D'AMORIM, Maria Alice. Esteriótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. **Temas em Psicologia**, v. 5, n. 3, p. 121 – 132, dez. 1997. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v5n3/v5n3a10.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

EMIDIO, Thassia Souza. **Diálogos entre feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O que, é afinal, os Estudos Culturais?**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 134 – 166.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Recife: Global Editora. 2003.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679494X2014000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2014000100006)>. Acesso em: 20 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KOVALESKI, Nádia Veronique Jourda. et. al. As relações de gênero na História das Ciências: A participação feminina no Progresso Científico e Tecnológico. **Revista Emancipação**, v. 13, n. 3, p. 9-26, 2013. Disponível em <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/5047>>. Acesso em: 30 out. 2019.

LEMOS, Ana Heloísa Costa; MELLO, Giselle Rohr; GUIMARÃES, Mayara Farias. Gerações produtivas e carreiras: o que as mulheres da geração y querem? **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 1, p. 135-152, mar. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/6280/pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIMFFCH/UFBA, 2002. p. 25-38. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/885>>. Acesso em: 24 set. 2019

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. As amas como constituintes da maternidade: uma história do passado? **Educação e Realidade**, v. 25, n. 2, p. 117 – 133, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46838>>. Acesso em: 24 set. 2019

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Cuidado e diferença: da integralidade à fragmentação do ser. **Revista gaúcha Enfermagem**, v.22, n.2, p.21-38, jul. 2001. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4370>>. Acesso em: 24 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia ciência e profissão**, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2021.

OLIVEIRA, Luciana Rodrigues de; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Esse é o show da luna: investigando gênero, ensino de ciências. **Domínios da imagem**, v. 11, n. 20, p. 95-118, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/31880/0>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. “Você tentou fechar as pernas?” – a cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Polêm!ca**, v. 16, n.3, p. 01-18, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. XIII Seminário Nacional de Educação. 10., 2017. Curitiba. **Anais..** Curitiba: PUCPR. 2017. p. 5527-5542. Disponível em <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207\\_12709.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

PRADO, Renata Muniz; FLEITH, Denise de Souza. Pesquisadoras brasileiras: conciliando talento, ciência e família. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 2, p. 19-34, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229023851003.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2021.

ROCHA, Patrícia. **Mulher sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado.** Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálýsis**, v. 13, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802010000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002)>. Acesso em: 12 set. 2019.

SANTOS, Vivam Matias dos. Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 801-824. set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p801>>. Acesso em: 5 set. de 2019.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001. Acesso em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644543>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, n. 10, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.tanianavarros-wain.com.br/labrys/labrys20/bresil/fabiene.htm>>. Acesso em: 13 out. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias. 147 f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/5028>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Por que é preciso falar da inserção e da participação das mulheres na ciência?. In: FRICK, Loriane Trombini; PONCIANO, Paola Cavalheiro; BARTELMEBS, Roberta Chiesa. (Orgs.). **Narrativas sobre feminilidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 47-64. Disponível em: <<https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35201-narrativas-sobre-feminilidades>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência e Educação**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1516-73132014000200449&lng=enSTE&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-73132014000200449&lng=enSTE&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 26 nov. 2019.

STASEVSKAS, Kimy Otsuka. Ser mãe: narrativas de hoje. 169 f. **Dissertação** (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-16032005-141212/pt-br.php>>. Acesso em: 30 set. 2019.

STEVENS, Cristina Maternidade e feminismo: diálogos na Literatura Contemporânea. In: STEVES, Cristina (Org.). **Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p.15-78.

SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVES, Cristina (Org.). **Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres. p. 201-246, 2007.

THOMPSON, Kenneth. Estudos culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre os estudos culturais em educação**. Canons: ULBRA, 2006. p. 15 – 38.

TOURINHO, Julia Gama. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede**, v.3, n. 5, p. 1-33, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=24&layout=html>>. Acesso em: 24 set. 2019.

WALCZAK, Aline Teresinha; SANTOS, Eliane Gonçalves dos. Mapeando discussões de gênero e sexualidade no ENPEC e na ANPED Sul. **Cocar**, v. 14, n. 28, p. 207-225, Jan./Abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3117>>. Acesso em: 24 set.2019.

## ANEXOS

### Anexo A: Questionário utilizado para coleta dos dados

<b>Dados pessoais</b>
1- Cor ou raça (segundo o IBGE) <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta
2- Idade <input type="checkbox"/> 20 a 30 anos <input type="checkbox"/> 30 a 40 anos <input type="checkbox"/> 40 a 50 anos <input type="checkbox"/> 50 a 60 anos <input type="checkbox"/> mais de 60 anos
<b>Ciência, carreira científica e maternidade</b>
1. Em que ano você ingressou na Unipampa como docente?
2. Qual a sua titulação máxima? <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós-doutorado
3. Você atua na pós-graduação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
4. Você é bolsista de produtividade? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
5. Desenvolve projetos de: <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão
6. Você é líder de grupo de pesquisa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Qual?
7. Qual a sua área de atuação? <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas <input type="checkbox"/> Ciências da Saúde <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra <input type="checkbox"/> Engenharias <input type="checkbox"/> Ciências Humanas <input type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes
8. O que é ser cientista para você?
9. Você se considera cientista? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Por quê?
9. De acordo com suas vivências, seu ingresso e permanência no campo científico se configurou de maneira: <input type="checkbox"/> Tranquila <input type="checkbox"/> Com algumas restrições <input type="checkbox"/> Com muitas restrições
10. Você de alguma forma sentiu qualquer tipo de preconceito de gênero ao longo de sua carreira? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Pode exemplificar?
11. Você tem filho(s)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Quantos? _____    De que idade? _____
12. Se sua resposta for NÃO para a pergunta anterior: você pretende ter filho(s)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
13. É possível conciliar a maternidade com a carreira científica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Por quê?
<b>Se você respondeu sim para a pergunta de número 11, continue respondendo o questionário</b>
1. Quando você ingressou na Unipampa como docente você já tinha filho(s)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
2. Em algum momento você se sentiu prejudicada por ter filho(s)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê?
3. Você tem filho(s) com deficiência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Qual deficiência? _____

4. Quem cuida do(s) seu(s) filho(s) quando você está trabalhando? ( ) Pai ( ) Companheiro ( ) Babá ( ) Avó/Avô ( ) Escola infantil ( ) Outro(s) Qual?
5. Você em algum momento precisou/optou por deixar de fazer algo em sua carreira profissional em função da maternidade? ( ) Sim ( ) Não Pode exemplificar?
6. Você em algum momento precisou/optou de deixar de fazer algo envolvendo algum aspecto da maternidade em função de sua carreira profissional? ( ) Sim ( ) Não Pode exemplificar?
8. Você recebeu algum tipo de apoio institucional durante a gestação e/ou após o nascimento do bebê? ( ) Sim ( ) Não Qual?  *Se não, você gostaria de ter recebido? Por quê?
9. Como você visualiza a experiência de conciliar a maternidade e a carreira científica?
10. Qual a sua opinião sobre o debate acerca da relação ciência e maternidade no contexto da universidade?
11. Gostaria de acrescentar mais alguma questão/comentário sobre maternidade e ciência?
<b>Carreira e maternidade em tempos de pandemia</b>
1 - A pandemia tem impactado de alguma forma suas atividades profissionais? ( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente
2- Como você concilia as demandas do ensino remoto com a maternidade?
3- Durante o período de isolamento social, você conta com alguma rede de apoio na divisão das tarefas domésticas e no cuidado do(s) filho(s)? ( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente
4 - Se você respondeu "sim" ou "parcialmente" para a questão de número 3, quem faz parte de sua rede de apoio na divisão das tarefas domésticas e no cuidado do(s) filho(s)?

Anexo B: Termo de consentimento livre e esclarecido

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do projeto: **MATERNIDADE E CIÊNCIA: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Pesquisadora responsável: Fabiane Ferreira da Silva

Pesquisadora participante: Aline Teresinha Walczak

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular das pesquisadoras para contato: (55) 996281565 (Fabiane); (55) 997039473 (Aline)

Prezada docente, você está sendo convidada para participar, como voluntária, em uma pesquisa, intitulada **MATERNIDADE E CIÊNCIA: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**, cujos dados produzidos serão utilizados para a realização de uma DISSERTAÇÃO DE MESTRADO que tem como objetivo geral problematizar a relação entre maternidade e ciência na Universidade Federal do Pampa. O estudo será coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fabiane Ferreira da Silva, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Unipampa e as atividades serão conduzidas pela pesquisadora Aline Teresinha Walczak, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

A referida pesquisa justifica-se pela importância de problematizar os aspectos que envolvem maternidade, ciência e carreira, buscando visibilizar e refletir o caráter androcêntrico da ciência e as exigências da mesma em torno do que é ser um cientista.

Por meio deste instrumento e a qualquer momento, você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

A sua cooperação na presente pesquisa se constituirá a partir do preenchimento de um questionário virtual que está estruturado em duas partes. A primeira parte é voltada para todas as mulheres cientistas docentes da Universidade Federal do Pampa, e a segunda

parte do questionário é destinada às mulheres cientistas docentes da Unipampa que são mães. Os riscos que envolvem sua participação no presente estudo são mínimos. Caso você se sinta desconfortável em responder algum questionamento, você poderá deixar o referido questionamento em branco ou abandonar o estudo.

Como benefícios de sua participação na pesquisa, destacamos que a partir de suas contribuições, poderemos produzir conhecimentos sobre a relação entre ciência, a carreira científica e a conciliação entre a maternidade e a carreira científica. Ainda, a partir dos dados obtidos e o confronto dos mesmos com o referencial teórico, poderemos dar mais visibilidade ao tema em diferentes espaços, principalmente na universidade e escola, reconhecidos como sendo espaços de produção, reprodução e legitimação do saber.

Com a participação deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Além disso, seu nome, assim como das demais participantes do estudo não serão identificados em nenhum momento, garantido seu anonimato.

Havendo qualquer dúvida você poderá realizar uma ligação a cobrar para o número da coordenadora da pesquisa Fabiane - (55) 996281565 ou para a discente Aline - (55) 997039473.

Considerando as questões apresentadas, caso você concorde em participar da pesquisa nos termos deste TCLE, clique na opção abaixo. Caso não concorde em participar, feche essa página no seu navegador.

Concordo em participar da pesquisa intitulada: **Maternidade e ciência: um estudo na Universidade Federal do Pampa** e desejo ter acesso ao questionário